



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 161 - QUINTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 49, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 313, de 25 de julho de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$10.000.000,00, para o fim que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de setembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de setembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 150ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com o aumento abusivo dos planos de Saúde para os idosos. Intenção de apresentação de emenda ao Estatuto do Idoso de não discriminação dos planos de Saúde para com os idosos. Favorável a tese do uso do FGTS para os trabalhadores quando demitidos e construção de casa própria para a população de baixa renda..... 28786

SENADOR MARCO MACIEL – Reflexões sobre matérias constitucionais. Considerações sobre a nota da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB sobre o período eleitoral de 2006, feita por ocasião de sua 44ª Assembléia Geral..... 28795

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Considerações sobre os gastos totais alocados no Orçamento da União para o Estado da Paraíba. Cobranças de recursos para ampliação do aeroporto da cidade de João Pessoa/PB. 28800

SENADOR JOSÉ JORGE – Denúncias sobre o uso de recursos públicos para elaboração de cinco milhões de cartilhas relatando os feitos do Governo do PT e sobre a opção da Petrobrás de privilegiar as prefeituras do PT. Transcrição do artigo intitulado “Cerco à liberdade de Imprensa”..... 28801

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários sobre as declarações do Sr. Christian Schneider sobre Esquema montado pelo Planalto para fazer com que deputados do PL votassem a favor do governo..... 28805

SENADOR SIBÁ MACHADO – Metas para o Brasil discutidas na 19ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social..... 28812

SENADOR ALMEIDA LIMA – Repúdio à proposta de convocação de Assembléia Nacional Constituinte somente para a reforma política. 28833

1.2.2 – Leitura de Projeto de Lei do Senado

Nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal

, que dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências..... 28836

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia oportunamente, para apreciação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, lido anteriormente, devendo o mesmo obedecer ao disposto nos artigos 142 e 143 do Regimento Comum, inclusive quanto aos turnos de apreciação. 28838

1.2.4 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.608/2006, de 4 do corrente, comunicando a rejeição da Medida Provisória nº 293, de 2006, do Poder Executivo, que dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica. 28838

Nº 1.609/2006, de 4 do corrente, comunicando a rejeição da Medida Provisória nº 294, de 2006, do Poder Executivo, que cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho – CNRT e dá outras providências..... 28838

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/10, de 2006 (nº 74/2006, na origem), de 11 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, dos pareceres do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 85056, referentes à declaração incidental da inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002 (impedimento do juiz prolator da sentença para integrar a turma julgadora). *O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.* 28838

Aprovação, na sessão do dia 6 do corrente, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469/05, na Casa de origem), que dispõe sobre as carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e fixa os valores de sua remuneração. *Será*

encaminhado à sanção e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. 28838

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “Em 6 meses, Planalto gastou R\$ 69 mi a mais do que em 2005”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 13 de julho do corrente ano. 28838

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Comentários sobre a matéria intitulada “Carga tributária chega a 37,37% do PIB e contraria promessa de Lula”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de agosto. 28839

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro a matéria intitulada “Alckmin diz que governo Lula tem ‘uma lista telefônica’ de corrupção”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** de 31 de agosto do corrente. 28841

SENADOR *MARCOS GUERRA* – Registro do artigo intitulado “A consagração da merda”, publicada pelo jornal **Folha de São Paulo** de 30 de agosto de 2006. 28842

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Comentários à matéria intitulada “PT quer processo contra ONG que critica corruptos”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 15 de agosto do corrente. 28843

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – Contribuições para um futuro pacífico no Oriente Médio. 28844

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Propostas de modificação do Código Penal, que visam proteger o consumidor ou aquele que depende de serviços de terceiros. 28844

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 207, de 2006. 28846

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.664, de 2006. (Republicação) 28847

Nºs 1.841 a 1.845, de 2006. 28847

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 150ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de setembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marco Maciel, Romeu Tuma e Sibá Machado

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, da representação do Rio Grande do Sul no Senado Federal, por 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna no dia de hoje para falar de três temas. O primeiro é a preocupação que estou tendo, como autor do Estatuto do Idoso, com a forma como os planos de saúde estão aumentando o valor das mensalidades para as pessoas mais idosas.

Sr. Presidente, está ficando impossível os idosos permanecerem em um plano de saúde. Como já disse alguém, eles estão sendo praticamente expulsos, porque não conseguem pagar as mensalidades dos planos de saúde, que, de forma abusiva, estão sendo aumentadas, não respeitando, inclusive, o Estatuto do Idoso.

Os valores estão cada vez mais distantes da realidade dos vencimentos dos nossos idosos, sem falar que o índice dado aos aposentados e pensionistas é sempre inferior ao reajuste do salário mínimo e bem inferior ao reajuste realizado pelos planos de saúde.

O aposentado que tem plano de saúde recebeu 5% de reajuste. Como ele vai pagar um reajuste na mensalidade do plano de saúde de mais ou menos 26% se o reajuste no seu salário foi de 5%?

Segundo o Idec, Sr. Presidente, o Instituto de Defesa do Consumidor, em 19 de maio, a Agência Nacional de Saúde Suplementar divulgou a Resolução Normativa nº 128, que fixou em 8,89% o percentual de reajuste para os contratos individuais novos e antigos.

Nesse caso, já é um reajuste de praticamente 4% a mais do que recebeu o aposentado.

Segundo a Resolução nº 128, esse mesmo percentual de 8,89% deveria ser aplicado sobre os contratos antigos, que não possuem cláusula de reajuste ou cuja cláusula seja incerta. Todavia, a mesma Re-

solução, Sr. Presidente, determinou que, para os contratos antigos de operadoras que firmaram o termo de compromisso em 2004, seriam aplicados índices de reajuste diferenciados. Assim, tem início a escalada de perda gradativa por parte do idoso.

Ainda segundo o Idec, foram autorizados os percentuais de reajustes aplicáveis aos contratos antigos, individuais e familiares, de planos de saúde das operadoras que assinaram termo de compromisso em até, nesse caso, 11,57%. Houve um acréscimo de 8,86% para 11,57%. Algumas operadoras, além do reajuste, poderão aplicar também um resíduo de 4,41%, referente, segundo elas, ao aumento permitido em 2005 e não aplicado na ocasião. Vale lembrar que o IPCA acumulado entre maio de 2005 e abril de 2006, período do reajuste, é somente de 4,63%.

Sr. Presidente, por conta do mesmo termo de compromisso, de 2005, enquanto o índice de reajuste da ANS para os contratos novos, individuais e familiares foi de 11,69%, houve plano de saúde que assinou o termo de compromisso e cujo reajuste foi de 26,1%. Isso é inaceitável!

Qual a justificativa? Ninguém explica. Os idosos utilizam mais os planos de saúde à medida que o tempo avança. Alguns dizem que o custo para os idosos é maior do que para os jovens. Nossos idosos enfrentam grandes dificuldades e tentam trocar os planos em razão da suas idades e do alto valor. Estão sem liberdade de escolha, e o pior é que grande parte são portadores de doenças crônicas que exigem um acompanhamento rotineiro.

Sr. Presidente, pouco mais de dois em cada dez brasileiros conseguem pagar um plano de saúde, e é cada vez menor a presença de pessoas com mais de 59 anos nesse mercado, porque não conseguem pagar.

Tivemos conhecimento da pesquisa de uma empresa de consultoria especializada no setor que mostrou que, entre 1998 e 2005, essa faixa de participação caiu de 23% para 8%. Ou seja, havia 23% de idosos participando de planos de saúde, e praticamente dois terços tiveram que abandoná-los.

Segundo palavras do Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, infelizmente, quando a pessoa passa dos 60, 65 anos, a cobertura é alta, e o preço também. Se o homem ou a mulher com idade

avançada não for dependente de um filho, dificilmente vai conseguir pagar um plano.

Lamentavelmente – e como lamento –, esse é o quadro real dos nossos idosos perante os planos de saúde. Para os idosos, tanto o reajuste dos planos antigos como dos novos tem sido motivo de agonia.

Sr. Presidente, estamos muito preocupados, porque há um desrespeito total ao que determina o Estatuto do Idoso, que estabelece que a prestação do plano de saúde não pode discriminar as pessoas por idade, penalizando-as.

Sr. Presidente, tenho convicção de que esta Casa está sensível a esta questão. É gravíssima e desumana a situação. Nossos idosos estão vivenciando uma aflição diária para sobreviver pagando planos de saúde com reajustes tão elevados, pois, lamentavelmente, nosso sistema público de saúde ainda não consegue atendê-los.

Precisamos pensar, pensar e agir. Deve haver uma saída. Nossos idosos precisam de tranquilidade e não da aflição permanente de não serem atendidos pelos planos de saúde de que são os titulares.

Devido a isso, Sr. Presidente, estamos elaborando uma emenda ao Estatuto do Idoso na linha de penalizar, multar os planos de saúde que estão desrespeitando o artigo do Estatuto que garante a não discriminação por parte dos planos de saúde aos nossos idosos.

Sr. Presidente, uma outra questão que nos preocupa muito é o FGTS, que hoje está completando 40 anos de criação. Quando o Fundo foi criado, o objetivo era compensar os trabalhadores que tinham perdido a estabilidade no emprego, quando estivessem na mesma empresa e ultrapassado a barreira dos 10 anos, e garantir ao trabalhador, quando fosse demitido, uma poupança para que pudesse sobreviver durante o período em que ficasse desempregado.

O dinheiro aplicado no fundo, enquanto o trabalhador estiver empregado, vai sendo acumulado sob a forma de uma poupança e pode ser emprestado para ser utilizado na construção de casas para o trabalhador de baixa renda. Por isso é que o assalariado brasileiro concordou em receber somente uma correção correspondente a 3% mais a TR, praticamente a metade da remuneração da poupança.

Durante os quase vinte anos em que venho atuando aqui no Congresso, Sr. Presidente, a Caixa e os Governos sempre me venderam essa imagem, insistiam comigo para que não propusesse destinações outras para esse dinheiro do Fundo de Garantia, nem mesmo para o filho do trabalhador pagar uma universidade, uma escola, um curso que ele quisesse fazer ou sequer para o caso de ocorrer uma catástrofe e o trabalhador perder sua casa ou coisa parecida.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu concordo e insisto nessa tese. O dinheiro do Fundo de Garantia é uma poupança do trabalhador para ele usar quando for demitido. Fora isso, esses 176 bilhões de reais devem ser usados para a construção de casas para os trabalhadores de baixa renda. Por isso fiquei perplexo no mês que passou quando soube que havia sido aprovada uma resolução que permite que o dinheiro do FGTS, esses 176 bilhões, possa ser usado em grandes obras de infra-estrutura. Além disso, não dizem quais são as obras. Será que se fará com o dinheiro do FGTS o que foi feito no passado com o dinheiro da Previdência, uma ponte Rio-Niterói ou uma Transamazônica, Itaipu ou Volta Redonda?

Isso me causou muita preocupação, Sr. Presidente, e, como eu dizia outro dia, repito: esse filme eu já vi.

A dívida que o Estado brasileiro tem com os aposentados hoje ultrapassa a três trilhões de Reais. O dinheiro foi usado indevidamente pelos governantes para construir obras faraônicas e hoje dizem que a Previdência está falida. Eu continuo dizendo que não está falida, mas dizem isso. É porque usaram o dinheiro indevidamente. Brasília foi construída com o dinheiro da Previdência.

O que me assusta é que, agora, que o FGTS tem um saldo importante, interessante, dinheiro que poderia ser usado para gerar emprego – desde que as empresas de construção civil se preocupassem principalmente em construir casas para a classe média e para classes menos favorecidas –, estamos vendo que o dinheiro poderá ser usado nas ditas obras sem limite.

Se ainda nos dissessem “não vai ser usado no saneamento básico, na estrutura, nos conjuntos habitacionais”, poderíamos considerar, mas não, nada está determinado. Sr. Presidente, a preocupação é grande. Repito: o FGTS hoje está com saldo total de cerca de 176 bilhões de reais. O que nos preocupa é a forma de aplicação desses recursos, porque que pode ocorrer, como dizia, o que vi no passado.

Defendo o incentivo à construção civil e ao saneamento básico, gerando milhares de empregos em toda a cadeia produtiva, com casa para o trabalhador de baixa renda.

Facilitar o acesso aos financiamentos com os recursos do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e classe média, aumentando os limites de financiamento e subsidiando fortemente os mais carentes para que tenham direito à casa própria tem o meu apoio. A meu ver, essa deve ser a destinação dos recursos do Fundo.

Acredito também que devemos igualar os rendimentos dos depósitos no FGTS aos da poupança, ou seja juros de 6% ao ano mais a TR.

Como essa é uma aplicação do trabalhador, que pelo menos paguem a ele o correspondente à poupança e usem o dinheiro – é perfeitamente possível fazer isso – para a construção de casas para aqueles que mais precisam.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que discordo da proposta de se utilizar o dinheiro do FGTS de modo desordenado na infra-estrutura, sem limite, elogio o Governo do Presidente Lula pelo pacote de ontem de medidas de incentivo à moradia anunciado pelo Ministro Guido Mantega.

Redução de juros, diminuição do custo de produção dos imóveis e facilitação do acesso aos financiamentos, esses são os principais objetivos das medidas anunciadas ontem. Isso é interessante. O que não se pode é utilizar o Fundo de Garantia em obras sem destino definido.

Sr. Presidente, tenho ouvido algumas críticas no sentido de que esse pacote anunciado ontem, com vistas a diminuir a taxa de juros para que o trabalhador possa ter a sua casa, até com prestações descontadas em folha, é uma medida eleitoreira. Se for uma medida eleitoreira, deveria haver eleições todos os meses, todos os anos, todos os dias, a todo minuto. Quero é que haja políticas que beneficiem o nosso povo tão sofrido, que fica na base da pirâmide, e não aqueles 5% que estão na cúpula.

Por isso, aprovo a segunda medida, mas preocupo-me aquela primeira medida, que visa utilizar parte dos R\$176 bilhões do FGTS para, de forma desordenada, liberar o dinheiro para qualquer obra grande de infra-estrutura. Nesse caso, os recursos deveriam ser outros.

Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex^a está pedindo um aparte, e eu concedo de imediato, porque sei que V. Ex^a conhece também essa área.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Parabenizo o pronunciamento de V. Ex^a e me acosto a ele no tocante ao pacote de melhorias para o setor de habitação e construção civil no País. No dia de nossa posse nesta Casa, a que muito me honra pertencer, fui apresentado, coincidentemente pelo fantástico Senador Marco Maciel, à equipe da TV Senado. Pegaram para uma entrevista naquele programa muito bem feito, Direto do Cafezinho. Falava um Senador que iria tomar posse, e minha primeira abordagem foi nossa preocupação com o problema habitacional e a repercussão que qualquer estímulo à construção civil no Brasil representa para sua economia e para o desenvolvimento social. Deverá haver várias críti-

cas aos projetos lançados no dia de ontem; porém, em sua concepção maior, em sua concepção macro, acosto-me ao nobre Senador no sentido de que o que vier em prol da construção civil é sucesso, é benéfico ao País. Então, é muito importante que se prolongue e se eleve o nível da discussão a respeito até do próprio pacote. Hoje pela manhã eu estudava o assunto junto com nossa assessoria. Vimos alguns detalhes que merecem esclarecimentos futuros. Preocupa-me a substituição da TR, que é uma taxa conhecida. Prefiro trabalhar com taxas conhecidas a trabalhar com taxas desconhecidas. Talvez tenha sido gerada uma expectativa não precisa do que haverá no comportamento financeiro de longo prazo. Tem sido muito bom fazer projeções no Brasil desses últimos dois ou três anos, mas o nosso País é imprevisível. Conheço o meio empresarial brasileiro há quarenta anos e sei da inconstância de sua economia. As taxas que ficam a mercê do mercado financeiro são perigosas a médio e longo prazo. Quanto a esse ponto, prefiro posteriormente voltar ao plenário para tratar mais tecnicamente de alguns efeitos. Parabenizo V. Ex^a pela citação e pela lembrança de congratular o Governo por essa medida que visa a expansão de todo um projeto habitacional no País. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigando, Senador Roberto Cavalcanti. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Desdobrei o assunto em dois pontos. Eu dizia que esses R\$176 bilhões do FGTS devem ser usados, prioritariamente, na construção de casas – com o que sei que V. Ex^a também concorda – para os trabalhadores de baixa renda, de classe média para baixo. Essa prioridade é sagrada. O dinheiro não pode ser usado em outros investimentos.

Confesso que, quando foi decidido que o dinheiro poderia ser usado como investimento em Volta Redonda ou mesmo na Petrobras, fiquei um pouco preocupado, porque essa não é a raiz do surgimento do Fundo de Garantia. Há, no mínimo, 40 milhões de pessoas neste País que vivem ainda à procura de um lar, de uma casa para morar. Então, eu queria muito que o dinheiro do FGTS fosse destinado à construção de casas para o nosso povo, e aí, sim, viriam esses outros investimentos anunciados ontem, diminuindo-se a taxa de juros, inclusive sem a TR. Eu quero só complementar, pois vou conceder a V. Ex^a a palavra em um aparte. Eu lhe confesso que vejo com simpatia essa medida, porque mesmo a classe média vai poder projetar a forma do pagamento das mensalidades durante 20, 30 anos, de forma fixa, uma vez que ela não terá correção da TR.

Eu sei que muitos países do Primeiro Mundo já chegaram a esse estágio. V. Ex^a, no seu aparte, fala

em estabilidade. Acho que estamos caminhando bem nesse aspecto. É bom lembrar que o sonho da Esquerda – e falo como alguém que militou muito nessa área –, que defendemos aqui no Congresso, Senador Marco Maciel, foi uma taxa de juros de 12% ao ano, estabelecida constitucionalmente. Depois de muito debate – debate salutar, produtivo – nos convencemos de que não há como engessar na Constituição a taxa de juros. Mas, felizmente, estamos chegando praticamente a 12% ao ano. Hoje, a taxa de juros é de 14,3% ao ano, e acho que vamos chegar rapidamente a 12% ao ano. Eu não estou dizendo que essa é uma obra deste ou daquele Governo, mas, sim, uma construção da sociedade brasileira, que foi amadurecendo, e vamos chegar a 12% ao ano.

Se pudermos ter financiamento da casa, inclusive para a classe média, com valores fixos e que o patamar seja aceitável, sem a TR, será muito bom. Tomara que a gente chegue lá!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, aproveitando a ocasião para solicitar a brevidade do aparte, visto que o tempo do orador está se findando.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a aborda um tema que vai permitir muita discussão nesta Casa. O aspecto que enfatizei, o da TR, visa à minha tranquilidade, pois quero saber em que nível está a TR hoje. Esse é um ponto. Outro ponto diz respeito à consignação prevista no projeto, que deve estabelecer um limite máximo de consignação, como acontece em outras faixas de financiamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No projeto que está aí, o limite é de 30% do salário do mutuário, em tese.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Perfeito. Vamos supor que, ao longo de um projeto de 30 anos para aquisição de uma casa, haja uma defasagem entre o crescimento do valor salarial e o crescimento da prestação, uma vez que eles não são harmônicos. Então, poderá haver a possibilidade de um vazio. Temos de questionar, inclusive juridicamente, todo o embasamento do projeto, porque, ao se estabelecer, por exemplo, o limite de 30%, e o tomador do empréstimo estiver na faixa limite de 30% ao tomar o empréstimo, haverá uma correção futura do valor da prestação ao longo de 15, 20, 25 anos. À medida que vai se aproximando o final, essa taxa de remuneração financeira – não sei nem qual é o nome que ela vai tomar, antigamente era TR –, essa nova correção vai variar, porque ninguém empresta dinheiro sem ter um retorno sobre o principal. Temos que tomar cuidado, porque, lá na frente, poderá haver uma falha jurídica.

Se o adquirente fez o contrato nos limites dos 30%, ao ocorrer uma defasagem entre a prestação e o valor do seu salário, se a prestação ultrapassar os 30% estipulados, poderá haver questionamento do contrato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu entendi a preocupação de V. Ex^a.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a entendeu a preocupação? Digamos que eu tenha hoje, por exemplo, um salário de R\$1.000,00...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E está pagando R\$300,00.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Como não temos a TR para prefixar essa prestação, alguém poderá prefixar um valor semelhante ao da TR para a prestação, digamos. Com o crescimento dessa taxa de remuneração financeira, amanhã essa prestação poderá ser maior, poderá crescer e chegar a R\$500,00. Ela era de R\$300,00 e passou para R\$500,00, e o salário, que era de R\$1.000,00, passou a ser de R\$1.500,00. Só que 30% de R\$1.500,00 não dariam o valor correspondente à taxa. Essa é uma preocupação que devemos ter com relação ao aspecto contratual da parte jurídica. Com relação à preocupação de V. Ex^a quanto à utilização dos recursos do FGTS para as casas mais populares, acho que pode ficar bem tranquilo, porque, hoje pela manhã, ao estudar esse tema, eu verifiquei que todo o embasamento dele vai para uma categoria, para um patamar acima, digamos. Seriam habitações de nível médio em diante. Ela não está voltada especificamente, ou seja, o foco não está na casa básica, popular. Com relação ao programa da casa básica, popular, acho que o Governo Federal vai ter que editar outro projeto que permita o crescimento desse programa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso eu entendi. O que eu quero dizer a V. Ex^a é exatamente o seguinte: o que não quero é que os R\$176 bilhões do FGTS, que são destinados à construção de casas para o trabalhador de baixa renda, sejam destinados a grandes obras da dita infra-estrutura, que não me dizem o que é. Nesse eu não quero que mexam. Mas, nesse outro projeto, sim. Aí vai na linha daquilo que V. Ex^a falou. E eu estou aqui na expectativa de que possamos sonhar aqui, no Brasil – como há em países do Primeiro Mundo –, com a prestação fixa. Aí, sim, porque, neste caso, você tem controle, sabe o que está projetando, o que está fazendo, o que vai pagar e quanto é o seu salário em média. Claro que tudo na iniciativa privada pressupõe risco; você nunca tem certeza absoluta. Você pode estar empregado hoje com R\$1.500,00, amanhã estar demitido e ter que receber um salário de R\$1.000,00. Bem, mas aí é um contrato

de risco, que as partes vão ter que assumir, e aí vêm os seguros, que são uma forma de se construir.

Acho que a meta de ter um valor fixo que, no ato do contrato, não ultrapasse 30% do salário do mutuário é boa. E é claro que o ideal é que a prestação seja fixa ao longo de 30 anos, o ideal é que possamos fazer dívidas de longo prazo, num Brasil que está quase em deflação. Em um País em que a inflação pode chegar este ano a 2%, a taxa de juros também tem que ir despencando. Não pode, num País com inflação de 2% a 3% ao ano, haver ainda uma taxa de juros de 14,5%.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Permita-me, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero apenas que a Presidência... Por mim está muito bom este diálogo que estamos tendo aqui. Percebo que o Senador Romeu Tuma está...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Senador está aqui falando sobre a “minhoca” que eu tinha na cabeça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas isso é bom.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Porque os jornais já trazem alguma dúvida nas conclusões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas as dúvidas são boas.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não sei se a tabela Price vai funcionar nisso aí.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – O macroprojeto é bastante interessante.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, eu gostaria de interromper V. Ex^a um instante para observar que o orador excedeu o tempo na tribuna e que V. Ex^a, em seus apartes, que foram muito enriquecedores, contribuiu para o debate do tema. Gostaria que V. Ex^a fosse breve, para ouvirmos, logo após, o Senador Romeu Tuma, representante de São Paulo nesta Casa, e que, assim, o orador encerrasse sua manifestação.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Para concluir, eu o parabenizo mais uma vez. A minha preocupação básica é a seguinte: quando se tem uma prestação prefixada, ninguém prefixa sem colocar um “delta xis” a mais, por segurança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Somente para dar um exemplo prático, cito o empréstimo consignado hoje feito na minha folha de pagamento. Eu faço um empréstimo em 36 meses, com prestação fixa. Esse é um exemplo de que é possível. É bom o debate para se construir a idéia.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Entendo. Mas minha visão é por um outro lado. O empréstimo consignado é fantástico, porque até ofe-

rece, a quem está emprestando o dinheiro, um reforço de garantia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro! O empréstimo consignado, também nesse caso, será para construção de casa própria.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Porque se tem o imóvel mais a consignação. Se a pessoa morrer, por exemplo, será retirada parte da pensão para pagar a prestação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E o seguro, também, que o próprio banco faz.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Ótimo. Tudo bem. Será bom para quem está financiando, inclusive.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estará pagando o seguro num grau de financiamento.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Está fazendo um seguro, um reforço de garantia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, na hora em que morrer, não há problema, pois todos vão receber a sua parte.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – É um reforço de garantia. A consignação nada mais é do que um reforço de garantia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Às vezes é um seguro inclusive exagerado.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – É ótimo, até para quem empresta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Agora, a minha preocupação não é essa, mas a TR, que hoje está num valor bastante aceitável. Toda vez que se coloca, numa entidade financeira, na empresa privada ou em qualquer outra atividade, uma projeção futura de inflação ou de custo financeiro, projeta-se com um delta a mais, por segurança. O meu medo é que o Governo estabeleça uma norma que ainda não está prefixada para que não tenhamos, no frigidar dos ovos, uma taxa ainda maior do que aquela que já se adotava.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou entendendo a sua preocupação.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – V. Ex^a compreendeu o aspecto? O meu agradecimento pela deferência e atenção especial.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas é uma questão de contrato de risco na iniciativa privada, e vai haver uma concorrência para os bancos. O banco que apresentar um percentual de juros para essa prestação prefixada de menor valor, claro, terá maior clientela; as pessoas vão se socorrer desse banco. Vai chegar o momento em que deverá haver competição entre os

bancos neste País. Não pode continuar esta barbada em que os bancos apresentam lucros fabulosos.

Não haverá tempo aqui, mas eu iria falar sobre os bancos. O meu pronunciamento seria sobre o abuso dos banqueiros, que estão adotando taxas, e taxas, e taxas, diariamente, inclusive na venda casada. Eu explico aqui a venda casada. A pessoa vai lá para fazer um empréstimo, e já a obrigam a contratar um pacote: “Nós lhe damos o empréstimo, mas você tem de pegar isto aqui também”.

É preciso que o Ministério Público faça uma fiscalização dura nesse aspecto, que faz com que se compre o que não se quer. Por isso a concorrência bancária, para mim, também é boa. Se, em toda a iniciativa privada, entre os empresários, os comerciantes, os donos de padaria, de botecos ou de mercados, há concorrência, também quero a concorrência entre os bancos. O banco que oferecer a melhor proposta para o mutuário terá dele a opção pela possibilidade da compra da sua casa, prefixada, sem TR e, naturalmente, com a taxa de juros que ele entender interessante.

Ouçó o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço licença, não vou nem tomar o tempo, porque o Senador Roberto já deu as preocupações...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – As preocupações são legítimas para o bom debate.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, tive a oportunidade de viajar ao lado das advogadas do Procon de São Paulo, que estão fazendo um trabalho junto com o Ministério Público sobre empréstimo consignado. Há um número enorme de estelionatos praticados por pequenos segmentos bancários que fazem operações em que, muitas vezes, o adquirente nem sabe que está devendo – só quando recebe o desconto é que ele vai reclamar, e, às vezes, há demora de seis meses para ter o dinheiro de volta. Então, eles estão analisando esses casos, com muita preocupação. É claro que esse pacote é importante, tanto que o Presidente do Sindicato, em São Paulo, já se manifestou. O que se investe em matéria de construção civil repercute automaticamente em emprego.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em emprego e em qualidade de vida.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Emprego sem qualificação necessária. Quer dizer, a construção civil absorve mão-de-obra às pamparras, e eles falam em um crescimento anual enorme dentro desse programa, embora exista outro programa pelo qual o BNDES já está emprestando para o setor de construção civil. Esse é direto ao comprador. O que preocupa, por exemplo, é o que V. Ex^a disse. Então, o salário mínimo é de R\$350,00...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na peça orçamentária, é de R\$375,00; no meu projeto, R\$400,00.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Se o mutuário tiver uma prestação de 30%, são R\$90,00; sobram pouco mais de R\$200,00. Depois, ele verá que não terá dinheiro para pagar outras despesas e, às vezes, nem para comer. Ontem, o Presidente do Sindicato dos Mutuários foi à televisão pedir que, pelo menos, haja um seguro, alguma coisa que garanta a possibilidade do desemprego. Qual é a garantia de que o cidadão ficará com a casa se amanhã ele perder o emprego? O banco não vai receber mais pela folha e vai ter que executar – como V. Ex^a disse. Dinheiro é mercadoria, Senador. É claro que tem que haver uma série de garantias, e eles já têm mais que o necessário com empréstimo consignado, desconto em folha e o imóvel. O imóvel é o principal. Não pagou, toma-se o imóvel de volta. Eu não vi a medida provisória, não vi as explicações, mas, no final da matéria, o jornal diz que poderá haver o residual, etc. Foi esse residual que matou o sistema habitacional. O Governo tem que investir mesmo. Hoje, o sonho de qualquer cidadão é ter um teto sob o qual morar. Nós vamos ter que estudar para ver se é preciso fazer alguma modificação. V. Ex^a pensa no pobre, mas aqui, objetivamente, está muito voltado para a classe média. Eu não sei se estou certo ou errado. Eu não ouvi, mas acho que é muito voltado para a classe média. E o que é preciso é fortalecer os sistemas sociais dos Estados e Municípios, que fornecem as casas por uma prestação bem baixa, a fim de que o cidadão possa realmente ter o seu teto. Obrigado pela concessão do aparte, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nobre Senador Romeu Tuma, eu explicava que eu trabalhei com dois momentos. O dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem que ser usado para o trabalhador de baixa renda. São R\$176 bilhões. Eu até dizia que contestava uma medida que vi anunciada – uma propaganda – em que seria usado o dinheiro para a infra-estrutura.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Aquilo seria um crime. A PPP fazer com...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com isso eu discordei. Todavia, o plano anunciado ontem – e já encerro –, na verdade, visa a investimento na construção civil, sem a TR, diminuindo a taxa de juros e abrindo a possibilidade...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A TR é opcional, pelo que li; o banco pode optar pela TR.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que eu dizia, Senador Romeu Tuma...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – E o consumidor também não sei se... Mas podemos corrigir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro! Mas o que eu dizia, Senador Romeu Tuma, é que vai haver também concorrência nos bancos. É uma barbada para os bancos só ganhar dinheiro. Então, será escolhido o banco que não cobrar a TR e instituir prestações fixas, passíveis de pagamento. Por que escolher um banco que cobra 100 mais TR? Não se vai poder pagar.

Este debate provocado por nós no plenário é muito positivo. Seria interessante extinguir a TR, diminuir a taxa de juros para obter uma prestação no limite de 30% dos vencimentos. Evidentemente, os seguros serão incorporados, bem como os acordos e entendimentos sobre os casos de demissão, falência e falecimento. Isso faz parte do ritual do sistema que vivemos.

Considero a medida simpática, porque permite investimento na construção civil, gera emprego com juro menor, sem TR, e possibilita empréstimo consignado, como já se faz. Já contrai empréstimo em 36 meses com juros prefixados; portanto, não se aumenta nenhum centavo. Para mim, foi importante. Se essa possibilidade vai permitir que todos tenham essa opção, é positiva. É questão de opção. Não me agrada que digam que se abriu tal possibilidade, e o trabalhador vai acabar quebrando.

Ora, deixem o cidadão. Lembro-me de que, aqui no Congresso, mais ou menos na época em que o salário mínimo foi criado, alguns diziam: “Olha, não pode dar um aumento muito grande no salário mínimo, porque o trabalhador não sabe o que vai fazer com o dinheiro e vai acabar indo beber no bar”. É o fim do mundo no preconceito. O trabalhador, com o seu poder de compra limitado pelo baixo salário neste País, faz milagre e vai saber investir naquilo que entender interessante para efeito de compra de sua casa.

Senador Romeu Tuma, no meu último pronunciamento, que vou dar como lido, naturalmente, porque sei que já passei do limite, faço uma crítica dura ao sistema bancário pelo abuso nas taxas; são taxas de todos os tipos, algumas até de R\$25,00, se o correntista, depois de comprar um título, por exemplo, resolver fazer uma operação diferenciada. Paga-se taxa de administração de contrato que pode girar em torno de R\$25,00 ao mês! Ora, se o banco cobra todos os juros – e juros que sabemos exorbitantes –, como é que há taxas de até R\$25,00?

Fica por escrito o meu pronunciamento sobre esse tema.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trago hoje a tribuna do Senado Federal um assunto que diz respeito a milhões de trabalhadores brasileiros, que é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

O FGTS está completando 40 anos de idade.

Quando o fundo foi criado, o objetivo era compensar os trabalhadores por possíveis demissões, porque até aquela data, ou seja há 40 anos atrás, o trabalhador tinha estabilidade no emprego após 10 anos de trabalho na empresa.

Alem disso, o FGTS tem como objetivo fundamental o financiamento de moradias aos trabalhadores com juros subsidiados, visto que a remuneração dos saldos das suas contas é somente 3% ao ano mais a TR.

Durante os quase 20 anos que atuo no parlamento, sempre ouvi a justificativa de que os recursos do FGTS são para a construção de unidades habitacionais e financiamento do saneamento básico nos estados e municípios.

Concordo e apóio essa tese, e a tenho defendido, analisando com muito cuidado todos os projetos de lei que visam liberalizar os saques do FGTS para outros fins.

No mês que passou, foi noticiado que o Conselho Curador do FGTS, aprovou a utilização dos recursos do fundo para obras de infra-estrutura.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos 40 milhões de cidadãos sem lar, sem um teto digno, morando em condições precárias, sem água potável, sem esgoto, sem as mínimas condições de habitabilidade.

Com esse passivo social, como podemos entregar os recursos do FGTS para os serviços de infraestrutura sem definir antecipadamente:

Quais serão as obras priorizadas;

Se as obras serão dirigidas para atender aos trabalhadores de baixa renda;

Ou se os nossos recursos mais uma vez irão subsidiar os interesses dos poderosos em detrimento dos trabalhadores.

O FGTS hoje está com um saldo total de cerca de 176 bilhões de reais e nos preocupa a forma de aplicação desses recursos, pois pode ocorrer o mesmo que ocorreu com a previdência no passado, onde os recursos foram aplicados em obras faraônicas e jamais retornaram aos seus cofres.

Defendo o incentivo à construção civil, ao saneamento básico, gerando milhares de empregos em toda a cadeia produtiva.

Facilitar o acesso aos financiamentos com os recursos do FGTS aos trabalhadores de baixa renda e classe média, aumentando os limites de financiamento e subsidiando fortemente os mais carentes para a construção ou aquisição da tão sonhada casa própria. Ao meu ver, essa deve ser a destinação dos recursos do fundo.

Acredito também, que devemos igualar os rendimentos dos depósitos no FGTS aos da poupança, ou seja juros de 6% ao ano mais a TR.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo que discordo da forma proposta pelo executivo de utilização dos recursos do FGTS, quero elogiar o Governo do Presidente Lula pelo pacote de medidas de incentivo à moradia, anunciado hoje.

Redução de juros, diminuição do custo de produção dos imóveis e facilitação do acesso aos financiamentos, esses são os principais objetivos das medidas anunciadas visando o incentivo ao setor da construção civil.

Vejo críticas de que as medidas são eleitoreiras, pois estão sendo anunciadas às vésperas do pleito. Pois bem, se for para beneficiar efetivamente a população, poderemos ter eleições todos os dias, todas as horas, todos os minutos.

Era o que eu tinha a dizer,

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar hoje dos juros e taxas de serviços cobrados pelo sistema bancário.

É um acinte ao trabalhador a cobrança e a venda casada de produtos e serviços bancários, prática esta vedada pelo Código de Defesa do Consumidor, mas que as instituições praticam abertamente, contando com a ineficiência e falta de atuação dos órgãos de fiscalização.

Solicito ao Banco Central e ao Ministério Público, que atuem de forma firme para coibir essas práticas, que causam tantos danos à população.

Os serviços bancários têm caráter essencial para a população, são indispensáveis. Nos dias de hoje não há como viver sem o sistema bancário, principalmente para os trabalhadores, e os mais pobres.

Não sou contra ninguém, nem contra o lucro honesto e ético. Sou contra o abuso do poder econômico, sou contrário a que os trabalhadores e aposentados sejam espoliados ao tentarem realizar um sonho, da compra de um bem ou da casa própria.

Tenho recebido dezenas de e-mails e correspondências relatando a que ponto chega a ambição desmedida dos banqueiros.

O trabalhador e o aposentado quando se dirigem ao banco e solicitam um empréstimo para realizar um

sonho de comprar um bem, de reformar ou comprar sua casa, só tem sua solicitação atendida, se “comprar” um seguro, um plano de previdência, títulos de capitalização ou outro produto do banco.

Fica caracterizada então a venda casada. É lógico que existem instituições que trabalham de forma correta e transparente, e não adotam esse tipo de procedimento, a essas quero que fique registrado meu elogio.

Além disso, ainda existe o assédio moral a que são submetidos os funcionários dessas instituições, com a fixação de metas exorbitantes de vendas desses produtos, e penalizando os funcionários que não as atingirem.

Solicito aos cidadãos que denunciem essas práticas ao Banco Central e ao Ministério Público, para que adotem as medidas punitivas previstas em lei.

Quem está me assistindo, via sistema de comunicação do Senado Federal, e já presenciou uma situação semelhante, sabe do que estou falando.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, as armadilhas a que estão sujeitos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Um cidadão vai ao banco solicitar um empréstimo habitacional. Além da prestação, tem que pagar o seguro e a taxa de administração de contrato, e outras tarifas na hora da contratação.

Pois bem, a seguradora é do próprio banco, e cobra o que quer, chegando a haver diferenças entre instituições nas mesmas linhas de crédito de até 40%.

Ainda há a tal “taxa de administração de contratos”, que gira em torno de R\$25,00 por mês. Ora, se o banco já cobra juros, e os juros englobam o custo de captação e mais o spread que contém os custos administrativos da instituição, lucro e inadimplência, não é justo pagar mais essa tarifa.

Para sanar esses abusos, apresentei o PLS 024/2006 que faculta ao mutuário a escolha da seguradora na contratação de financiamentos habitacionais, e o PLS 129/2006 que proíbe a cobrança da taxa de administração de contratos nos financiamentos habitacionais.

Solicito apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores, para a aprovação mais rápida possível desses projetos.

O setor financeiro no nosso país tem sido a menina dos olhos dos capitais internacionais, temos a maior taxa de juros do mundo, temos os maiores *spreads* do mundo, temos as maiores taxas de serviços do mundo e nos últimos anos recordes de lucratividade bancária.

Convoco os órgãos de fiscalização para que adotem as medidas necessárias para deter essa sangria a que está submetida a população e o setor produtivo brasileiro.

É obrigação dos órgãos de fiscalização defender a população contra os abusos, e nós, representantes do povo, temos que exigir e nos somarmos a essa cruzada.

Quero deixar claro novamente que não sou contra ninguém, que não sou contra o lucro, contra a remuneração dos serviços que advém do trabalho sério, honesto e ético. Sou contra o abuso e a espoliação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna falar de um pesadelo que tanto aflige e angustia nossos idosos: Os elevados índices de reajustes dos planos de saúde.

Está ficando impossível para os idosos permanecerem em um plano de saúde. Eles estão sendo expulsos por não conseguirem manter suas mensalidades em dia. Seus valores estão cada vez ficando mais distantes da realidade dos vencimentos dos nossos idosos.

Isso sem falar que o índice dado aos aposentados e pensionistas é sempre inferior ao do salário mínimo e também bem inferior aos dos reajustes dos planos de saúde.

Como receber 5% de reajuste no valor da sua aposentadoria e o percentual de reajuste dos planos de saúde serem maiores?

Segundo o IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor em 19 de maio, a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar divulgou a Resolução Normativa 128, através da qual fixou em 8,89% o percentual de reajuste para os contratos individuais novos e antigos.

Segundo essa mesma Resolução 128, esse mesmo percentual de 8,89% deveria ser aplicado aos contratos antigos que não possuem cláusula de reajuste ou cuja cláusula fosse incerta. Todavia, a mesma resolução determinou que para os contratos antigos de operadoras que firmaram Termo de Compromisso com a ANS em 2004 seriam aplicados índices de reajuste diferenciados.

Ainda segundo o IDEC, a ANS autorizou os percentuais de reajuste aplicáveis aos contratos antigos individuais/familiares de planos de saúde das operadoras que assinaram Termo de Compromisso (TC) em até 11,57%.

Teve operadora que além do reajuste, poderá aplicar também resíduo de 4,41%, referente a aumento permitido em 2005 e não aplicado na ocasião. Vale lembrar que o IPCA acumulado entre maio de 2005 e abril de 2006, período do reajuste, é de 4,63%.

Por conta dos mesmos Termos de Compromisso, em 2005, enquanto o índice de reajuste da ANS para os contratos novos individuais/familiares foi de 11,69%, teve plano de saúde do Termo de Compromisso reajustado em 26,1%. Isso é inaceitável.

Qual a justificativa? Os idosos utilizam mais os planos de saúde e, conseqüentemente os custos são maiores do que com os jovens.

Nossos idosos enfrentam grandes dificuldades ao tentar trocar de plano em razão de suas idades. Estão sem liberdade de escolha. E o que é pior, grande parte são portadores de doenças crônicas que exigem um acompanhamento rotineiro.

Pouco mais de dois em cada 10 brasileiros conseguem pagar por um plano de saúde e é cada vez menor a presença de pessoas com mais de 59 anos nesse mercado.

Tivemos conhecimento de pesquisa de uma consultoria especializada no setor, a *Strategy*, que entre 1998 e 2005 essa faixa de participação caiu de 23% para 8%. Segundo palavras do Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo “infelizmente, quando a pessoa passa dos 60, 65 anos a cobertura é alta e o preço também. Se ela não for dependente de um filho, dificilmente consegue pagar” Lamentavelmente, e como lamento, é esse o quadro dos nossos idosos perante os planos de saúde.

Para os idosos, tanto os reajustes dos planos antigos como os novos tem sido motivo de agonia.

Segundo a ANS, nos contratos assinados ou adaptados depois de 1º de janeiro de 2004, o número de faixas etárias aumentou de sete para dez, visando atender a determinação do Estatuto do Idoso que veda a variação por mudança de faixa etária aos contratos de consumidores com idade acima de 60 anos.

A Resolução Normativa (RN 63), publicada pela ANS em dezembro de 2003, determina, ainda, que o valor fixado para a última faixa etária (59 anos ou mais) não pode ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa (0 a 18).

A Resolução determina, também, que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não pode ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas.

Tenho plena convicção de que esta Casa é sensível a essa questão. É gravíssimo, é desumana a aflição diária que nossos idosos estão vivenciando diariamente. Como sobreviver pagando planos de saúde com reajustes tão elevados? E, lamentavelmente, nosso sistema público de saúde ainda não consegue atendê-los a contento.

Precisamos pensar. Pensar e agir. Tem que haver uma saída. Nossos idosos precisam de tranquilidade e não de aflição permanente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental. Cumprimento-o pela excelência do seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Roberto Saturnino não está presente, mas peço licença à Casa – e acho que vou ser solidário – para cumprimentá-lo, mesmo à distância, pelo seu aniversário, que transcorre hoje. Queria abraçá-lo, pessoalmente, mas faço-o de público, acredito, com o aval de todos os Srs. Senadores.

Se o Senador Roberto Cavalcanti não se incomodar, darei a palavra ao Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Em seguida V. Ex^a falará.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Romeu Tuma, representante do Estado de São Paulo nesta Casa da Federação, o Senado Federal, Srs. Senadores Roberto Cavalcanti, Paulo Paim e Sibá Machado, Sr^{as} e Srs. Senadores, a expressão “Poderes do Estado” adquiriu, ao longo da história, sentido dúbio e polissêmico. Dos primórdios do século XVIII aos nossos dias tem servido para designar um dos mais antigos princípios criados pela filosofia política, qual seja, o da separação funcional das instituições, que representam, é bom salientar, a soberania dos Estados. Tais poderes, contudo, há muito superam a divisão tripartite concebida por Locke e aprimorada por Montesquieu.

No Brasil adotamos, na Constituição de 1824, aliás, a primeira Constituição brasileira, que foi também a de mais longa duração, pois teve vigência até a Proclamação da República, o princípio do quarto poder do Estado, o Moderador, defendido por Benjamim Constant de Rebecque, escritor franco-suíço, e também chamado por alguns de Poder Real.

Aliás, não por outra razão, nossa Primeira Carta republicana ficou conhecida como Constituição Benjamina, pela influência que Benjamim Constant teve na elaboração da Primeira Carta, que, aliás, foi outorgada por D. Pedro I.

Como muitas vezes viria a ocorrer, Sr. Presidente, ao longo do nosso evoluir histórico, a inovação foi mal aplicada.

O que seria a função moderadora do monarca aos sistemas parlamentaristas transformou-se em poder pessoal do Imperador, ao ser exercida cumulativamente com o Poder Executivo. Com a engenharia constitucional de 1988, o “quarto poder” foi inquestionavelmente, na minha opinião, atribuído ao Ministério Público, pela soma de poderes e instituições a ele conferido.

Não é só no sentido de denominar as instituições que representam a soberania do Estado contemporâneo que historicamente nos referimos aos “Poderes do Estado”. A expressão abrange, também, o conjunto de prerrogativas e competências concedidas aos titulares que compõem os órgãos da soberania. Delimitadas pelos textos constitucionais, elas configuram a tênue linha que separa a sociedade política da sociedade civil. A mais visível dessas fronteiras é a que distingue as atribuições do Estado das competências estabelecidas para o exercício das atividades econômicas, tanto pelo Poder Público quanto pela iniciativa privada.

Assim, de um lado, a ênfase recai sobre as instituições representativas das funções do Estado e, do outro, sobre o poder limitado a que se refere o neologismo “poliarquia”, utilizado por Robert Dahl para exprimir a multiplicidade dos centros de poder que tornam cada vez mais complexas e, ao mesmo tempo, mais difíceis de operar as democracias hodiernas.

Ao regular os limites e poderes do Estado e assegurar os direitos e garantias dos cidadãos, as Constituições transformaram-se, ao mesmo tempo, em emanção da soberania nacional e instrumento jurídico de defesa dos indivíduos.

Dessa maneira, superou-se a velha querela que opunha a concepção de ser o Estado emanção do Direito à de ser o Direito emanção do Estado. Um novo mecanismo constitucional foi, por isso, estabelecido em quase todas as constituições depois da Segunda Grande Guerra Mundial, ao acrescentar um novo poder à estrutura do Estado, os chamados Tribunais Constitucionais. Entre os países que os criaram, citaria, ao lado de tantos outros, Alemanha, França, Itália, Rússia e os dois países ibéricos, tão próximos do Brasil, Portugal e Espanha. Eles são cortes especiais que procuram manter a eficácia das respectivas constituições, por meio da hermenêutica, adaptando-as às rápidas transformações por que passam as sociedades. Essas transformações são tanto mais velozes quanto sabemos que o século XXI se caracteriza por um grande e amplo processo de globalização.

A concepção desse “quarto poder” se baseia na constatação de que os textos constitucionais não são apenas instrumentos jurídicos, mas também o mecanismo político que mantém viva a prática constitucional, dispensando o recurso as constantes mudanças, por intermédio do oneroso instrumento das emendas constitucionais que tornam os textos dessa natureza cada vez mais conflitivos e geram dúvidas e instabilidade jurídica.

Lembro que o constitucionalismo brasileiro, sobretudo a primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, inspirou-se muito no modelo norte-americano. A Constituição americana, ainda hoje em vigor, é de 1787 – tem, portanto, mais de duzentos anos de

existência e sofreu apenas 26 emendas –, enquanto a nossa de 1988 vai completar dezoito anos em outubro e já sofreu 58 emendas, isto é, 52 emendas constitucionais e seis emendas de revisão. Isso nos chama a atenção para a necessidade, de descobrir novos mecanismos que, a exemplo das chamadas Cortes Constitucionais, venham a evitar o recurso freqüente a emendas constitucionais, quando muitas questões podem ser resolvidas, como se faz hoje em vários países, pela interpretação e atualização de seus dispositivos.

Algo se verifica, Sr. Presidente, nobre Senador Romeu Tuma, nos atuais textos constitucionais, é que eles são, sob o aspecto técnico-jurídico “más constituições”, conforme apontou com propriedade Giovanni Sartori no seu livro “Elementos de Teoria Política”, editado em 1992. Sua lição parece cada vez mais não só válida quanto oportuna. E vou citá-lo, Sr. Presidente: “Encontram-se nelas deslumbrantes profissões de fé por um lado e um excesso de detalhes supérfluos por outro. Algumas delas são tão “democráticas” que já não são constituições, na medida em que, ou bem tornam o funcionamento do Governo demasiado complexo e complicado, ou bem ambas as coisas. [...] Nessas condições – prossigo citando Sartori, um grande pensador político desses nossos tempos –, a não-aplicação pode ser um remédio à falta de aplicação. Portanto, devemos regular caso por caso. Seria contraproducente ou pouco sensato aceitar, em todos os casos, o ponto de vista estritamente jurídico segundo o qual toda Constituição deve ser aplicada a qualquer custo. Pessoalmente, penso que devemos aceitar sempre se a não-aplicação afeta o funcionamento do Governo em relação aos objetivos fundamentais do constitucionalismo ou não. No primeiro caso, pode-se falar de delitos de ausência de aplicação, conforme define Loewenstein, enquanto no segundo não se pode falar propriamente de delito.”

Sob esse aspecto Sr. Presidente, a nossa Carta de 1988, por sinal a mais extensa da nossa história, padece, entre outros, do equívoco de acolher inúmeros dispositivos que não são materialmente constitucionais.

Como se sabe, em Direito Constitucional – não é essa a minha área, eu era Professor de Direito Internacional Público e estou há muito tempo afastado pelo exercício de funções públicas, especialmente em Brasília –, os teóricos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a é mais do que Professor de Direito Constitucional, porque legisla e cria as regras da Constituição.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a. ...dizem que as emendas constitucionais podem ser materialmente ou formalmente constitucionais. A Constituição brasileira de 1988 se caracteriza por um grande número de preceitos que foram alçados

à Constituição e não são materialmente constitucionais. Não é por outra razão que se diz com freqüência – e isso é verdade – que a Carta de 1988 é extremamente longa. E não é de boa técnica constitucional elaborar constituições analíticas, detalhistas.

Volto, Sr. Presidente, a Benjamin Constant. Refiro-me não ao Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o nosso líder republicano e positivista, mas mais uma vez ao Benjamin Constant de Rebeque, o franco-suíço. Ele diz no seu livro **Escritos de Política**, “a duração de uma constituição é bem mais garantida quando encerrada em seus limites naturais do que quando repousa no apoio enganador de uma veneração supersticiosa”.

Quando um problema político – e o constitucionalismo é inevitavelmente a solução jurídica de um problema jurídico – se despolitiza, ensina Sartori, “as consequências efetivas de um ordenamento jurídico neutro são e continuam sendo, ainda que involuntariamente, políticas; e isso beneficia aos demagogos e aos déspotas”. Os períodos de autoritarismo e de populismo por que temos passado nos últimos 75 anos em nosso País não são, em última análise, senão o resultado dessa perversa pendularidade que nos toca corrigir por meio de uma profunda reforma das instituições políticas brasileiras.

Todos aqui sabemos ser indispensável fortalecer as instituições. Aliás, as reformas políticas deveriam ser até intituladas de institucionais pela importância que elas possuem para o fortalecimento das instituições num país novo como o Brasil.

Em **Política e Governo**, Karl Deutsch define instituição como “uma coleção ordenada e mais ou menos formal de funções e hábitos humanos, que redundam numa organização ou prática estável cuja ação pode ser prevista com certa margem de segurança”. Como a mais relevante das instituições de um povo é sua carta constitucional, é imprescindível ter presente que ela já deixou de ser a Lei das leis para transformar-se, a meu ver, num mero regulamento que entrava o desenvolvimento e constringe, ao mesmo tempo, a sociedade e a economia.

Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, solicito a V. Ex^a que considere lido o texto da declaração da CNBB sobre o momento eleitoral. Como sabe V. Ex^a, nobre Senador Romeu Tuma, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, freqüentemente, além da realização de Campanhas da Fraternidade sobre determinado tema, feita anualmente por ocasião da Quaresma, também se manifesta em momentos graves da vida do País. Assim, na sua 44^a Assembléia Geral, a CNBB lançou uma mensagem que, na minha

opinião, interessa não somente aos católicos mas à sociedade como um todo.

A Declaração da CNBB sobre o momento eleitoral – Eleições 2006 – é oportuna. Não lerei o documento na íntegra, vou mencionar apenas tópicos.

Diz a declaração:

A ética pública diz respeito não só à supressão da corrupção mas, de modo especial, à configuração das relações sociais segundo os princípios da justiça, com oportunidades de vida para todos, especialmente para os pobres.

As complexas questões nacionais não serão resolvidas só com as eleições para preencher cargos previstos na Constituição. Estamos, não obstante, diante de um grande apelo ao depositar na urna o compromisso com o Brasil: eleger candidatos idôneos, capazes de orientar o País para novos caminhos, em resposta às necessidades do povo. O sujeito político é a sociedade que é chamada a atuar eficazmente na política.

Mais adiante, Sr. Presidente, diz a referida nota:

Urge uma Reforma Política capaz de proporcionar uma estrutura de maior participação popular nas eleições, que controle o poder econômico e bloqueie a corrupção eleitoral.

O grande desafio é alentar a esperança do nosso povo, que manifesta desencanto e decepção com a vida política diante dos escândalos largamente divulgados. O desinteresse em participar da construção do Brasil poderá ter sérias consequências para o futuro. Confiantes nas potencialidades do nosso País fazemos o premente convite: **vote conscientemente e não anule seu voto!** As eleições são uma esperança para a construção de um Brasil melhor. Devemos conhecer candidatos idôneos, com propostas sérias, que mereçam nosso voto.

Aliás, essa posição a favor do voto conseqüente, da não-abstenção, do voto positivo e não do voto nulo é, um grande apelo. Espero que a sociedade brasileira, altamente politizada, não se deixe levar pelo pessimismo, vindo a deixar de exercitar adequadamente o voto e fazê-lo, escolhendo bons candidatos.

Sr. Presidente, passo a ler o último parágrafo da nota, que trata da primeira encíclica do novo Papa, Bento XVI:

O Papa Bento XVI, na sua encíclica sobre o amor cristão, nos oferece motivações importantes para a ação política: “O dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade

é própria dos fiéis leigos. Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública, assumindo funções legislativas e administrativas que se destinam a promover orgânica e institucionalmente o bem comum” (*Deus Caritas est*, n. 29).

Aliás, Sr. Presidente, não por outra razão, São Tomás de Aquino conceituou “a política como ciência, virtude e arte do bem comum.”

Concluo minha manifestação, solicitando que seja transcrita, em apenso ao meu discurso, essa nota muito oportuna da CNBB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É claro que V. Ex^a será atendido na forma regimental. Mas gostaria de dizer que o último domingo, 8 de setembro, foi o Dia de Nossa Senhora da Penha, reconhecida como a Padroeira da cidade de São Paulo. Estive presente à missa que foi rezada pelo Bispo da Zona Leste, que, no seu sermão, fez questão de destacar cinco pontos dessa carta, sobre ética, segurança e vários outros temas.

Tenho a impressão de que V. Ex^a deveria voltar à tribuna, e peço até que o faça, para uma análise mais profunda dessa mensagem da CNBB, por ser abrangente e trazer uma explanação tão brilhante numa hora tão difícil que estamos vivendo, que é o momento eleitoral, para que o cidadão possa raciocinar e realmente escolher bem. Não me refiro a nenhum dos candidatos, mas a mensagem atinge o âmago do que está vivendo a sociedade hoje, suas dificuldades, seus objetivos e o que é preciso fazer por ela.

Cumprimento V. Ex^a. Seu pedido será atendido. E, como V. Ex^a é um analista, um teólogo, conhecedor profundo de toda a história da Religião, gostaria que um dia pudesse voltar à tribuna para analisar mais profundamente essa mensagem da CNBB.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Romeu Tuma.

Quero agradecer as achegas que V. Ex^a trouxe ao pronunciamento, enriquecendo-o, inclusive, com comentários sobre a carta da CNBB, o documento sobre as eleições de 2006, e também trazendo o depoimento do Bispo da Zona Leste de São Paulo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE O MOMENTO ELEITORAL

segunda - 11 de setembro de 2006

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE)

Por ocasião da 44ª Assembléia Geral

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou recentemente o documento **"Eleições 2006"**. Nele oferece propostas para um projeto de Nação e para a escolha de candidatos/as, baseada em pressupostos éticos. Insiste nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, cujo fundamento é a *dignidade da pessoa humana* que norteia a perspectiva de uma sociedade alicerçada na justiça. Enfatiza a *dignidade da política* como forma sublime do exercício da caridade e como prática da *ética pública* que não suporta a corrupção endêmica existente no País.

A *ética pública* diz respeito não só à superação da corrupção mas, de modo especial, à configuração das relações sociais segundo os princípios da justiça, com oportunidades de vida para todos, especialmente para os pobres.

As complexas questões nacionais não serão resolvidas só com as eleições para preencher cargos previstos na Constituição. Estamos, não obstante, diante de um grande apelo ao depositar na urna o compromisso com o Brasil: *eleger candidatos idôneos*, capazes de orientar o País para novos caminhos, em resposta às necessidades do povo. O sujeito político é a sociedade que é chamada a atuar eficazmente na política.

Entre as propostas para o Projeto de Nação destacamos: democratizar o Estado e ampliar a participação popular; rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida; ampliar as oportunidades de trabalho; fortalecer exigências éticas em defesa da vida; reforçar a soberania da nação; democratizar o acesso à terra e ao solo urbano; proteger o meio ambiente e a Amazônia.

As próximas eleições exigem que os Partidos apresentem candidatos competentes e honestos que defendam a *dignidade da vida desde a concepção até a morte natural*, recusando projetos que visem a legitimar o aborto e a eutanásia. Vote na vida e não na morte!

O atual momento brasileiro pede aos eleitores sério discernimento sobre o perfil ético e a competência dos candidatos a serem eleitos. Atenção aos candidatos, cujas plataformas camuflam interesses particulares, desconsiderando o bem comum! Atenção aos candidatos oportunistas que utilizam as siglas de seus partidos para ganhar eleições! Esses candidatos não têm escrúpulos em reproduzir o esquema da corrupção eleitoral. É necessário desconfiar de candidatos sustentados por campanhas financeiras vultosas que facilitam a compra de votos.

A Lei 9.840 é uma grande ajuda para sairmos do tradicional círculo vicioso da corrupção. Os Comitês locais devem estimular as comunidades a trabalhar de forma organizada e sempre avaliada. As 388 cassações (no Executivo e no Legislativo) já realizadas, a partir da Lei da moralidade eleitoral, mostram sua eficiência.

Urge uma Reforma Política capaz de proporcionar uma estrutura de maior participação popular nas eleições, que controle o poder econômico e bloqueie a corrupção eleitoral.

O grande desafio é alentar a esperança do nosso povo que manifesta desencanto e decepção com a vida política diante dos escândalos largamente divulgados. O desinteresse em participar da construção do Brasil poderá ter sérias consequências para o futuro. Confiantes nas potencialidades do nosso País, fazemos o premente convite: **vote conscientemente e não anule seu voto!** As eleições são uma esperança para a construção de um Brasil melhor. Devemos conhecer candidatos idôneos, com propostas sérias, que mereçam nosso voto.

Estamos conscientes de que o voto-cidadão, com participação popular, é uma das melhores formas de promover políticas públicas a serviço do bem comum. Somos convocados a uma ação política iluminada pela convicção de que o voto é de responsabilidade pessoal de cada eleitor – diante de sua consciência, da sociedade e de Deus –, lembrando-nos de que o **"voto não tem preço, tem consequências"**.

As campanhas eleitorais podem contribuir com a construção de um novo modelo de sociedade mediante os debates entre candidatos e eleitores, ajudando a implementar uma cultura política mais solidária para o Brasil.

Muitos desafios envolvem eleitores e candidatos. A desigualdade e a exclusão social, de longa data, constituem o desafio maior. O desemprego continua uma chaga aberta e os trabalhadores sentem-se ameaçados de perder seu trabalho. A violência e o crime organizado crescem. A reforma agrária e a reforma urbana, tão urgentes e inadiáveis, são proteladas.

As causas desses problemas são sobretudo a adoção de iníquas políticas neoliberais que o Papa João Paulo II classificou como "um sistema apoiado numa concepção economicista do homem" (*Igreja na América*, n.56). O crescimento econômico só tem consistência se vier acompanhado por uma consequente distribuição da riqueza por ele produzida.

O Papa Bento XVI, na sua encíclica sobre o amor cristão, nos oferece motivações importantes para a ação política: "O dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é própria dos fiéis leigos. Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública, assumindo funções legislativas e administrativas que se destinam a promover orgânica e institucionalmente o bem comum" (*Deus Caritas est*, n. 29).

Deus Pai, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, abençoe o Brasil!

Itaici, 16 de maio de 2006

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já estive aqui nesta tribuna algumas vezes, na maioria delas para conclamar, para lutar por benefícios à Paraíba. A Paraíba é o meu Estado e esta, a minha missão. Mas tive muita dificuldade de estar nesta tribuna sem ser exatamente na reivindicação, na luta.

Ontem, ao pesquisar no *site* do Ministério do Planejamento, enfim encontrei notícias mais alvissareiras, mais positivas para a Paraíba. O *site* trazia esta manchete: “Paraíba terá R\$1,2 bilhão de Orçamento”. Penso que, da mesma forma que venho aqui – e tenho comparecido diversas vezes – para reclamar, para pleitear, tenho a obrigação de aqui estar para me referir a pontos positivos.

A destinação de recursos federais para o Estado da Paraíba no Orçamento Geral da União para 2007 prevê uma despesa total de R\$1,2 bilhão, dos quais R\$688 milhões serão gastos com custeio e R\$333 milhões, em investimentos.

Há prioridade de gastos totais na área de saúde, com investimentos previstos de R\$39 milhões, ou seja, 11,7% da verba de investimento.

Para custeio das atividades serão aplicados R\$568 milhões, representando 82,5% do total alocado para custeio no Estado. Os programas em andamento serão mantidos e os gastos, reforçados – uma boa notícia, dada a grave situação em que se encontra a rede hospitalar da Paraíba.

A área de transportes é também prioritária, com aportes de recursos totais no valor de R\$269 milhões. Isso significa a aplicação de 80,7% dos recursos de investimentos previstos para o Estado da Paraíba em 2007. As obras contempladas são: a adequação do trecho rodoviário na BR-101, na divisa Paraíba/Pernambuco, e na BR-230, que liga os Municípios de João Pessoa e Campina Grande, além da restauração e conservação de rodovias federais, como um todo, no Estado.

Outro setor contemplado é o da educação, com gastos totais previstos de R\$101 milhões. Para investimento serão alocados R\$14,3 milhões, contemplando: expansão do ensino superior, em diversos Municípios, particularmente no de Cuité; melhorias nas instalações físicas de instituições federais de ensino superior; apoio à educação básica e profissional, dentre outros programas existentes. Os gastos de custeio estão estimados em R\$86,6 milhões.

A área de desenvolvimento social e de combate à fome terá sua continuidade garantida com aportes de R\$31 milhões. O montante será aplicado em programas

para crianças e adolescentes em situação de trabalho e para a concessão de bolsas a esses menores; na proteção social básica às famílias e às jovens vítimas de violência e exploração sexual, além de outras ações de políticas públicas.

Os esforços na área da integração nacional serão atendidos com R\$9 milhões, dos quais R\$7 milhões para investimentos e R\$2 milhões para custeio, envolvendo ações de implantação da segunda etapa do Sistema Adutor do Congo, com 150Km, a construção da Adutora Acauã, com 55Km, e a implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa, com 5,1 mil hectares, no Município de Sousa.

Investimentos na área urbana envolverão R\$2 milhões, em benefício das populações de João Pessoa e arredores, com a recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa.

Tais recursos, aos olhos do País, podem ser pequenos, mas a Paraíba tem que agradecer. A Paraíba, na verdade, precisa de projetos estruturantes. A minha grande luta nesta Casa é para que nosso Estado seja beneficiado com projetos de maior envergadura, que possam proporcionar uma evolução da sua economia.

Há dois temas pelos quais tenho vindo a esta Casa, por diversas vezes, lutar para obter um resultado positivo. Um deles prende-se à reinclusão da Paraíba na próxima licitação da Agência Nacional de Petróleo. Queremos que se permita que os Estados de Pernambuco e Paraíba sejam incluídos no rol dos Estados produtores de petróleo. Nada mais justo. Essa luta tem evoluído. Estive em contato com o Gabinete do Ministro de Minas e Energia e tenho tentado, de todas as formas, conseguir essa reinclusão. Creio que essa causa, na própria Paraíba, é uma prioridade, visando ao seu desenvolvimento econômico.

Outro tema pelo qual aqui luto se prende à reforma e à ampliação do Aeroporto de João Pessoa. Lamentavelmente, nesse campo, não tenho obtido resposta alguma da Infraero ou de qualquer outro órgão responsável. Estão naquela fase do silêncio.

O Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, pode ter certeza de que não vou largar este microfone, esta tribuna, e não vou abandonar essa causa, que atende aos anseios do povo paraibano e principalmente estrutura aquele Estado para um projeto turístico de desenvolvimento futuro.

Também gostaria de aproveitar a oportunidade para, de forma indireta, por meio de um aparte conjunto, nosso e do nobre Senador Romeu Tuma, parabenizar o Governo no tocante ao seu projeto de melhoria do setor imobiliário e da construção civil; porém, externar a nossa preocupação e o nosso debate positivo, construtivo para que esse projeto vá ao encontro dos anseios da população; que ela possa ter garantias de que isso, no futuro, não causará um desastre, como foi o caso do projeto do Sistema Financeiro de Habi-

tação, tão famoso há trinta ou quarenta anos e que, lamentavelmente, foi desvirtuado.

Contudo, congratulo o Governo Federal por trazer uma novidade positiva no campo da construção civil.

Era o que eu tinha a dizer na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Esperamos que o Governo esteja ouvindo o grito da Paraíba.

Com a palavra o Senador José Jorge.

Falará, em seguida, o Senador Heráclito Fortes, nos termos acertados e por concessão do Senador Sibá Machado, tendo em vista que S. Ex^{as} precisam viajar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive afastado desta tribuna por uma semana, acompanhando a candidatura de Geraldo Alckmin, na condição de candidato a Vice-Presidente, e, ao retornar, recebo mais uma avalanche de denúncias contra o Governo do Presidente Lula.

Eu imaginava que, pelo menos durante a campanha, o Presidente da República e seu partido não cometeriam os graves erros que marcaram o seu Governo. Fatos novos relativos ao uso deslavado da máquina pública, livre trânsito, na campanha, de líderes petistas, afastados pelo escândalo do mensalão, estão vindo a público.

A maior comprovação do uso da máquina estatal com objetivos eleitorais devidamente comprovados pelo Tribunal de Contas da União foi a descoberta da impressão de cinco milhões de revistas – vou enfatizar porque não são cinco mil revistas, mas cinco milhões de revistas – relatando as realizações do Governo Lula, a um custo de R\$11 milhões, pagos com dinheiro do nosso imposto.

O material gráfico foi feito por determinação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República ainda sob a administração do Ministro Luiz Gushiken.

As agências responsáveis pela elaboração do material foram, em primeiro lugar, a Matisse e, segundo, a Duda Mendonça, de propriedade de Paulo de Tarso Santos e Duda Mendonça, dois marqueteiros que trabalham em campanhas eleitorais do Presidente Lula e do PT.

Para não deixar dúvidas sobre o uso eleitoral dos recursos públicos, a Presidência da República reconheceu que o material eleitoral foi encaminhado ao Partido dos Trabalhadores para que a agremiação política fizesse a distribuição.

Em primeiro lugar, não está, inclusive, comprovado que isso foi distribuído ao PT. A primeira desconfinça é que, na verdade, esses documentos foram ela-

borados pela metade. Quer dizer, pagou-se por cinco milhões de cartilhas, e, na realidade, foram elaboradas apenas três milhões, porque foram essas três milhões de cartilhas que foram distribuídas. Agora estão dizendo que o restante, dois milhões de cartilhas, foi distribuído pelo PT. Isso pode ser uma desculpa não verdadeira, parecida com aquela que quis transformar o mensalão em caixa dois de campanha. É a escolha do crime menor.

Aparentemente, os advogados do Governo, os criminalistas do Governo – este Governo tem muitos criminalistas – estão achando que é um crime menor entregar as cartilhas para o PT distribuir do que pagar por uma cartilha que não foi feita. Aparentemente, é mesmo um crime menor.

As agências são as mesmas. Duda Mendonça, que recebeu US\$10 milhões do PT no exterior, faz, portanto, qualquer coisa.

O parecer dos técnicos do TCU reconhece a irregularidade dos procedimentos e a ilegalidade do repasse do material público para partidos políticos. Pela lei, dirigentes partidários não têm legitimidade para receber material produzido; apenas funcionários da Administração Pública poderiam fazê-lo.

A história é esta: as cartilhas foram publicadas e três milhões foram entregues ao Governo e dois milhões não foram. Então, onde estão essas cartilhas? Dizem que foi para lá, que foi para cá, e agora, após seis meses, Senador Romeu Tuma, a explicação é que as cartilhas foram entregues ao PT. Dá para desconfiar de qualquer uma das duas hipóteses: pagar sem ter as cartilhas e fazer as cartilhas e entregar ao PT. As duas são irregulares.

O reconhecimento oficial do PT de que recebeu o material elogioso ao Presidente Lula acabou por confirmar, indubitavelmente, o crime eleitoral envolvendo Sua Excelência o Presidente da República.

Outra denúncia que repercutiu na mídia, nesta semana em que estivemos fora eu e o Senador Heráclito Fortes, foi a opção da Petrobras de privilegiar as prefeituras do PT e de partidos aliados no repasse para ações de interesse social. É a politização da Petrobras, a maior empresa brasileira, com quatrocentos mil acionistas privados, a maior empresa da América Latina, com ações na Bolsa de Nova Iorque, na Bolsa de Madri e de outros países, que está sendo usada politicamente pelo PT.

Segundo artigo publicado pela **Folha de S. Paulo**, “entre outubro do ano passado e o início da campanha eleitoral, a Petrobras beneficiou prefeituras do PT e da base aliada no financiamento de R\$18,4 milhões, de um total de R\$31,6 milhões, em ações sociais para municípios...”. Quer dizer, as prefeituras do PT, que são poucas, receberam mais da metade dos recursos. “...Do total de 208 Municípios beneficiados com

recursos da Petrobras entre outubro de 2005 e junho último, 46 estão sob o controle do PT. Os Municípios administrados pelo Partido obtiveram 8,6 milhões, ou 27,5% do total de recursos (o PT administra 7,4% das prefeituras do País, segundo o resultado das eleições de 2004)...”. O PT administra 7% das prefeituras e recebeu 27% dos recursos da Petrobras. “...Em contrapartida, prefeituras administradas pelos dois maiores Partidos de Oposição, PSDB e PFL, obtiveram apenas 4,47 milhões (14%). As duas siglas comandam 29,9% das prefeituras brasileiras”.

Então, a Oposição, que comanda 30%, recebeu 14%; o PT, que comanda 7%, recebeu 27%.

Exemplo mais explícito do uso da estatal, que sempre orgulhou a Nação brasileira pelo profissionalismo da sua atuação, é impossível. Não esquecer que o Presidente da Petrobras apareceu no programa eleitoral do PT como garoto-propaganda.

Outro exemplo da tentativa de manipular o eleitorado por meio da utilização de recursos públicos, que, mais uma vez, foi impedido pelo TCU, foi a determinação de bloquear mais de R\$6 milhões, que foram repassados pelo Governo Federal ao Estado do Piauí.

Essa é a segunda vez que o Tribunal detecta irregularidade no repasse do dinheiro da União para o Estado, que, não por acaso, é administrado por um Governador do PT, Wellington Dias.

O TCU deverá acatar a análise da equipe técnica que identificou que o dinheiro repassado teria como objetivo o início das obras no período eleitoral, sem que estivesse comprovada situação de emergência ou de calamidade pública, como prevê a legislação.

A Lei nº 9.504/97 só permite a transparência de recursos da União nos três meses que antecedem à eleição. O descumprimento desta regra, como é o caso do Presidente Lula, pode levar à perda do registro ou do diploma do candidato beneficiado.

O editorial do **Jornal do Brasil**, chamado de “Os erros do Presidente”, destaca a extensa galeria de barbaridades do Presidente Lula por ele estar se sentindo reeleito a quinze dias da eleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa providência tomada pelo Tribunal de Contas vem mostrar que o PT do Piauí pratica, em modelo menor, exatamente aquilo que o PT nacional pratica. É uma escola. Nisso aí eu quero até fazer justiça: o Sr. Wellington Dias é um fiel e aplicado aluno. O que se está vendo por meio desta medida do Tribunal de Contas é um desrespeito total à lei. Agora, é preciso que o Tribunal também apure a aplicação desses recursos, a maneira como isso está sendo feito. Se é verdade que os recursos estão sendo direcionados para o Estado e aí repassados para uma empresa do Estado, a Condep. Ora, para a construção de estradas existe o DER do Piauí, a repartição encar-

regada das estradas no Estado. A Condep está construindo quadras de esporte, mas nós temos secretarias especializadas para isso. É preciso examinar para onde, exatamente, esse dinheiro está indo e de que maneira está indo. É escandaloso, Senador José Jorge, o que se está fazendo no Piauí com recursos públicos. Aliás, após o pronunciamento de V. Ex^a, irei tratar de assunto dessa natureza. Mas V. Ex^a falou sobre o uso da máquina do Governo nesta eleição, mostrando o problema das cartilhas, que é grave. Esse problema do uso da cartilha, como foi feito, é de tirar o sono do Governo, porque eles sabem que cometeram um crime, e o responsável pelo crime trabalha ao lado do Presidente da República. Será que o Presidente vai dizer novamente que não sabia? Vai dizer que não viu a cartilha? Senador José Jorge, o *blog* do Ricardo Noblat, matéria registrada às 12 horas e 58 minutos, mostra que ontem, Senador Romeu Tuma, na propaganda de televisão do Lula, um funcionário do Governo fala, prestando, evidentemente, um depoimento a favor do Governo, como se fosse um cidadão comum, elogiando as estradas brasileiras e diz qual sua função.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ele deve andar de avião.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele é ouvidor da Anatel. O ouvidor da Anatel se passa por cidadão comum e presta um depoimento. O Governo sabe que é crime a participação de funcionários públicos, em horário de serviço, nesse tipo de atividade e de atitude. Está aqui. Não houve nenhum desmentido, não houve nada. Isso é gravíssimo. É o uso da máquina e de um funcionário qualificado, um sindicalista, um fundador da CUT, que engana a população brasileira, o que, aliás, é uma prática comum na propaganda do Lula. Do mesmo jeito que tenta enganar os brasileiros botando um funcionário seu para falar bem do Governo, ele anuncia obras que não existem. No Ceará, refere-se ao metrô que não existe; em Pernambuco, ao metrô que ele paralisou; na Bahia, a mesma coisa. Ora, o Brasil é muito grande. Quem mora no Rio Grande do Sul fica na dúvida. Aconselho todos os senhores que ouvem o programa eleitoral do Lula a raciocinar da seguinte maneira: quando ele anunciar uma obra no seu Estado, como os conjuntos habitacionais que ainda estão na prancheta – portanto, a obra é mentirosa –, por aí tire o resto. Quanto ao que ele disse no seu Estado e não fez, o mesmo raciocínio serve para o restante do Brasil. Esses dois fatos, Senador José Jorge, juntando-se ao das cartilhas, que V. Ex^a traz a essa tribuna hoje, mostram o retrato do que estamos vivendo. Só tenho pena de que estejamos a apenas 18 dias da eleição, porque a cada dia uma denúncia nova vem saindo. Em alguns casos, a apuração é rápida; em outros, ela pena pela lentidão. Mas o povo brasileiro, com certeza, está atento a tudo isso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a. Eu gostaria de acrescentar ao seu aparte que, na verdade, dezenas de obras que estão sendo apre-

sentadas não existem. Por exemplo, a Transnordestina é uma estrada que tem milhares de quilômetros e liga o sertão a dois portos: o de Pecém, em Fortaleza, no Ceará, e o de Suape, em Pernambuco. E essa estrada não existe; não foi colocado nada no local, apenas foi feita uma solenidade onde, supostamente, a estrada seria iniciada. Vi na televisão – ninguém me contou –, no programa do Presidente Lula, que a estrada está como se estivesse pronta, inclusive com o trem andando na estrada, e a estrada não existe.

Quanto à refinaria de Pernambuco, na realidade, só existe o terreno, não foi colocado nenhum tijolo ainda, e assim por diante. Quer dizer, são dezenas de questões que são colocadas na televisão sobre as quais a Oposição deveria ter o direito de resposta.

É o novo “fura-fila”, que elegeu Pitta e que nunca existiu. Isso está acontecendo a cada dia nos programas eleitorais do Presidente Lula.

É necessário que o Tribunal Superior Eleitoral dê à Oposição o direito de resposta, porque a Oposição é, muitas vezes, tolhida na crítica. Não podemos criticar. Esta semana mesmo o Tribunal Superior Eleitoral retirou um filme que falava da “turma do Lula”, que dizia que a “turma do Lula” iria voltar.

Ora, a “turma do Lula” já voltou, estão todos aí, candidatos: o João Paulo; o próprio Ministro José Dirceu, que nunca saiu; Antonio Palocci, candidato; José Genoino, também candidato. Todos esses envolvidos no mensalão, aqueles que saíram, estão voltando. Ministros são indiciados pela Polícia Federal. Só este mês, houve dois: o Ministro Humberto Costa, candidato a Governador no meu Estado; e, ontem ou anteontem, o Ministro Palocci.

Na verdade, é necessário que os programas eleitorais sejam verdadeiros. Lá em Pernambuco, por exemplo, chamamos o programa eleitoral de guia eleitoral, coisa que não acontece no restante do Brasil. Por que guia eleitoral? Porque se presta a esclarecer o eleitor, a guiar o eleitor. Se o programa eleitoral não mostra a verdade, o eleitor vai votar de forma equivocada.

Sr. Presidente, antes de encerrar, peço a V. Ex^a a transcrição nos Anais da Casa do artigo intitulado “Cercos à liberdade de imprensa”, do Sr. Carlos Alberto Di Franco.

Os colegas Senadores estão me lembrando da Deputada Ângela Guadagnin, a chamada “dançarina do mensalão”, que fez aquela apresentação – o Senador Heráclito Fortes, inclusive, gostou muito – quando o João Paulo foi absolvido, dançando durante dois ou três minutos, um dos filmes mais famosos da Internet. A Deputada também é candidata à reeleição e deve ser uma das mais votadas, como o Ministro Palocci, com toda a proteção do PT e do Presidente Lula.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, ontem, perguntei ao Senador Sibá, que, naturalmente, nos vai esclarecer, de que lado estão: do lado do Newton Cardoso, que só convive com petista

honesto, ou do outro lado. Precisamos saber quem são os honestos do lado do Newton Cardoso e os desonestos do outro lado. Esse é o esclarecimento que o PT precisa dar à Nação. Ficar levando pito do Newton Cardoso com vinte e tantos anos de existência, a estrela não agüenta, explode. Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

Peço ao Presidente a transcrição desse artigo do Sr. Carlos Alberto Di Franco intitulado “Cercos à liberdade de imprensa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de segunda-feira. Gostaria de ler apenas um trecho:

O Governo, como de costume, nega a mão do gato [trata-se exatamente de, mais uma vez, trabalhar contra a liberdade de imprensa]. Mas o jornalista Fabio Koleski, autor do texto intitulado “Comunicação e Democracia”, é um dos principais assessores de Dulci, ministro e amigo do presidente da República. Koleski diz que ‘sistematizou’ sugestões de dezenas de militantes do partido, que podem ou não ser incluídas no programa do governo. O texto sugere, entre outras coisas, a criação de ‘assembléias populares’ para revisão de concessões de rádio e televisão, a formação de uma Secretaria de Democratização da Comunicação no Planalto, a distribuição de incentivos oficiais para jornais independentes.

As idéias, inspiradas no ideário autoritário de Hugo Chávez...

Portanto, além daquelas situações anteriores, como a criação do Conselho Nacional de Jornalismo e da Ancinav, Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, que o Governo tentou aprovar no Congresso para fazer com que a imprensa e os meios de comunicação fossem controlados, agora, no plano de governo, no pseudopiano que o Governo apresentou à Nação, novamente, uma tentativa é feita.

Sr. Presidente, precisamos que, nos programas eleitorais, seja exposta a verdade. O programa é um guia eleitoral para que o eleitor escolha os seus candidatos. No momento em que aparece o Presidente da República todo vestido, num lugar muito alinhado, dizendo que fez uma série de coisas que não fez, a tendência do eleitor é acreditar. É necessário também que zelemos para que os programas eleitorais mostrem a verdade e saiamos dessa coisa que não serve para nada a não ser para enganar a população.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cerco à liberdade de imprensa :: Carlos Alberto Di Franco DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O discurso do presidente Lula lido em recente reunião da Associação Nacional de Jornais (ANJ) foi equilibrado e conceitualmente preciso. Mas no Palácio do Planalto, e sob sua batuta, a música é outra. Renasce, à sombra de Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, nova estratégia de controle da liberdade de imprensa no Brasil. O almejado segundo mandato já tem algumas premissas perfiladas: fim das metas na economia e pôr o guizo na imprensa.

O governo, como de costume, nega a mão do gato. Mas o jornalista Fabio Koleski, autor do texto intitulado *Comunicação e Democracia*, é dos principais assessores de Dulci, ministro e amigo do presidente da República. Koleski diz que "sistematizou" sugestões de dezenas de militantes do partido, que podem ou não ser incluídas no programa do governo. O texto sugere, entre outras coisas, a criação de "assembléias populares" para revisão de concessões de rádio e televisão, a formação de uma Secretaria de Democratização da Comunicação no Planalto, a distribuição de incentivos oficiais para jornais independentes.

As idéias, inspiradas no ideário autoritário de Hugo Chávez, mostram, mais uma vez e com clareza meridiana, o que, de fato, se passa na cabeça, e não nos discursos, do presidente Lula. O apreço de seu governo pela imprensa e pelos jornalistas pode ser medido pelo tom, arrogante e desabrido, das palavras do coordenador do seu programa de governo, Marco Aurélio Garcia. O assessor presidencial acusou "alguns" formadores de opinião do País - não disse quais - de tentarem desacreditar a boa avaliação alcançada pelo governo e pela liderança da candidatura Lula nas pesquisas.

Durante a apresentação do programa de governo do presidente, ele classificou de "golpismo" a atuação desses formadores de opinião, que chamou de "deformadores de opinião".

Certamente, você, caro leitor, deve estar buscando as razões de tamanha agressividade. É fácil. Repórteres corretos, editores competentes e formadores de opinião éticos não são vendáveis. Não se agrupam em falanges ideológicas.

Não são bibelôs de nenhum governo. Deste, dos anteriores ou dos futuros. Estão, não obstante suas limitações pessoais, comprometidos com a informação, com a verdade factual e com os seus leitores. Por isso, incomodam. Na lógica das estratégias autoritárias, jornalistas precisam ser amordaçados e domesticados.

A imprensa, por óbvio, não existe para adular. No exercício da sua missão, denunciou um quadro de corrupção sem precedentes na nossa História.

Ministros de Estado despencaram do poder, foram indiciados pela Polícia Federal e denunciados pelo Ministério Público. Presidentes e diretores de estatais se viram envolvidos em escândalos sucessivos. Assessores e amigos do presidente da República foram pilhados em situações gravemente constrangedoras e positivamente criminosas. Tudo isso não foi "armação da imprensa". Consta, na verdade, de denúncia formal e fundamentada do procurador-geral da República. O governo, em vez de agradecer o trabalho purificador da mídia, instituição essencial na democracia, está empenhadíssimo na urdidura da mordaca.

O cerco à liberdade de imprensa não é novidade. Quem não se lembra dos capítulos precedentes da novela autoritária? Vamos refrescar a memória. Elaborados na surdina, como agora, diga-se de passagem, o governo enviou dois projetos antidemocráticos ao Congresso Nacional. O anteprojeto do Ministério da Cultura criando a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), para controlar a produção cinematográfica, a programação e as concessões de emissoras de televisão, e o projeto que propunha a criação do Conselho Federal de Jornalismo, atribuindo-lhe a prerrogativa de "orientar, disciplinar e fiscalizar" o exercício da profissão de jornalista e a atividade jornalística no País. O primeiro, que está sendo reformulado, mereceu expressiva avaliação do cineasta Cacá Diegues em artigo publicado no jornal *O Globo*. Segundo o diretor de *Deus é Brasileiro*, o anteprojeto é "autoritário, burocratizante, concentracionista e estatizante". O segundo, sintomaticamente, acabou sendo retirado da pauta do Congresso pelo próprio Planalto. Se tivesse vingado, o governo deteria o controle absoluto de uma atividade em cuja essência estão as liberdades de expressão e de informação asseguradas pela Constituição. O projeto estava, portanto, em linha de confronto com a Constituição. O veneno antidemocrático era forte demais.

Agora, embalado no sonho de um novo mandato, o gover no retoma o contra-ataque à liberdade de

**sonho de um
novo mandato,
o governo
contra-ataca**

imprensa. Silenciar os meios de comunicação sempre foi a estratégia dos autoritários, independentemente do seu colorido ideológico.

Mas não vai ser fácil. Felizmente. A sociedade brasileira, ao contrário do que acontece na Venezuela, não depende do Estado de modo tão absoluto. As instituições, sem dúvida, foram feridas pelo aguilhão da corrupção. Basta pensar, por exemplo, nos estragos causados à imagem do Poder Legislativo e na crise de credibilidade que castiga a Presidência da República. A crise ética é gravíssima. O presidente Lula, que teve uma bela trajetória sindical e política, parece não se dar conta da sua imensa responsabilidade. É uma pena.

Apesar de tudo, estamos amadurecendo. O País encontrará o seu eixo. E os que tratam o dinheiro público como negócio privado pagarão o preço da sua delinquência. Confio no Ministério Público e no Judiciário. O Brasil chegará lá. Pacificamente. Graças aos homens de bem e à força das suas instituições democráticas.

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética e doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor da Di Franco - Consultoria em Estratégia de Mídia E-mail: difranco@ceu.org.br

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cessão do Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Sibá Machado, com o grande respeito que tenho por V. Ex^a, fica difícil saber por onde vou começar. Tudo é denuncia contra o Governo.

Em respeito a V. Ex^a, vou amenizar um pouco, mas não posso faltar com a minha obrigação. Não sei se V. Ex^a tomou conhecimento, por exemplo, de que um candidato do PL, ex-assessor da Abin e candidato a Deputado no GDF, chamado Christian Schneider deu um depoimento em que fala, Senador Tuma, do esquema montado entre o Palácio do Planalto e o PL para cooptação de Parlamentares naquele famoso escândalo do mensalão.

Vejam os senhores da imprensa o trabalho que tivemos na CPI, ouvindo. Uns negavam, outros diziam que não era bem assim, e esse cidadão de origem, de quem se espera ter formação correta, por ter sido homem da Abin, dá a declaração, conta detalhes, cita nomes de pessoas. Isso ocorreu há três dias, e o Governo não se manifestou sobre o assunto.

O Governo não se manifestou sobre o assunto. **O Congresso em Foco** publicou uma entrevista dele, Sr. Senador, na íntegra, na qual dá detalhes de como eles aliciavam os Parlamentares. Inclusive, fizeram um pacote para que cada Parlamentar envolvido recebesse

R\$500 mil em emendas, que seriam pagos com recursos próprios do Fundo Nacional de Saúde – FNS – ou da Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a já leu essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Peço-lhe até uma cópia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pelo apreço e pelo respeito que lhe tenho, faço questão de que veja a que grau de promiscuidade esse Governo teve a capacidade de chegar.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a já teve acesso a essa matéria?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Solicito à Mesa que providencie cópias para o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço à assessoria que, se possível, providencie três cópias, porque faço questão de que essa matéria seja vista.

V. Ex^a ficará indignado, porque sei que é do seu feitio. V. Ex^a não é do PT de Newton Cardoso, mas também não é do outro PT. Aliás, os petistas mineiros estão na obrigação de comunicar ao Brasil se Newton Cardoso os aceita no palanque. É preciso saber quem é do PT de Minas Gerais que Newton Cardoso aceitará no palanque, pois ele já disse que petista ladrão, com ele, não sobe.

É preciso que isso fique bem claro para evitar constrangimentos futuros. Afinal de contas, Newton Cardoso é o homem mais honesto deste País, foi per-

doado pelo Presidente, são amigos de infância. Só que, lá atrás, o Presidente Lula negou a todos aquela relação dele com Newton Cardoso, quando, inclusive, tentou processá-lo. Se Newton Cardoso estivesse aqui ao meu lado ou ao lado do Senador Romeu Tuma, eu diria que tínhamos, no passado, a obrigação de uma convivência partidária, que, embora concordássemos mais ou menos com sua maneira de gerir a coisa pública ou de fazer política, participamos de partidos que tiveram ligação, inclusive de partidos que defenderam Newton Cardoso dos ataques impetuosos do PT comandado por Lula. De repente, essa coisa chega aonde chegou.

E aí, meu caro Senador Sibá Machado – V. Ex^a, que tem uma ligação estreita com a Igreja –, começamos a ter argumentos para entender por que, silenciosamente, Frei Betto saiu do Palácio, por que Ricardo Kotscho também saiu do Palácio, por que alguns homens sérios saíram do Palácio – uns optando pelo silêncio, a indignação do silêncio – para não denunciar um companheiro de lutas que de repente mudou, mas também não conseguiram e não tiveram condições de conviver com o mar de lama em que se transformou o Palácio do Planalto.

V. Ex^a não estava aqui, Senador Sibá Machado, quando, apartando o Senador José Jorge, mostrei a prática do Governo de V. Ex^a. Falei nas cartilhas feitas com dinheiro público e autorizadas pela secretaria comandada por um cidadão afastado teoricamente, que saiu do Ministério, mas continua exercendo todo o poder. Essa é uma questão para a Justiça Eleitoral apurar, porque o fato é gravíssimo.

Em um depoimento sobre estradas, eu estava achando muito estranho aquele cidadão, com requinte, Senador Romeu Tuma, elogiar as estradas que todo brasileiro sabe que não são boas nem recuperadas. Ele aparece, defende as estradas, diz que elas são uma maravilha e fica naquele Alice-no-País-das Maravilhas que é o programa do Presidente Lula na televisão, mostrando o que não viu.

Hoje, como mentira tem perna curta, descobre-se que é funcionário do Governo, Ouvidor da Anatel. Aliás, podia, pelo menos, mostrar os conflitos internos da Anatel, onde ele trabalha. Mas é um homem de currículo bom, sindicalista, fundador da CUT, com todos os méritos, menos para o PT usar para dizer mentiras em um programa – que a Justiça Eleitoral libera com o fim de esclarecer a opinião pública e não de enganá-la –, em horário de expediente, o que é terminantemente proibido.

Outro dia viu-se um candidato da oposição circulando com um funcionário e foi um deus-nos-acuda. Denúncias e mais denúncias, desmentidos. E aí, Se-

nador Sibá, o que acontece? O cidadão dá esse depoimento e fica por isso mesmo. Espero que a Justiça Eleitoral, novamente, tenha agilidade suficiente para apurar esse caso.

Em terceiro lugar, Senador, vem um assunto que a gente termina esquecendo um pouco ou ficando constrangido em falar: são os assuntos da nossa terra. V. Ex^a conhece o Governador do Piauí, não conhece? Wellington Dias?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A pesquisa, ontem, disse que ele está muito bem. Que Deus o proteja! O que não é correto é o Sr. Wellington Dias sonegar à Receita Federal o seu real patrimônio.

Pois bem, em sua declaração de bens feita à Justiça Eleitoral, ele fez constar uma propriedade na zona rural de Teresina, Senador Tuma, uma gleba de quinze hectares, no valor de R\$10 mil. Está aqui.

Alguém apurou que a gleba do Sr. Wellington Dias abriga uma chácara para o seu lazer de fim de semana com piscina, quadra de tênis e campo de futebol, uma chácara fantástica declarada com o valor de R\$ 10 mil.

Não há, na evolução patrimonial, nenhuma correção sobre isso. As notícias e as poucas fotos aqui mostradas – publicadas em um portal, porque os jornais do Piauí estão todos proibidos de falar neste assunto – dizem que a chácara tem mil metros quadrados de área construída. Hoje pela manhã conversei com alguns amigos do Piauí e quero tornar pública uma proposta que pensamos em fazer ao Sr. Wellington Dias: que ele entregue essa chácara por cinquenta mil reais, algumas vezes mais do que ele declara aqui, para que, ato contínuo, nós façamos uma doação para a Ação Social Arquidiocesana, uma entidade comandada pela Arquidiocese de Teresina, para que dê àquela chácara um destino social, uma creche para crianças, um lar para idosos, mas dê uma destinação social. Evidentemente, uma chácara de dez mil vendida por cinquenta é um bom negócio, desde que não haja nada de errado nisso. Faço a proposta em nome de alguns companheiros que, imediatamente, se habilitarão em cartório.

Eu quero participar, não sozinho, mas com alguns companheiros, para que se dê uma destinação justa, uma destinação social a essa propriedade do Governador, que sonegou isso de todos – um Governador sindicalista, bancário. Evidentemente que, mesmo economizando todo o salário que lhe foi proporcionado pelo Governo durante quatro anos, não dá para construir uma casa. Não se tem conhecimento de que ele tenha recebido nenhuma herança no Estado do Piauí, pela morte de parentes ou aderentes. Ele tinha, antes de ser Governador, como Deputado Federal, uma *fac-*

tory, que foi motivo de muitas denúncias na campanha passada. Mas como, quando acaba o período eleitoral, todos esquecem, os fatos não foram esclarecidos.

Não é possível, Senador Sibá Machado, que um homem que sempre disse viver do seu salário, que tem família consiga montar esse patrimônio em quatro anos. Até concordo que tenha havido uma junção, vamos admitir, de herança, de bens da mulher, mas não é este Wellington Dias que se apresenta à sociedade piauiense como homem de poucos recursos. Isso porque a casa é uma ostentação – quadra de tênis!

Nunca tive notícias do Wellington Dias com uma raquete na mão. Voleibol e futebol, vai ver que joga. Há uma piscina fantástica. Não há como dizer que ela é aquecida porque, em Teresina, não precisa. Mas é bonita a piscina. Vou mandar tirar uma cópia da fotografia para V. Ex^a: faz gosto ver. Se tem esta Casa tão boa, por que mora numa outra, pela qual o Estado paga uma fortuna?

Senador, Silvinho Pereira era assim: pobre, assalariado, daqui a pouco ganhando Land Rover de presente. O outro, nosso Delúbio, deu no que deu. Como o Piauí é uma filial fiel ao que o PT erra em Brasília, ele está, neste caso, no caminho certo. E aí eu pergunto a V. Ex^a: se o Newton Cardoso for a Teresina fazer comício, vai querer ficar na casa dele. Ele entra nessa casa?

Sei que V. Ex^a está ansioso por um aparte. Concedo-lhe com a maior alegria.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, desconheço a vida pessoal dele. Só o conheci muito brevemente quando eu era Deputado Federal, quando era sindicalista e bancário e, por poucas vezes, ao estar em Teresina ou aqui em Brasília, ao encontrá-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele nunca o levou nessa chácara em Teresina?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, eu não conheço. Absolutamente eu desconheço essa informação que V. Ex^a está trazendo.

Entretanto, é o tipo de assunto sobre o qual eu posso perguntar, com certeza. Posso perguntar a ele sobre as origens dessa informação, até onde ela é procedente e se carece, sim, de esclarecimento. Mas a informação que eu tenho sobre a pessoa do Governador Wellington Dias é de que se trata de alguém de muito respeito. Inclusive, eu tive oportunidade de ouvir de muitas pessoas que fazem oposição ao Governo de S. Ex^a que, em matéria de seriedade, o Governador é muito sério. Eu tive a oportunidade de participar de uma reunião com S. Ex^a, no começo de seu Governo, na qual ele pedia sugestões do Ex-Governador Jorge

Viana sobre rumos, experiências do Sr. Jorge Viana, que já tinha um mandato. Isso eu pude ver. As poucas experiências que eu tive me mostraram uma pessoa que me inspirou muita seriedade. Continuo tendo essa imagem de S. Ex^a. É claro que V. Ex^a traz uma informação que cabe, sim, termos o cuidado de observar e ver o que houve, na verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a disse que o conheceu muito rapidamente. Não foi “rapidamente” o termo usado. Como foi?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quando eu era sindicalista, eu não tinha muito... O mundo de trabalho que eu fazia não era muito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a disse: rapidamente. Não. Foi: “muito brevemente”.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Brevemente? É.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nada foi mais breve, nem os seus encontros, do que o aumento de patrimônio do Sr. Wellington Dias. Brevemente! Em três anos.

Por que ele tem uma chácara dessa natureza, tudo bem. E por que escondeu da sociedade?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É isso o que eu quero saber.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é verdade?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu não sei se está... A informação que V. Ex^a traz é muito nova, recente. Eu não sei se se trata de declaração de bens para uma candidatura.

Se assim for, a declaração de bens já deveria ter sido feita bem antes, porque está encerrando o seu primeiro mandato como Governador. É a segunda vez, ele foi candidato por mais de duas vezes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. A declaração é atual, a declaração é de agora.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Ele já foi candidato a Deputado Federal; já foi, na primeira vez, candidato a Governador; na segunda, candidato a Governador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, mas a declaração foi feita agora.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim, dessa última.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dessa última. A casa está pronta. Agora, não vamos falar, porque estamos remetendo para o departamento da sonegação, o que condenou Al Capone nos Estados Unidos, depois por ter passado por vários processos decorrentes de crimes. O mafioso Al Capone não escapou da Receita Federal; do restante dos crimes, sim. É lamentável!

Senador Sibá Machado, falar mal da pobreza do Piauí, falar mal da miséria em que o nosso Estado vive e ostentar este patrimônio, nessas circunstâncias, é inaceitável e inadmissível! Se tivesse fonte de renda, tudo bem: “herdei dali, comprei de lá”. Se tudo isso fosse verdade, por que colocar apenas a gleba valendo R\$10 mil, escondendo todo o investimento feito aqui?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É preciso ver se esse documento a que V. Ex^a se refere, se esta gleba a que V. Ex^a se reporta é a mesma que está contida lá. É preciso ver se não há uma informação errada, truncada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tudo bem. Vamos admitir que não seja, mas onde está a casa? Onde está a declaração da casa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco PT – AC) – Se ele citou que é um terreno, foi feito, isso eu posso ver e passar para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o pior.

Quando tive o cuidado de fazer essa denúncia aqui, tomei minhas cautelas, já está aqui a denúncia.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sei que V. Ex^a não vem à tribuna para falar de levandades. Muitas vezes, uma fonte pode ser dada como correta e depois verifica-se que não é, que há incorreções. Já houve casos assim, e isso me preocupa. Citei vários casos aqui na tribuna porque, muitas vezes, uma pessoa é dada como envolvida num processo, depois é inocentada e fica só a mácula do arranhão. Não é feita a correção do erro, não se diz que a informação não era essa. A reposição da verdade posteriormente fica complicada. Não estou duvidando da palavra de V. Ex^a. Estou dizendo que cabe sabermos o que houve porque a imagem que tenho do Governador é a de uma pessoa muito séria, muito trabalhadora, que tem o nosso mais alto respeito. Aliás, diga-se de passagem, fiquei impressionado com a aceitação do governo dele. Ele está indo bem nas pesquisas, inclusive está caminhando para uma possível reeleição. Quero achar que o Governador Wellington Dias continua sendo a mesma pessoa que conhecemos há algum tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Recentemente, V. Ex^a esteve em Teresina; ele o convidou para ir à chácara dele?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. Por duas ou três vezes em que estive em Teresina e pude conversar com ele, nos encontramos na sede do Governo, no Palácio de Karnak.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A minha admiração por V. Ex^a é crescente. V. Ex^a fez agora o **mea culpa**, não seu, mas o **mea culpa** partidário, quando disse que havia um costume aqui no Brasil de

se acusar as pessoas sem prova, prática adotada pelo PT por diversas vezes. Acho até que o Newton Cardoso, ao ser perdoado pelo PT, é uma dessas vítimas.

Quantas reputações foram destruídas neste País pelo partido de V. Ex^a, ao longo dos tempos, sem nenhuma prova concreta? Quantas? Uma infinidade. O PT, antigamente, era estilingue, era pedra e quebrava vidraças por todos os lados. Passou a ser vidraça e não agüenta um caroço de mamona, que V. Ex^a sabe muito bem o que é.

Quero lhe pedir desculpas. Eu não lhe pediria esta tarefa de conferir com o Governador. Mas, já que V. Ex^a se propõe, queria que acrescentasse à sua missão dizer se é ou não verdade a proposta de R\$50 mil por essa casa. Ele vai dizer se é dele, se é verdade ou não e se aceita a proposta, para que nós tomemos as providências e, em um cartório da escolha dele, na data em que ele quiser, façamos essa doação para a “Ação Social Diocesana”, que tem como um dos seus diretores o Padre Tony Batista, que ele conhece muito bem. O que não pode é isto, o que não pode é que, enquanto o Estado do Piauí está vivendo essas denúncias e bloqueio de verbas pelo Tribunal de Contas da União... E, aí, Senador Sibá Machado, veja bem, as denúncias não estão sendo feitas por adversários, mas pelo Tribunal de Contas da União. V. Ex^a deve se lembrar que, há cerca de dois anos ou ano e meio, eu fiz aqui a denúncia de um crime que se cometeu por meio da quebra do sigilo da Seafi, para a liberação de dinheiro para o Estado do Piauí. Veja a ação criminosa, Senador Tuma. O Piauí estava inadimplente. Suspendeu-se a inadimplência por cinco minutos, o suficiente para se liberar o recurso e se sacar lá no destino, e o Estado depois voltar à inadimplência. Foi feita a denúncia. Pedi a apuração. O Ministro Waldir Pires assumiu o compromisso pelos esclarecimentos e pela apuração devida. Até hoje, nada.

Tivemos no final do ano – denunciei aqui também – um desvio de recurso para a Prefeitura de Teresina, dinheiro da Bancada, que foi desviado para o metrô, sem concordância do coordenador da Bancada, quebrando-se todos os princípios de liberação de recursos dessa natureza.

Recentemente, no limite do prazo, em uma reunião no Ministério das Cidades, um secretário do Mato Grosso, secretário executivo – estou reunindo as provas, Senador Romeu Tuma, para acionar o Ministério Público e, se for o caso, a Polícia Federal – retiraram-se as emendas parlamentares. É preciso que essas pessoas entendam que o Orçamento da União é uma lei, que lei é para ser respeitada e que não se pode modificar lei na calada da noite.

Usaram o seguinte critério: pegaram a lista dos parlamentares. “Este é contra o governo, para este não libera; esse é a favor do governo, chame-o”.

Senador Sibá Machado, foram atrás de parlamentares que estavam fora do País, mas, porque tinham agradado o governo de V. Ex^a, mereciam a verba. Mas os que combatem o governo de V. Ex^a e que têm responsabilidade com a fome e com a injustiça no Estado foram punidos. Crime! Crime! Não está certo. O Tribunal de Contas tem que ir mais fundo nas providências que tomou – e parabênz o Tribunal de Contas –, mas tem de examinar, por exemplo, recursos que estão sendo prometidos no Piauí por adesões de prefeitos e de lideranças à candidatura do Governador Wellington Dias. Prometem-se estradas para as quais não há recursos no Orçamento! E para enganar a população do Município, colocam-se as máquinas e se simula o início com o Governador inaugurando. Dias depois, as máquinas são levadas para o Município vizinho. Deve-se apurar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal! Não se pode assinar convênio sem o recurso assegurado. Esse levantamento está sendo feito. Não vou usá-lo agora porque eu seria acusado de fazer jogo eleitoral ou político nessa questão.

Não é justo que um Estado pobre como o Piauí esteja sendo enganado sistematicamente com obras que não existem! Existem apenas para induzir o eleitor.

Sr. Presidente, é pelo menos estranho que o Estado tenha o DER, mas algumas estradas sejam desviadas para a Comdepi, quadras de esporte e outras obras eleitoreiras. É preciso que isso seja apurado porque se trata de recursos federais. É preciso que seja apurada essa questão das ambulâncias. Se o Piauí tem necessidade de ambulâncias, se tem urgência, por que várias delas ficaram paradas no depósito esperando pintura? Elas já chegam pintadas!... É grave isso, é grave.

A ostentação que o Sr. Wellington Dias demonstra nesta campanha é totalmente diferente da campanha humilde de quatro anos atrás, que ele combateu tanto. As oligarquias que ele condenava e que desejava que estivessem no quinto dos infernos estão quase todas ao seu lado. Alguma coisa mudou, e não foi só a construção da chácara.

Com o maior prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como o prazo de V. Ex^a se esgotou há algum tempo, Senador, eu pediria que encerrasse.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Encerrarei, Sr. Presidente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou ser breve, Sr. Presidente.

Só para dizer a V. Ex^a que quero discordar frontalmente da idéia seja dessa pessoa a que V. Ex^a se referiu de que houve acertos para votações de interesse do Governo devido a emendas. Vou dizer exatamente por quê. Quando fazemos oposição, como fizemos aqui – eu não estava pessoalmente aqui, mas nas ruas eu o fazia –, o Brasil inteiro prestou atenção por conta da emenda da reeleição e se diz que houve pagamento extra. Lá no meu Estado houve muitas investigações sobre o fato de que estava havendo pagamento extra para a votação da emenda da reeleição. O fato é que se tentou apurar, mas nunca se configurou isso. Nas duas CPIs, tentou-se suscitar essa questão novamente e ficou...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Evidentemente...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só para que eu possa chegar a um determinado ponto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está bem.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Essa denúncia foi feita e, até hoje, se revelou o contrário. Segundo, eu me considero injustiçado quando se diz isso porque defendo o Governo. Mas o faço, em primeiro lugar, por dever de convicção partidária, ideológica e tudo o mais. Se fosse por causa de agrado, eu seria um dos Senadores mais bem atendidos. Não o sou. Aliás, neste ano, as minhas emendas estão praticamente todas paralisadas. Não fui beneficiado neste ano. Não fui! Já disse ontem e repito hoje: o tratamento não é esse.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Talvez o Senador Newton Cardoso possa explicar o porquê.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O tratamento não é esse. Então, não pode haver isso. Senão haveria agrado do tipo: “Venha cá! Estou atendendo você, que é uma pessoa que tem ajudado bastante”. Isso não existe. Não existe! Deixo bem claro que não posso aceitar essa injustiça que está sendo feita em relação a como tem trabalhado o Governo com o quesito emenda parlamentar. Portanto, quem deu essa entrevista ao **Congresso em Foco** teve tantas oportunidades de falar sobre isso, tantos momentos brilhantes em que poderia ter dito isso. E por que não disse e está dizendo agora? O que foi? Foi omisso ou está querendo renovar que tipo de problema? A pedido de quem? Então, eu queria contribuir com o discurso de V. Ex^a, dizendo que essa é uma pecha que não cai na nossa cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, só uma pergunta: isso é relatório de um ex-funcionário do SNI?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É uma entrevista que ele deu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por que ele tinha o dever de ofício de manter sigilo. Durante a gestão dele, ele tinha a obrigação do sigilo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...contando os fatos que viveu. Aí é que digo: tudo bem. Eu trouxe para cá mais de 48 horas depois do fato, aguardando uma manifestação daquele governo, que eu pensava que fosse o Governo do PT, que se indignava com tudo, que tinha um Conselho de Ética que funcionava e que não tomou nenhuma providência quanto a esse funcionário. Não abriu um processo. Silenciou. Por quê? Por que seu Partido hoje silencia com um fato grave dessa natureza? Mudou muito.

Agora, V. Ex^a falou de um assunto que eu não gostaria de abordar porque V. Ex^a sabe o apreço pessoal que tenho, embora com diferenças políticas, pelo Governador Jorge Viana. Se V. Ex^a viu um fato grave no Acre, tem o dever moral de dizer à Nação quais foram. Lembro-me muito bem de que, naquela época, o único Estado onde não havia preocupação era o de V. Ex^a, por que Jorge Viana, embora sendo do PT e tendo sido tratado como foi pelo Governo Fernando Henrique, era a favor da sua reeleição, contrariando inclusive a diretriz do seu Partido.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, não vamos colocar o nome do Governador Jorge Viana neste assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas V. Ex^a...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O assunto a que estou me reportando é a emenda...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Da reeleição.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que criou a reeleição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi, sim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – 1997.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas é um fato.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas esse fato não tem absolutamente nada a ver com a pessoa do Governador. V. Ex^a faz um trocadilho que não posso aceitar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era um grande prefeito, um grande líder e começou a ser ajudado lá.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A emenda da reeleição é de 1997.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a chegou aonde eu queria. Começou a ser ajudado por Fernando Henrique ali.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem descobriu Jorge Viana...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Governador Jorge Viana assumiu o Governo em janeiro de 99.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que ele era em 97? Era um desconhecido? O que ele fazia lá?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com o que V. Ex^a está querendo comparar?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual era a posição política dele no Acre?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Em relação a quê?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele exerceu algum cargo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Nesse período, não; cargo público, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, não exercia cargo público formalmente, mas era a grande vocação política descoberta por Fernando Henrique Cardoso, tanto é que governaram de mãos dadas. O PFL e o PSDB, aqui na Casa, estrebuchavam porque ele estava dando mais apoio ao PT do Acre de V. Ex^a do que a correligionários da região. Agora, não justifique os erros do passado, porque o seu Partido prometeu à Nação brasileira que ia mudar tudo isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Estamos fazendo a comparação de dois momentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, o Lula disse...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Porque essa pessoa dizer que havia pagamento extra para votar em matéria do governo, eu fiz uma comparação com 1997, quando o País inteiro também foi tomado de choque por causa da emenda da reeleição. É a isso que estou me reportando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para mim, o momento sublime do Sr. Lula foi quando ele disse que no palanque dele não subia ladrão e que no Governo dele não tinha ladrão.

Então, ele não tinha o direito sequer de permitir esse tipo de coisa, de não tomar providências com relação aos envolvidos, para não acontecer o que acontece agora: o seu ex-Secretário e o seu ex-Ministro das Comunicações o envolve no caso das cartilhas, já estando complicado em questões recentes, como apurou-se na CPI dos Correios. E foi iniciado não por mim ou por V. Ex^a, Sr. Presidente, mas pelo Procurador da República.

Quem não convive com ladrão não convive em nenhuma instância, nem na administrativa nem na afetiva. Eu até admito, por questão de piedade cristã, que ainda conviva. O homem público tem o direito de ter amigos bons e amigos maus, mas tem o dever de só governar com os bons. E o Presidente Lula, quando assumiu, gozando da confiança majoritária da Nação, prometeu fiscalizar o seu Ministério toda semana, a ação dos ministros, e tornou-se um campeão nacional de “eu não sabia, eu não vi”.

Senador Sibá, infelizmente não sei como classificá-lo. Se eu disser que V. Ex^a é do PT que não é do Newton Cardoso, eu não estou ajudando V. Ex^a. Só que Newton Cardoso hoje diz que não quer o PT de ladrões. Vejam como as coisas estão neste mundo.

Eu acho que V. Ex^a é do PT que sempre foi PT e, hoje, está sem a estrela. V. Ex^a disse que ia usar a estrela todo dia, mas ela incomoda tanto, espinha tanto que não se usa mais com aquele prazer que se usava antigamente.

O SR. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Doe a estrela na última atividade de campanha eleitoral. Uma pessoa me pediu, mas vou conseguir outra e continuar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pediria que não houvesse debate paralelo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, naquele tempo vocês tinham uma estrela num bolso, outra no outro, uma no peito e uma no pensamento. Essa não tem mais em lugar nenhum, só fica aqui quando cobro. Mas vou lhe cobrar. Não tire a estrela e traga a estrela vermelha, porque apareceram aqui umas estrelas azuis, umas douradas. Não é essa camuflada, não. Eles vão para a guerra agora com uma estrela camuflada, dourada. O PT usando ouro é coisa nova. A estrela é vermelha, aquela da luta, do combate. Não é a de hoje – V. Ex^a vai me entender –, não é a do autoritarismo, não é a estrela de quem quis cercear a liberdade da imprensa, modificando o exercício da profissão, nem tampouco cercear o teatro brasileiro, limitando incentivos às peças teatrais por parte do governo àqueles que se alinhassem ao seu pensamento.

O PT de V. Ex^a não é o PT que a Petrobras usa para levar benefícios aos Municípios dos aliados, mas é a mesma Petrobras, Senador Almeida Lima, que manda...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ... dos seus apaniguados está agora às voltas com um grave problema, que é o rombo dado num fundo de pensão chamado Petros. Os funcionários, reunidos nesta semana, se negaram a aceitar um plano proposto. Não sei nem quem tem razão, se os funcionários ou a Petro-

bras. Mas o erro é um: permitir que o Fundo chegasse a ter esse rombo.

O mesmo aconteceu agora no Banco Central. Como é o nome daquele rapaz que vocês tiraram do PSDB, Presidente do Banco Central? Ele elegeu-se Deputado em Goiás e foi muito votado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Henrique Meirelles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Henrique Meirelles. Vocês não combatiam o programa econômico dos tucanos? E foram buscar onde o Presidente do Banco Central para gerir a moeda e ditar a política econômica, o arrocho e o abraço aos banqueiros? Vocês foram buscar no Banco de Boston, aquele banco que condenavam, como condenavam tudo o que vinha dos Estados Unidos.

Gosto muito do Acre e já lhe disse isso. Se já queria bem ao Acre, passei a querer mais ainda depois que ele o acolheu com tanta fidalguia, porque se trata de um piauiense que saiu da Liberdade para vencer pelo Brasil afora. Eu estive lá na semana passada rapidamente e fiquei triste por V. Ex^a não estar lá, porque iria vê-lo, embora sabendo que as dificuldades de disputas locais às vezes me tornassem incompreendido.

Mas eu me esqueci de uma coisa: o Ronivon Santiago está apoiando quem na atual disputa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o Orleir Cameli, aquele governador dos aviões, apóia quem?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aquele por quem ele tomar a decisão, quem ele quiser acompanhar. Ele é livre para isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas está acompanhando quem? Ele está com quem no palanque, está subindo no palanque de quem?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não sei. Não subiu em nenhum palanque, que me conste, até agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se V. Ex^a puder satisfazer essa dúvida atroz e cruel que me machuca a alma, dê-me essa informação segunda-feira.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Farei isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esses dois homens públicos que o Acre mandou para o Brasil, Cameli e Ronivon, que foi meu colega na Câmara dos Deputados, quero saber quem eles apóiam. Porque quero dizer para o Newton Cardoso: cuidado quando for subir nesse palanque. O Newton não vai subir com essa gente. Não quero criar constrangimen-

to para o PT, mas o PT precisa decidir de quem é, se é do Newton Cardoso ou se é das idéias que pregou durante 20 anos para o povo brasileiro e depois, de maneira desavergonhada, traiu a Pátria.

Sabe V. Ex^a que esses nossos debates são pedagógicos. Aprendo muito e agradeço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem a palavra.

Senador Almeida Lima, V. Ex^a vai falar em seguida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, posso sair do plenário? V. Ex^a vai me responder?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, vou tratar de outra coisa. Fique à vontade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Heráclito, por favor, não perca o avião, porque o motivo é importante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou liberado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ainda não tenho esse poder de decidir sobre sua vida, Senador. Fique à vontade; pode viajar tranquilo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a tarde de hoje para fazer um comentário sobre a 19^a Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, CDES, Conselho consultivo criado pelo Presidente Lula no início do seu Governo, composto por personalidades dos mais diversos setores da nossa sociedade, de todos os lugares, de todos os Estados, que representam diversas instituições, como a AABB, a OAB, a Fiesp, movimento dos seringueiros, indígenas, etc. É um conjunto de pessoas que tem o papel de ajudar na reflexão do futuro do nosso País.

Na sua 19^a Reunião, esse Conselho, Sr. Presidente, propôs ao Brasil uma concertação. A concertação já foi bastante difundida na América do Sul. É uma experiência vivida hoje no Chile e muito bem-sucedida. Muitos concordam com o procedimento adotado. Nessa reunião, o Conselho apontou as sugestões para o Brasil do ano 2022.

Eu já tinha me pronunciado sobre este assunto em outra oportunidade, Sr. Presidente, e gostaria de poder comentar agora os pontos deste documento, fruto dessa reunião.

O primeiro ponto seria o grande objetivo dessa concertação. Os trabalhos do CDES, consubstanciados principalmente nas Cartas de Concertação e na Agên-

cia Nacional de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consensos em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sobre os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira.

O que seriam, então, os consensos, Sr. Presidente?

Nos enunciados políticos, trata da reforma política, que deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular), conforme o Projeto de Lei nº 4.718, de 2004, proposto pelo Conselho Federal da OAB e CNBB, em tramitação no Congresso Nacional. Deve-se também priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base nos seguintes pontos: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação em lista, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.

Sobre o modelo de desenvolvimento, Sr. Presidente, há vários pontos. O primeiro deles é ter como meta uma taxa de crescimento médio do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB per capita do nosso País, saindo do que hoje temos, algo em torno de R\$ 10 mil a R\$ 12 mil, para cerca de R\$ 25 milhões.

O segundo é promover a redução das desigualdades na sociedade brasileira. Esse também é um pressuposto de que para o País crescer, é preciso reduzir as desigualdades sociais.

O terceiro é sobre o fato de a educação ser estratégica para a transição para um novo modelo de desenvolvimento do País, a partir de uma visão sistêmica do processo educacional.

O quarto é sobre a questão da saúde, Sr. Presidente. Trata do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, o SUS, aportando recursos que hoje representam 3,2% do PIB para 4,5% até o ano de 2011, para que o nosso País possa conviver com um maior equilíbrio de sua sociedade.

O quinto é sobre o salário mínimo. Tem como meta a implementação de uma política continuada de valorização do salário mínimo para que ele possa chegar, em 2022, com um crescimento real de no mínimo 150% dos valores contidos em 2006.

O crescimento do PIB deverá estar acompanhado de instrumentos de política industrial e tecnológica para estimular o desenvolvimento regional e a distribuição de renda que garanta a geração de até 150

mil novos postos de trabalho, por mês, em todas as regiões do Brasil.

Sobre a inflação, Sr. Presidente, estabelece as metas de inflação num patamar fixo de, no máximo, 3%. Aqui há um quadro que mostra essa evolução da taxa de juros, o superávit, a questão do crescimento do PIB, a relação dívida/PIB, e o que seria a economia do País neste período até 2010. É com isto aqui que o Governo se comprometerá a partir de 2007.

Ficaria da seguinte maneira: em 2006, nós temos a evolução da taxa de juro real na ordem de 10%, o superávit primário de 4,25%, a taxa de crescimento do PIB avaliada em 4,5%, a dívida/PIB na ordem de 50%.

Para 2007, a taxa de juros cai para 8% e o superávit primário será mantido em 4,5% até 2010; o crescimento do PIB na ordem de 4,75%, e a dívida/PIB caindo para 49%.

Em 2008, a taxa de juros cai para 6%, o superávit, para 4,25%, o crescimento do PIB real é de 6%, a dívida/PIB cai para 47%.

A partir de 2008 até 2010, nós mantemos a evolução da taxa de juros em queda até atingir os 3%, e a dívida/PIB em queda até a faixa dos 39%. Isso daria uma economia para o País da ordem de R\$ 181 bilhões.

Quanto ao *spread* bancário, ele deve expressar o risco Brasil de forma realista, e o Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto, associando essas medidas a metas de redução do *spread*.

Sobre o crescimento econômico, este deve ser impulsionado pelas políticas governamentais, aliado à progressiva redução da taxa de juros, de gastos por meio da melhoria da gestão pública, da sonegação e da informalidade, o crescimento econômico abre espaço para a necessária diminuição da carga fiscal.

Ainda sobre o desenvolvimento, Sr. Presidente, uma das metas é atingir uma taxa de formação bruta do capital de pelo menos 25% do PIB ao ano, expandindo o crédito para um percentual de, no mínimo, 50% do PIB.

Quanto ao BNDES, este deverá aplicar, por 10 anos consecutivos, o valor de R\$ 650 bilhões em projetos na área das indústrias e principalmente na infraestrutura, com aumento da participação das Regiões Norte e Nordeste.

O Banco do Brasil teria que representar o maior aporte de investimento possível, priorizando as Regiões Norte e Nordeste.

Na política industrial, tecnológica e de comércio exterior, deve-se alterar o patamar de competitividade da indústria rumo à inovação e à diferenciação de

produtos e serviços, com inserção e reconhecimento nos principais mercados do mundo.

Além disso, deve-se aumentar a participação do gasto em ciência e tecnologia no PIB, dos atuais 1,37% para 2,5%, nos próximos 3 anos, quando a participação do setor privado nessa área deverá ser ampliada de 40% para 60%.

Quanto ao comércio exterior, a meta é fortalecer e consolidar a política, de modo a assegurar que o crescimento de nossas exportações continue superando o crescimento do comércio exterior, com taxas superiores a 10% ao ano.

Sobre a infra-estrutura, no que tange à logística de transportes: diversificar a matriz de transportes, priorizando o uso do transporte ferroviário, hidroviário e marítimo; readequar as instituições de transportes no âmbito do Governo Federal, visando ao aumento da eficiência e da eficácia; regulamentar as relações entre Ministério e Agências e redefinir os papéis das Companhias Docas.

E no que tange à energia: diversificar e ampliar a matriz energética brasileira, mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio.

Sobre a infra-estrutura urbana e social, deve-se implantar o programa de mobilidade urbana para a construção das cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não-motorizada no montante anual em torno de R\$ 2 bilhões por 10 anos consecutivos.

Sobre o saneamento, fala em universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico na área urbana e rural nos próximos 20 anos. Para isso, serão necessários investimentos de R\$ 180 bilhões da área pública e privada ao longo desse período.

Quanto à habitação e desenvolvimento urbano, trata de investimento com recursos do Orçamento Geral da União – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, R\$ 39,6 bilhões no período de 2007 a 2022.

Outra meta é implementar uma política nacional de desenvolvimento regional que valorize a diversidade regional brasileira e reduza as desigualdades ainda prevalentes.

Além disso, pretende-se trazer para a formalidade, até 2022, cerca de 10,3 milhões de micro e pequenas empresas que se encontram atualmente na informalidade.

No que tange à reforma agrária, condição para a democracia, a distinção entre terra de trabalho e terra de negócios deve ser o principal critério para a desapropriação e a redistribuição das terras.

Na segurança pública, propõe ampliarem-se e consolidarem-se as ações da Polícia Federal em todo o País, permitindo o planejamento estruturado de operações contra qualquer tipo de crime que se ofereça contra a nossa Nação; criar um piso salarial nacional para as ouvidorias e corregedorias; manter a rede de ensino à distância e a rede de especialização em segurança pública, consolidando um Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, modernizando e ampliando a Rede Infoseg e o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública.

Quanto ao sistema prisional, deve haver efetiva regulamentação do controle externo pelo Ministério Público e redução do déficit de vagas, que hoje gira em torno de 150 mil, por meio da adequação quantitativa e qualitativa dos estabelecimentos penais.

A respeito da modernização e informatização, diz que é fundamental informatizar o sistema judicial, para a celeridade da tramitação das questões e para a diminuição do volume de feitos na Justiça.

É necessária urgência para a Reforma Legislativa, para a aprovação do projeto de reforma dos Códigos de Processo Civil, Penal e Trabalhista e na imediata realização de atividades de divulgação e de capacitação de magistrados e operadores do Direito para o trabalho com a nova realidade normativa.

Deve-se consolidar um sistema de governança estratégica, no qual os três Poderes da República, as diferentes esferas de Governo e a sociedade interajam e se organizem em torno das prioridades nacionais, estabelecidas coletivamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse foi o documento produzido na reunião. Durante duas semanas fizemos esse debate, porque o nosso Brasil precisa encontrar o seu planejamento estratégico. Há que se pensar um País além de um mandato de governo.

Ou nós fazemos isso ou o Brasil vai ficar eternamente andando em círculo, resolvendo apenas problemas conjunturais de momento e que se encerram em um mandato, seja de um Presidente, de um Governador ou de um Prefeito.

As medidas que estão sendo tratadas aqui, neste documento, apontam para que quem venha a ser eleito no dia 1º de outubro comprometa-se com esse quadro. Esse é o quadro do sucesso do nosso Brasil.

Quanto ao assunto de que eu tratava, fiz até um comentário referente àquele relatório da CIA que dizia, em uma das duas avaliações, que o cenário de 2020 aponta para que o coletivo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), os quatro emergentes mais potenciais hoje da economia mundial, possa estar liderando, inevitavelmente, a nova fase da globalização. E apontava que esses Países, para poderem estar bem colocados nes-

te momento, têm que resolver duas coisas: o aspecto educacional tecnológico e o aspecto da distribuição de renda. São dois pontos basilares desse cenário em que o Brasil deverá estar incluído.

Eu comentava ainda sobre as avaliações a respeito do que é o desenvolvimento equilibrado de um país e também o crescimento, assunto tão bem debatido aqui, nesta Casa e que, é claro, defendo.

O Brasil não cresceu em números que sejam agradáveis. Sabemos disto. Basta observarmos que todas as estatísticas apontam para isso.

No entanto, a grande novidade é que o Brasil prioriza, também, neste momento, a divisão de renda, a distribuição da renda no Brasil. Os indicadores advêm de institutos oficiais, e todos concordam: houve uma redução na diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil; há, na classe dos pobres, uma participação de crescimento acima de 11%.

Então, quando dizemos que o crescimento da China foi de 9,5%; o da Índia foi perto de 9%; dos Estados Unidos e Europa, acima de 6%, na faixa de 7%; aqui, na América do Sul, em muitos Países, na faixa de 5% a 6%, ficamos às vezes com inveja.

Sim, mas o Brasil está resolvendo aquilo que considero muito importante, e até me reporte a uma fala do Senador Cristovam Buarque sobre o que ele considerava importante para um governante, que é consolidar três cenários: o do equilíbrio fiscal, o do desenvolvimento econômico e o da democracia. E fez um paralelo entre as experiências dos sucessivos governos republicados após 1889. Quando se priorizava um, capengava o outro. Ora equilibravam-se as contas, mas pecava-se no desenvolvimento; avançava-se no desenvolvimento, mas pecava-se na democracia; avançava-se também na democracia, mas pecava-se no equilíbrio de contas. E agora está sendo desenhado no Brasil que podemos consolidar esses três cenários.

Este documento do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro aponta as precauções que devem ser minimamente tomadas, e julgo-o de uma lucidez impecável. Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que o documento conste dos Anais da nossa Casa, pois o considero a marca de qualquer plano de governo para quem venha a assumir o Brasil a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

SEGUEM NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-CDES

19ª Reunião do Pleno do CDES

Agosto de 2006

ÍNDICE

O DESENVOLVIMENTO É NECESSARIAMENTE UM PROCESSO DE CONCERTAÇÃO NACIONAL	3
A – ENUNCIADOS POLÍTICOS	4
B – ENUNCIADOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO	5

O DESENVOLVIMENTO É NECESSARIAMENTE UM PROCESSO DE CONCERTAÇÃO NACIONAL

Os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, ¹⁰consubstanciados principalmente nas Cartas de Concertação e na Agenda Nacional de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consensos em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sob os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira, nos encorajando a dar novos passos. Diante disso, nos empenhamos na tarefa de elaborar propostas de diretrizes, com pretensão de interferir num planejamento de Estado que conduza e coordene o desenvolvimento do País.

As condições para planejar estrategicamente os caminhos de médio e longo curso para o desenvolvimento do País foram estabelecidas nos últimos anos – inflação sob controle, superávits expressivos nas transações correntes, equilíbrio das contas públicas e bem sucedidas metas sociais. O foco nas prioridades econômicas – ajustamento macroeconômico e diminuição da vulnerabilidade externa – pode, a partir de agora, deslocar-se para a aceleração dos processos de distribuição das riquezas como imperativo para o crescimento sustentado do País. Esses são os pressupostos que estão na base da construção dos enunciados aqui apresentados.

Os enunciados receberam as contribuições de Conselheiros e Conselheiras do CDES, da Fundação Getúlio Vargas e de personalidades da área econômica e da gestão pública.

O formato escolhido para a apresentação dos enunciados tem a virtude da objetividade e da brevidade, embora tenha a limitação de não apresentar a fundamentação das propostas – que seguramente existe. Esta forma facilita o prosseguimento da elaboração e dos debates, que seguirão até a última reunião do Conselho deste ano.

A idéia é conduzir o debate através de um processo de aproximações sucessivas: iniciar cancelando os enunciados consensuais e apontando os que têm maioria; aqueles que não têm apoio significativo do CDES ficarão registrados como sugestões. Num segundo momento, serão arrolados os enunciados que podem dar base a uma concertação estratégica comprometida com o desenvolvimento, entendendo que a distribuição da renda é fator indispensável para o crescimento sustentado e a estabilidade econômica e social.

A - ENUNCIADOS POLÍTICOS

A reforma política deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular), conforme projeto de lei nº 4718/2004, proposto pelo Conselho Federal da OAB e CNBB, em tramitação no Congresso Nacional.

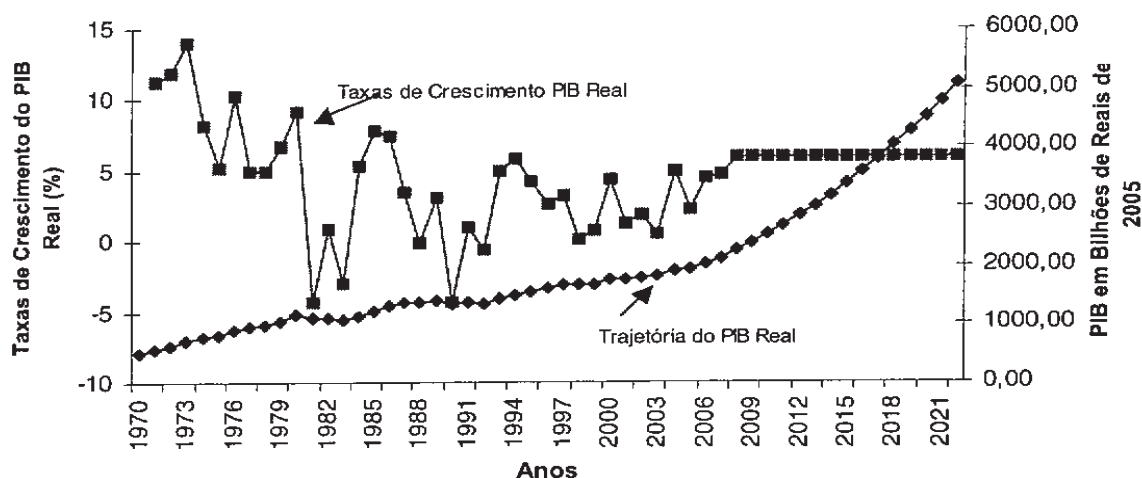
Priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base nos seguintes pontos: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação em lista, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.

↪ A reforma política também buscará o aperfeiçoamento das formas de representação popular.

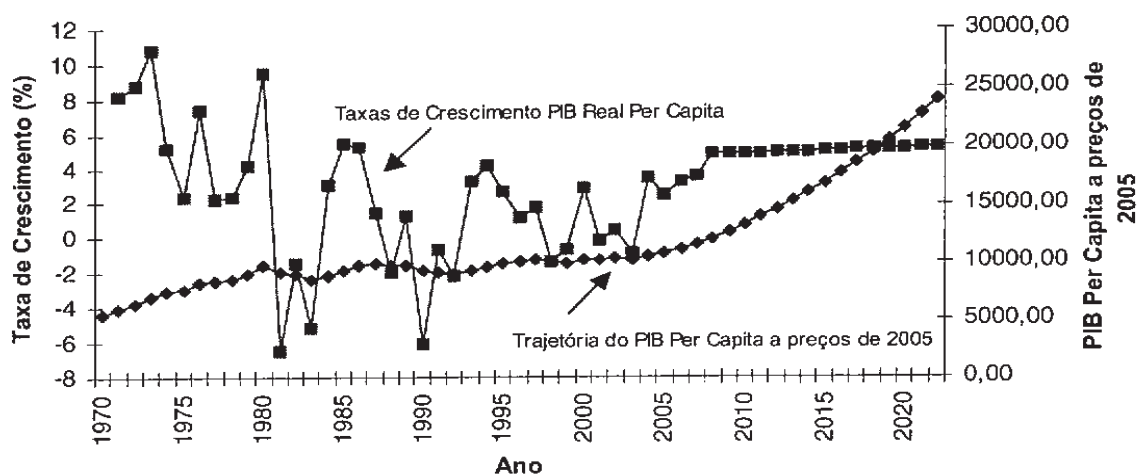
B – ENUNCIADOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

- 1) Ter como meta uma taxa de crescimento média do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB *per capita*. Os instrumentos fiscais – receitas e gastos públicos – e os monetários – crédito e taxas de juros – devem ser ajustados para permitir a combinação de baixa inflação e alto crescimento econômico, como demonstram ser possíveis os momentos históricos vividos por países hoje desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá, Espanha, dentre outros.

Trajétória do PIB Real e Taxas de Crescimento - (1970-2020)



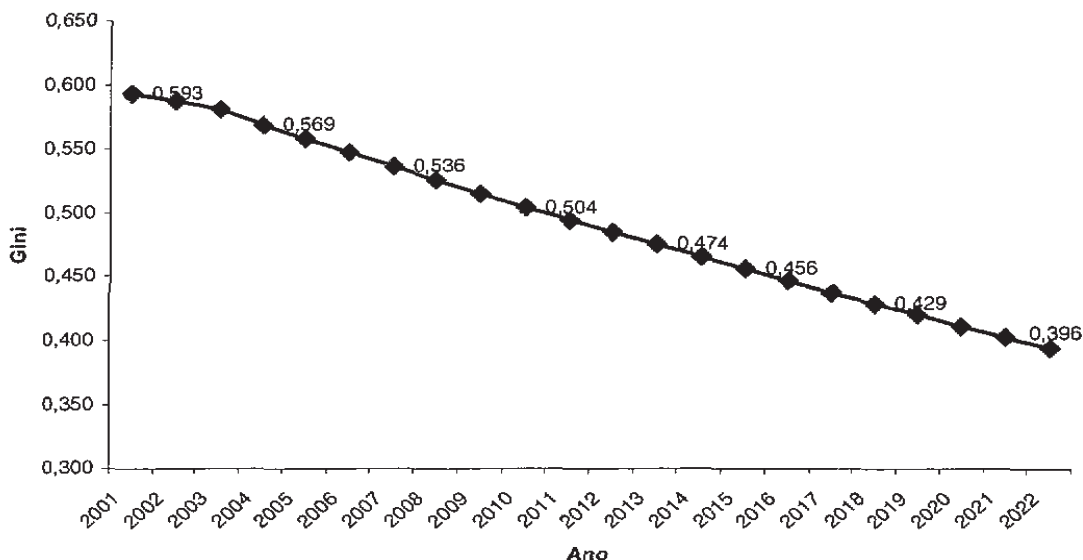
Evolução do PIB Real Per Capita (1970-2020)



(2) Promover a redução das desigualdades na sociedade brasileira. Adotar a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400 em 2022, aproximando o Brasil da mediana atual dos países classificados pelo PNUD. Para isso, o ritmo de redução da desigualdade deve ser acelerado e a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres deve dobrar no período. Para a fixação de metas de curto prazo deverão ser adicionados a esse índice um conjunto de indicadores que relacionem o comportamento da renda dos 50% mais pobres com a dos 10% mais ricos e com a dos 1% mais ricos; relacionem a média e a mediana das distribuições de rendimentos, e, no combate à pobreza verifiquem especificamente o comportamento da renda dos 50% mais pobres.

Contribuem para o alcance desta meta as previsões de crescimento da economia (em torno de 6% ao ano); de aumento do nível de emprego; de priorização absoluta da educação; do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); de valorização do salário mínimo; de reforma do sistema tributário; de priorização de investimentos em *infra-estrutura com alta taxa de retorno social*; de *políticas ativas para redução* da desigualdade regional e intra-regional; e do reforço dos programas de transferência direta de renda.

Brasil: evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita - 2001 - 2022
(Coeficiente de Gini)



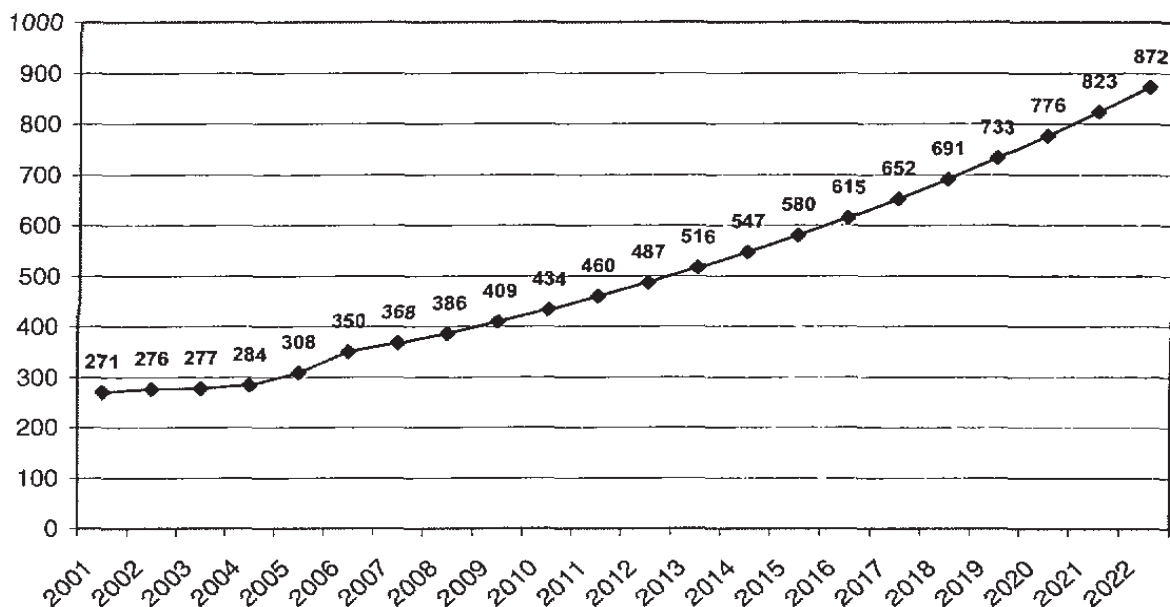
A ação de redução das desigualdades regionais brasileiras será medida pela renda média domiciliar. A diferença entre a renda domiciliar média mensal na unidade da federação mais rica e a daquela mais pobre se reduzirá dos padrões atuais (cerca de 5 vezes, conforme o Censo 2000), para 4 vezes em 10 anos, e para 3 vezes em 20 anos (o que representará uma redução global da ordem de 25% entre a unidade mais rica e a mais pobre em 20 anos). De forma semelhante, na escala sub-regional, deverão ser fixados indicadores de redução das desigualdades, focalizando as múltiplas escalas de dimensão das desigualdades no país.

3) A educação é estratégica para a transição para um novo modelo de desenvolvimento do país, a partir de uma visão sistêmica do processo educacional, tendo como objetivos centrais: ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, articulada com o ensino básico e a educação profissional, tendo como meta a erradicação do analfabetismo estrutural; garantir a universalização do acesso e conclusão da educação básica, alcançando padrões internacionais de qualidade, através da valorização profissional e formação inicial e continuada dos professores; ampliar e consolidar a rede de educação tecnológica, oferecendo programas para a inclusão educacional para jovens e adultos, com iniciação profissional e elevação da escolaridade, ampliando o ensino médio integrado, tendo como meta a universalização do ensino médio em um prazo de cinco anos; consolidar a ampliação da rede federal de instituições federais de educação superior, garantindo marco legal para a expansão com qualidade do setor privado, tendo como meta atingir 30% dos jovens brasileiros cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas); impulsionar a evolução de todo o sistema nacional de Pós-graduação. O alcance desses objetivos prioritários requer a expansão do investimento em educação para uma participação em torno de 6% do PIB.

4) Aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde (SUS), com definição clara das responsabilidades da União dos Estados e dos Municípios e a ampliação do investimento público em saúde, nas três esferas de poder. A meta de investimento é passar dos atuais 3,2% para 4,5% do PIB até 2011 de forma que o gasto *per capita* alcance valores próximos aos da Argentina e do Uruguai, atualmente de U\$300,00. De forma regular e progressiva, ampliar para 6% os recursos aplicados até 2022, atingindo níveis de investimento *per capita* semelhante aos atuais da Austrália, Nova Zelândia, Itália e Portugal. Esses recursos devem tornar possível, a expansão e melhoria da qualidade dos serviços, em especial a universalização da atenção farmacêutica, a ampliação da lista de medicamentos essenciais e a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família.

5) Ter como meta a implementação de uma política continuada de valorização do salário mínimo comprometida com os preceitos constitucionais vigentes e consistente com o crescimento do produto nacional. Esta política deverá proporcionar aumento real do salário mínimo em torno de 150% até 2022 em relação ao patamar real de 2006. Esta meta é viável com base na estimativa de crescimento do PIB da ordem 150% e do PIB *per capita* da ordem de 117%, no período 2006-2022; no estímulo à negociação de acordos para a incorporação à renda do trabalho de parte dos ganhos de produtividade decorrentes deste crescimento; e na adoção de instrumentos que estimulem a ampliação da parcela de contratos de trabalho urbanos e rurais regulamentados.

Evolução do Salário Mínimo Real 2001 - 2022
(valores observados nos meses de junho em R\$ de jun/06)



Salário Mínimo real a preços de 2006

Fonte: 2001 a 2005 – IpeaData
2006-2020 – Estimativas SRI

6) O crescimento do PIB deverá estar acompanhado de instrumentos de política industrial e tecnológica, de estímulo ao desenvolvimento regional e de redistribuição de renda que garantam a geração de 100 a 150 mil novas ocupações / mês, no ritmo que vêm sendo mantido no período recente. Ademais, para reverter o quadro de fragmentação do mercado de trabalho nacional, estes instrumentos devem estar combinados de forma a garantir que pelo menos 80% destas novas ocupações sejam postos de trabalho formais, percentual que corresponde à participação média desta forma de inserção registrada na expansão ocupacional total verificada no biênio 2003-2004.

7) As metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional deverão ser cumpridas de maneira sistemática. O cumprimento continuado das metas reduzirá o componente de risco inflacionário embutido nas taxas de juros reais *ex ante*, permitindo a convergência das taxas de juros reais domésticas para os níveis verificados em outras economias emergentes de classificação de risco equivalente à do Brasil. Num cenário em que essa convergência ocorra em ritmo acelerado e alcance um patamar de juros reais de 3% no prazo de cinco anos, seriam liberados, nos próximos quatro anos, recursos orçamentários em torno de R\$ 181 bilhões, os quais poderão ser canalizados para investimentos sociais, investimentos em infraestrutura e para a seguridade social, mantido o superávit primário em torno de 4,25% ao ano.

Premissas:

Anos	Evolução da Taxa de juros reais	Superávit Primário (% PIB)	Taxa de Crescimento do PIB Real	Dívida/PIB	Economia de Reais em milhões*
2006	10,00%	4,25%	4,50%	50%	
2007	8,00%	4,25%	4,75%	49%	20.573,00
2008	6,00%	4,25%	6,00%	47%	41.211,09
2009	4,50%	4,25%	6,00%	43%	54.494,63
2010	3,00%	4,25%	6,00%	39%	64.900,28
Total					181.179,40

Valores correspondem à diferença entre a totalidade de juros que seriam pagos a cada ano permanecendo a taxa de juros real constante da ordem de 10% a.a. (um acumulado no período em torno de 397 bilhões de reais) e os montantes alternativos estimados para uma queda gradual de juros de acordo com a tabela acima (R\$ 216 bilhões no período).

8) O *spread* deve expressar o risco Brasil de forma realista. O Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto associando essas medidas a metas de redução do *spread*. Os bancos públicos devem cobrar um *spread* máximo de 15% ao ano estimulando a concorrência no setor

9) O crescimento econômico, impulsionado pelas políticas governamentais, aliado à progressiva redução da taxa de juros, de gastos por meio da melhoria da gestão pública e da sonegação e da informalidade abre espaço para a necessária diminuição da carga fiscal - de responsabilidade da União, estados e municípios - para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, resultado de uma reforma tributária que incremente a tributação direta, reduza a tributação indireta, por meio de consenso com estados e municípios.

Assegurar condições necessárias para que os estados pratiquem uma política tributária que respeite os princípios de neutralidade e justiça social. Para isso a reforma tributária deve isentar de ICMS os alimentos e remédios e implementar o princípio de destino para o ICMS pela eliminação gradual do imposto interestadual, como forma de acabar com a guerra fiscal e as fraudes.

10) O desenvolvimento econômico do país deve ser focado simultaneamente na expansão dos mercados interno e externo. No tocante ao mercado externo, há de se levar em conta que num mundo globalizado o país deve buscar alianças estratégicas regionais e multiregionais para melhorar a competitividade externa. A política externa deve ser ambiciosa de forma a garantir a abertura de novos mercados e perseguir a redução das assimetrias econômicas e sociais no âmbito da América do Sul.

(11) Atingir uma taxa de formação bruta do capital de, pelo menos, 25% do PIB ao ano. Expandir o crédito para um percentual de, no mínimo, 50% do PIB. O crédito para a indústria deve representar, no mínimo, 10% e 5% para a construção civil em relação ao PIB. Ampliar o crédito para o consumidor e expandir as medidas de inclusão bancária dos segmentos pobres da população passando de 4,5 milhões novas contas bancárias até junho de 2006, para 10 milhões nos próximos cinco anos. Promover a desconcentração, interiorização e adequação do Sistema Financeiro Nacional através do estímulo à constituição e fortalecimento de sistemas cooperativos de crédito e organizações de microfinanças e sua conexão com os fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e negócios da economia familiar e solidária. No estímulo ao fortalecimento das microfinanças é fundamental contar com as iniciativas de responsabilidade social das empresas.

12) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - aplicará nos próximos dez anos recursos no valor de R\$ 650 bilhões para financiar projetos industriais e de infra-estrutura com aumento da participação das regiões Norte e Nordeste no total das aplicações, considerada uma TJLP que expresse a realidade das taxas de inflação e do risco país.

13) O conglomerado do Banco do Brasil, com recursos próprios, será um agente estratégico do setor público no financiamento da formação bruta de capital fixo, priorizando as Regiões Norte e Nordeste.

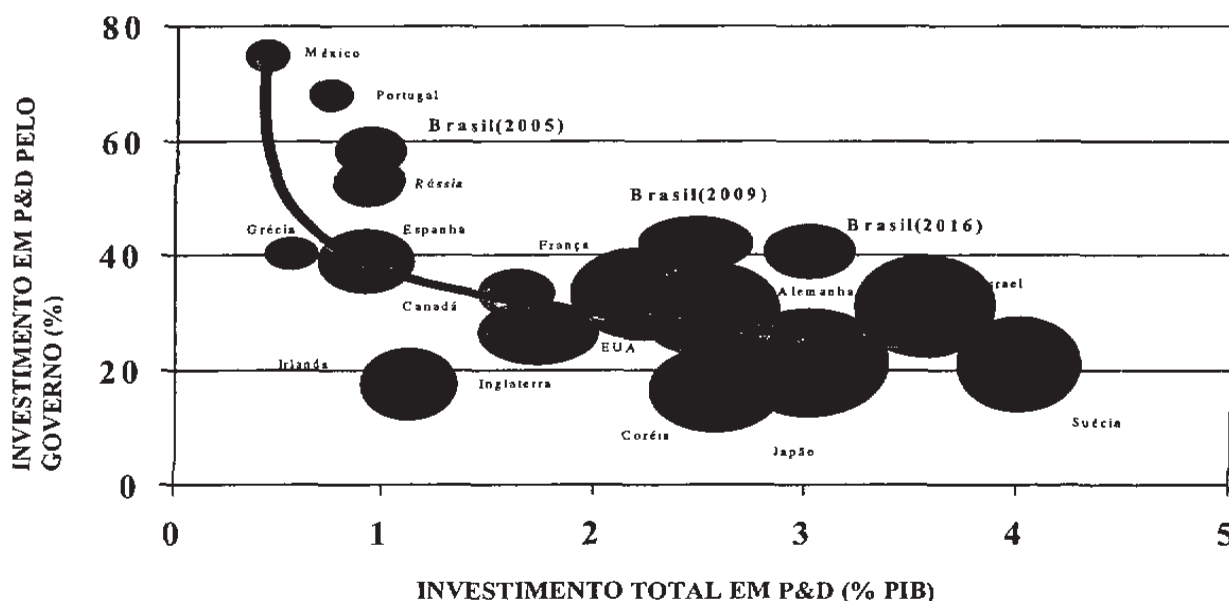
(14) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo a inovação e diferenciação de produtos e serviços, com inserção e reconhecimento nos principais mercados do mundo.

Essa visão inclui maior protagonismo no comércio exterior nos segmentos de maior intensidade tecnológica, com internacionalização de empresas brasileiras, disputando a liderança em diversos setores, incluindo produtos de base, nano e biotecnológica e biocombustíveis. Esse novo ciclo de crescimento sustentável, que enseja um desenvolvimento mais harmônico, deverá focar a redução das desigualdades regionais, culturais e de renda, o acesso à educação em todos os níveis, a inclusão digital e tecnológica.

15) Aumentar a participação do gasto em Ciência e Tecnologia no PIB, dos atuais 1,37 % para 2,5% nos próximos três anos, quando a participação do setor privado nesta área deverá ser ampliada de 40% para 60%, à semelhança de países como Grécia, Espanha e Canadá. Mantida a participação do setor privado em 60% do gasto com Ciência e Tecnologia, as despesas totais deverão alcançar o patamar de 3% do PIB nos próximos dez anos. Paralelamente, deve-se promover o fortalecimento e a modernização institucional da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento do País, de modo a favorecer uma cultura voltada para maior interação entre universidades, instituto de pesquisas e setor privado, com vistas a ampliar significativamente as inovações tecnológicas.

O BNDES, por meio do Fundo Tecnológico –FUNTEC, aplicará R\$1.0 bilhão/ano para apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País, em conformidade com os Programas e Políticas Públicas do Governo Federal.

TENDÊNCIAS:MAIOR INVESTIMENTO TOTAL EM P&D COM MAIS INVESTIMENTO EMPRESARIAL



16) A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e a Política Industrial devem contemplar a política nacional de saúde como área estratégica para o desenvolvimento nacional. O fomento e apoio às áreas de fármacos e medicamentos, hemoderivados, equipamentos médico-hospitalares, imunobiológicos e procedimentos diagnósticos, permite internalizar a promoção do desenvolvimento e, na perspectiva da saúde, aumentar, de modo contínuo, a cobertura de atendimento e oferta de serviços aos usuários do SUS, bem como o desejado aprimoramento da qualidade da prestação desses serviços.

17) Fortalecer e consolidar a política de comércio exterior, de modo a assegurar que o crescimento de nossas exportações continue superando o crescimento do comércio exterior com taxas superiores a 10% ao ano, a fim de que o Brasil alcance o patamar mínimo de 15º país exportador mundial até 2022. Neste sentido, deve-se manter a política gradativa de desoneração de tributos sobre as exportações, contribuindo para a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional; melhorar os procedimentos aduaneiros e portuários, reduzindo as barreiras burocráticas para corredores logísticos de exportação, em nível compatível com padrões de competitividade internacional; e, agilizar o processo de concessões portuárias para ampliação da infra-estrutura logística do País.

Alcançar com o turismo, até 2010, a meta de geração de US\$ 10 bilhões em divisas, colocando o setor no segundo lugar na pauta de exportação, aproveitando todo o seu potencial de geração de empregos, de dinamização de diversos setores da economia, e de forte inclusão social e econômica.

18) Infra-Estrutura Econômica

18.1) Logística e Transportes

Diversificar a matriz de transportes priorizando o uso do transporte ferroviário, hidroviário e marítimo. Readequar as instituições de transportes no âmbito do Governo Federal, visando o aumento da eficiência e da eficácia. Regulamentar as relações entre Ministério e Agências e redefinir os papéis das Companhias Docas. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infra-estrutura de transportes. Garantir o patamar em torno de R\$ 8,2 bilhões/ano para o investimento no setor e incentivar a utilização de Contratos de Concessão e de Parcerias Público-Privadas. Incentivar a instalação e operação de plataformas logísticas integradas.

18.2) Energia

Diversificar e ampliar a matriz energética brasileira mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio. A expansão da oferta de energia elétrica deve seguir com predominância da hidroeletricidade. O aproveitamento do potencial hidráulico deve ser feito de forma social e ambientalmente sustentável. Para revitalizar o setor, são necessários investimentos em torno de R\$ 36 bilhões / ano.

19) Infra-Estrutura Urbana e Social

19.1) Mobilidade Urbana

Implantar o Programa de Mobilidade Urbana para construção de cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não-motorizada no montante anual em torno de R\$ 2 bilhões durante 10 anos, de modo a reverter o atual modelo de mobilidade, uma vez que a perspectiva de crescimento econômico continuado, sem a superação dos atuais problemas e prevenção quanto à ampliação dos mesmos – exclusão social, poluição, congestionamento e acidentes – comprometem o bom funcionamento das atividades urbanas e oferecem grande risco à sustentação do desenvolvimento econômico esperado.

19.2) Universalização do Saneamento

Universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico na área urbana e rural nos próximos 20 anos. Para isso serão necessários investimentos de R\$ 178 bilhões, público e privado, ao longo de vinte anos.

19.3) Habitação e Desenvolvimento Urbano

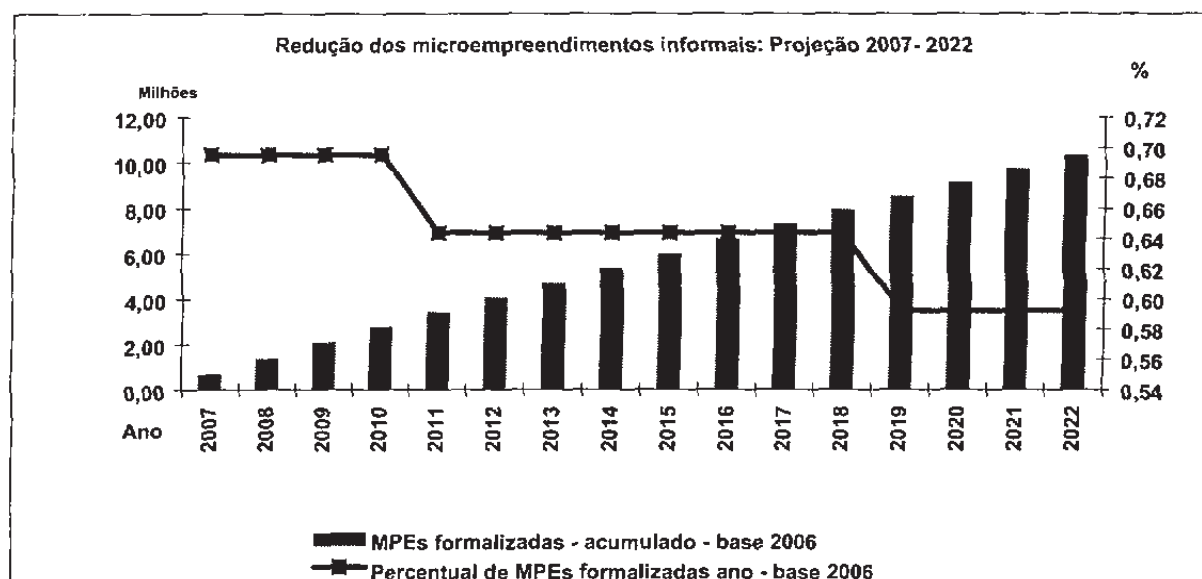
Investir, com recursos do Orçamento Geral da União – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS, R\$ 39,6 bilhões no período 2007 a 2022, o equivalente a R\$ 2,5 bilhões por ano, para equacionar o *deficit* (favelas e domicílios rústicos) estimado em 3,5 milhões (FJP/IBGE Censo/2000), especialmente em ações de urbanização integral de favelas nas regiões metropolitanas onde se concentram mais de 80% dos assentamentos precários e informais.

Investir, com recursos do Orçamento Geral da União – FNHIS, de subsídios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, R\$ 112,2 bilhões no período 2007 a 2022, o equivalente a R\$ 7 bilhões por ano (FNHIS-R\$ 4 bi, FGTS-R\$ 2 bi e FAR- R\$ 1 bi), para produzir unidades habitacionais de interesse social necessárias para equacionar o *deficit* habitacional estimado em 6,6 milhões de moradias para baixa renda, 92% do déficit total do Brasil (IBGE Censo/2000).

20) Implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que valorize a diversidade regional brasileira e reduza as desigualdades ainda prevalentes. A PNDR deve conferir tratamento especial a duas regiões: o Norte e o Nordeste. Para isso, deve orientar-se por planos estratégicos construídos e pactuados nas esferas inter e intragovernamentais e com a sociedade. Criar e implementar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) voltado para a redução das disparidades regionais e que contará com dotação da ordem de 2% da arrecadação do IRPJ e do IPI (projeção inicial, com base no exercício 2006, no valor de R\$ 2 bilhões de reais/ano). Além do FNDR, os Governos Estaduais deverão criar e implementar Fundos Estaduais de Desenvolvimento voltados para a redução das disparidades regionais e intra-regionais nos próximos 20 anos.

21) Trazer para a formalidade até 2022 cerca de 10,3 milhões de micro e pequenas empresas que se encontram na informalidade. Neste sentido, destaque-se recomendações de políticas que promovam: acesso ao mercado; acesso e adequação dos produtos do sistema financeiro ao setor de PMEs; acesso aos serviços técnicos especializados de gestão e formação profissional; simplificação das leis tributárias; redução do custo do trabalho; simplificação da formalização na abertura das empresas; formalização do trabalho doméstico e artesanal; e, aumento das penalidades aos sonegadores/infratores

Aprovar de forma imediata da Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Desenvolver medidas permanentes que garantam a redução da burocratização do registro formal e a facilitação fiscal. Essas medidas devem promover a inclusão de 686 mil empresas ao ano, no período de 2007/2022, formalizando cerca de 10,3 milhões de micro e pequenos empresários brasileiros.



22) A Reforma Agrária é condição para a Democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombola. Um primeiro passo é a assinatura da portaria ministerial que atualiza os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras. Assim, deve-se garantir acesso à terra, suficiente em quantidade e qualidade, com assistência técnica, extensão rural, infra-estrutura e crédito para mais de 1,5 milhões de famílias de agricultores sem terra, até 2015.

Criar uma política de educação integral do campo, escolar e não escolar, valorizando os conhecimentos e a utilização de saberes de agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e das populações tradicionais, contribuindo para a universalização do acesso à educação básica e ampliação da formação profissional pública e de qualidade, enfatizando também o acesso ao ensino superior.

23) Segurança Pública e Sistema Judiciário

23.1) Segurança Pública

Ampliar e consolidar as ações da Polícia Federal em todo o País, permitindo o planejamento estruturado de operações contra o crime organizado, o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando, à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao tráfico de armas, ao tráfico de pessoas e aos crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a administração pública.

Criar um piso salarial nacional, para as ouvidorias e corregedorias. Manter a Rede de Ensino à Distância e a Rede de Especialização em Segurança Pública. Consolidar um Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, modernizando e ampliando a Rede INFOSEG, o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública, o Observatório de Práticas de Segurança Pública e institucionalização do Portal de Segurança Cidadã como meio de democratização do acesso à informação. Difundir a gestão de resultados como princípio administrativo das organizações de segurança pública. Criar um Centro Estratégico de Monitoramento da Criminalidade no Brasil, mantendo a Rede Nacional de Laboratórios de DNA e ações de formação de peritos criminais e sustentar as ações da Força Nacional de Segurança Pública. Para tal, será necessário garantir o patamar mínimo de investimento no setor de 1,5 bilhões/ano.

23.2) Sistema Prisional

Efetiva regulamentação do controle externo pelo Ministério Público. Reduzir o déficit de vagas que hoje gira em torno de 150.000, por meio da adequação quantitativa e qualitativa dos estabelecimentos penais, da construção de 52 estabelecimentos penais para a geração de 41.600 vagas. A construção dos novos estabelecimentos exigirá R\$ 1,47 bilhão até o exercício de 2011, e de R\$ 3,26 bilhões para os exercícios subseqüentes até 2015.

Regulamentar a inclusão da carreira de Agente Penitenciário Federal entre as carreiras integrantes do Sistema de Segurança Pública típicas de Estado, visando o aprimoramento do sistema penitenciário federal e o aperfeiçoamento daquele sistema com a liberação da polícia judiciária da União dos encargos provocados pela atividade carcerária, de custódia, segurança e transporte de presos federais e de alta periculosidade.

23.3) Sistema Judiciário e Concertação Nacional

23.3.1) Modernização e informatização

Informatizar o sistema judicial é fundamental para a celeridade da tramitação das questões e para a diminuição do volume de feitos na Justiça. O projeto de Justiça Virtual, que está inserido na ação MOREJUS, desenvolvido com o Conselho Nacional de Justiça e outras entidades ligadas à administração da Justiça tem por escopo virtualizar as diversas fases do procedimento judicial, permitir a comunicação e a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e os demais participantes dos litígios ou detentores de dados importantes para a prestação jurisdicional. A aceleração na resolução de conflitos contribuirá para a segurança jurídica e para a consolidação de um ambiente mais favorável a investimentos e a transações financeiras e comerciais. Serão necessários recursos de R\$1,4 milhões/ano a partir de 2007.

23.3.2) Acesso à Justiça

Incentivar programas de mediação, justiça comunitária, justiça restaurativa e todas as demais formas de solução extrajudicial de litígios. A consolidação do acesso à Justiça passa também pelo fortalecimento institucional da defensoria pública, através de investimentos na estrutura da Defensoria Pública da União. Outro elemento fundamental para o acesso à Justiça é levar pontos de acesso virtual do Judiciário até comunidades carentes através de programas de inclusão digital e da capacitação de agentes comunitários. Os projetos de acesso à justiça também estão incluídos no Morejus.

23.3.3) Reforma Legislativa

Dar urgência na aprovação do projeto de reforma do Código de Processo Civil, Penal e Trabalhista e na imediata realização de atividades de divulgação e de capacitação de magistrados e operadores do direito para o trabalho com a nova realidade normativa.

24) Governança Estratégica

24.1) Consolidar um sistema de governança estratégica no qual os três poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade interajam e se organizem em torno das prioridades nacionais, estabelecidas coletivamente. O sistema de governança deve fortalecer a participação e o controle social sobre o executivo, o legislativo e o judiciário e garantir a efetividade do desenvolvimento nacional.

24.2) Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento estratégico de longo prazo e de regulação, vinculada à realidade institucional democrática, e visando, paralelamente, a diminuição das graves assimetrias regionais e sociais no país. Nesse sentido, a concertação de atores públicos e privados, somados à articulação entre os três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário), torna-se fundamental em uma nova estratégia de reestruturação do aparato de Estado, com foco no desenvolvimento.

24.3) Promover a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com avaliação permanente. A participação e controle sociais devem estar presentes no processo de planejamento, no acompanhamento e avaliação das ações e nas definições e acompanhamento do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais neste sentido. Para isso é necessária a utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e o desenvolvimento institucional das estruturas do Estado, com conseqüente integração de estruturas, de base de dados e reestruturação de processos.

24.4) Democratizar a governança pública dos instrumentos de política econômica. Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo. Instalar imediatamente as Comissões Consultivas do Órgão, já previstas em lei, dependendo apenas de decreto presidencial. Tal medida possibilitará às entidades nele representadas a oportunidade de participar das discussões das propostas de normas a serem editadas por aquele colegiado, de acordo com o regimento que vier a ser estabelecido sobre o funcionamento das Comissões.

24.5) A União, Estados e Municípios deverão se comprometer a aperfeiçoar os instrumentos normativos e regulatórios, que garantam a segurança jurídica dos contratos, sobretudo no que diz respeito aos contratos de longo prazo na área de infra-estrutura, como é o caso das Concessões Públicas e das Parcerias-Público e Privadas, assegurando ambiente adequado para os investimentos privados

24.6) Avançar na defesa e garantia dos direitos humanos, com a priorização absoluta de ações voltadas à educação em direitos humanos e à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dos idosos, das pessoas com deficiência, e pelo respeito à igualdade de gênero e raça, à orientação sexual e à religião; e ações voltadas à proteção a vítimas, testemunhas e defensores dos direitos humanos.

24.7) Garantir que a sustentabilidade ambiental seja um componente fundamental do desenvolvimento nacional, consolidando e aperfeiçoando as políticas ambientais e investindo na pesquisa e utilização, de forma soberana e sustentável, dos recursos da nossa biodiversidade. Contribuirão para atingir esse objetivo as ações na direção: da regulamentação do uso e conservação da água doce; do aumento da utilização de recursos naturais renováveis na matriz brasileira de combustíveis e da implementação de políticas integradas de desenvolvimento para a Amazônia e o Semi-Árido, tendo como base o conhecimento.

24.8) Fortalecer a federação brasileira com o objetivo de promover uma repactuação do país para construção de um novo ciclo histórico de desenvolvimento, socialmente mais justo e inclusivo, capaz de enfrentar a agenda histórica e estrutural das desigualdades sociais e regionais do Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Caros Colegas,

No dia 24 de agosto foi realizada a última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Nessa reunião foram apresentadas várias propostas com metas para o Brasil até 2022, citarei mais adiante aquelas que considero mais importantes do ponto de vista da minha região.

A propósito de algumas críticas que vi, não custa lembrar que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – é um órgão majoritariamente da sociedade civil, de caráter consultivo da Presidência da República.

Como propõe em seus objetivos “o CDES aposta fundamentalmente na perspectiva de colaborar na definição dos grandes rumos do País de forma compartilhada. O diálogo social qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como ex-

pressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade.

O CDES tem o papel de colaborar na formação do juízo político do Governo, como instituição representativa da sociedade. Seu desafio é estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil a fim de discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para alavancar o crescimento do País. Como lembrou o Presidente Lula:

‘é a primeira vez em que a sociedade civil organizada, através das suas entidades e das mais diferentes instâncias em que ela se organiza, tem a oportunidade de dizer o tipo de Brasil que a gente deseja, e o tipo de coisas que podemos fazer no País.’

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Presidente do CDES: Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Secretário Executivo: Ministro Tarso Genro

- Conselheiros Titulares e Suplente - Sociedade Civil:

Conselheiro	Suplente
Abílio dos Santos Diniz <i>GRUPO PÃO DE AÇÚCAR</i>	Fernando Dall'acqua
Adilson Ventura	Messias Tavares de Souza
Alceu Nieckarz	Natal Furucho
Altemir Antônio Tortelli	Tomé Colleti
Amarílio Proença de Macêdo	Inocêncio Uchôa
Antoninho Marmo Trevisan	Firmin Antonio
Antônio Fernandes dos Santos Neto	Carlos Alberto de Oliveira Pereira
Artur Henrique da Silva Santos	Jefferson José da Conceição
Avelino Ganzer	Bruno Ribeiro
Benjamin Steinbruch	Ricardo Steinbruch
Carlos Jereissati Filho	Antonio Cortizas Nogueira
Cláudio Soares de Oliveira Ferreira	Edson Ulisses de Mello
Clemente Ganz Lucio	Ademir de Figueiredo
Daniel Feffer	José Carlos Penteado Masagão
Dom Luiz Demetrio Valentini	Dom Tomas Balduino
Dráuzio Varella	Daniel Deheinzeln
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira <i>FIRJAN</i>	Carlos Mariani Bittencourt
Eugênio Emílio Staub	Paulo Francini
Fábio Colletti Barbosa	Flamarion Josue Nunes
Fernando Roberto Moreira Salles <i>UNIBANCO</i>	Antônio Fernando de Franceschi
Fernando Xavier Ferreira	Eduardo Navarro de Carvalho
Frank Algot Eugen Svensson	Theodelina Maria Moreira Amado
Gabriel Jorge Ferreira	Raul Wagner dos Reis Velloso
Gisela Gorovitz	Miriam Duailibi
Glaci Therezinha Zancan	Mercedes Maria Loguercio Cánepa
Gustavo Carlos Marin Garat	Angelim Curiel
Gustavo Lemos Petta <i>UNE</i>	Rafael Barbosa
Horácio Lafer Piva	Emmanuel Nóbrega Sobral
Ivo Rosset	Leo Krakowiak
Jabes Alencar	Fadi Faraj
João Antônio Felício	Francisco Alano
João Bosco de Oliveira Borba	João Carlos Borges Martins
João Carlos Gonçalves	Luiz Fernando de Souza Emediato
João de Deus Duarte Rocha	José Carlos Cosenzo
João Elisio Ferraz de Campos	Mário José Gonzaga Petrelli
João Resende Lima	Jurandir Pereira da Silva
João Vaccari Neto	Luiz Claudio Marcolino
Joenia Batista de Carvalho	Jecinaldo Barbosa
Jorge Gerda Johannpeter	Ruy Lopes Filho

Jorge Nazareno Rodrigues
José Antônio Moroni
José Calixto Ramos
Jose Carlos Braga
José Carlos Costa Marques Bumlai
José Luis Cutrale
José Mendo Mizael de Souza
Joseph Michael Couri
Juçara Maria Dutra Vieira
Júlio de Aquino
Laerte Teixeira da Costa
Luiz Alimberê Soares de Freitas
Luiz Carlos Delben Leite
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
Luiz Otávio Gomes
Lutfala Bitar
Manoel José dos Santos
Márcio Artur Cypriano
Márcio Lopes de Freitas
Maria Lucélia dos Santos
Maria Victoria Benevides
Maurílio Biagi Filho
Miguel João Jorge Filho
Milu Villela
Naomar Monteiro de Almeida Filho
Nilson do Amaral Fanini
Oded Grajew
Omiton Visconde Júnior
Paulo Antônio Skaf
Paulo Roberto de Freitas
Paulo Roberto de Godoy Pereira
Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo
Paulo Safady Simão
Paulo Vellinho
Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira
Raymundo Magliano Filho
Ricardo Young Silva
Rinaldo Campos Soares
Roberto Egydio Setubal *ITAÚ*
Robson Braga de Andrade
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço
Rogelio Golfarb
Roger Agnelli
Sérgio Haddad
Sônia Maria Fleury Teixeira
Tânia Bacelar de Araújo
Viviane Senna Lalli
Waldemar Verdi Junior
Zilda Arns Neumann

Monica de Oliveira Lourenço Veloso
Guacira Cesar de Oliveira
Lourenço Ferreira do Prado
A designar
Luiz Sergio Nogueira
Ademerval Garcia
Cyro Cunha Melo
Antonio Gonçalves de Oliveira
Roberto Franklin de Leão
Honildo Amaral de Mello Castro
David Zaia
Manoel Cabral de Castro
Sergio Paulo Pereira de Magalhaes
Sulamis Dain
Jose Januario de Oliveira Amaral
Omar Carneiro da Cunha
Alex Bolonha Fiuza de Mello
Alberto Ercílio Broch
José Luiz Acar Pedro
Ramon Gamoeda Belisario
Jurema Pinto Werneck
A designar
Plinio Nastari
Manoel Marcos Madureira
Antônio Jacinto Gomes
Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho
Lourenço Vieira
Jose Luciano Duarte Penido
Ciro Mortella
Flavio Gurgel Rocha
Vantuil Gonçalves Junior
Adilson Antonio Primo
Josmar Verillo
Romeu Chap Chap
Luiz Octavio Bueno Dias Vieira
Jose Carlos de Assis
Nélson Bizzacchi Spinelli
Helio Mattar
Martha Regina Coelho Teixeira Lassance
Fernando Tadeu Perez
Olavo Machado Junior
Arthur Carlos Peralta Neto
Andréa Maciel Pachá
Mauro Marcondes Machado
Pedro Aguiar de Freitas
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Jose Cezar Castanhar
A designar
Antônio Carlos Gomes da Costa
Vitor César Bonvino
Silvio Rocha Sant'ana

- Conselheiros Titulares e Suplente - Governo:

Conselheiro	Suplente
Celso Amorim	Samuel Pinheiro Guimarães
Dilma Rousseff	Erenice Guerra
Guido Mantega	A designar
Henrique Meirelles	A designar
Jorge Armando Félix, Gen.	Wellington Fonseca, General
Luiz Dulci	Luiz Tadeu Rigo
Luiz Fernando Furlan	Ivan João Guimarães Ramalho
Luiz Marinho	Marco Antônio de Oliveira
Marina Silva	Cláudio Roberto Langone
Patrus Ananias	Márcia Helena Carvalho Lopes
Paulo Bernardo	João Bernardo de Azevedo Bringel
Tarso Genro	Eva Maria Cella Dal Chiavon

Formato de impressão gerado em : 13/09/2006 às 14:31:00
www.cdes.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Peço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, que assumira a Presidência.

Passo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros, abro apenas um parêntese, antes mesmo de adentrar no pronunciamento que farei na tarde de hoje, para um breve comentário acerca da fala do nobre Senador Sibá Machado.

Embora discorde diametralmente das palavras de V. Ex^a, Senador Sibá, devo dizer que o cenário econômico que se desenha para o Brasil após 1º de janeiro, ou até mesmo após o resultado eleitoral de 1º de outubro próximo, é completamente diferente desse que V. Ex^a pintou aqui da tribuna do Senado Federal. Queira Deus que este cenário não se confirme. Esse é o nosso desejo, pois não integro nenhum grupo de ave agourenta, mas tenha a certeza V. Ex^a de que o panorama é completamente diverso. Mas teremos oportunidade, ainda este ano, de tratar desse assunto e de debatê-lo democraticamente com V. Ex^a e com os demais Senadores.

Venho à tribuna exatamente para, mais uma vez, falar de um projeto de decreto legislativo que apresentei a esta Casa no final de 2005, acredito que no mês de setembro, que tem como objetivo convocar

plebiscito relativo à instalação de Assembléia Nacional Constituinte.

Esperava que esse projeto fosse deliberado por esta Casa. Não o foi a tempo de iniciarmos esse processo a partir desta eleição que vai ocorrer no próximo dia 1º de outubro. O que não constitui nenhuma novidade, porque nós não temos visto o Parlamento brasileiro – sem fazer aqui nenhum agravo à Instituição, aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados – se preocupar em estabelecer a discussão dos principais problemas do nosso País.

Fomos todos nós surpreendidos com uma declaração do Presidente Lula da Silva por ocasião da visita de alguns juristas a Sua Excelência, entre eles o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, quando ele se referiu a uma Constituinte ou a uma reforma constitucional apenas do capítulo político ou propriamente político, eleitoral e partidário, a partir do próximo pleito. De sua fala, inúmeras críticas surgiram, embora algumas pessoas tivessem defendido sua idéia. Sem dúvida, trata-se de uma proposta – perdoem-me a expressão – a mais esdrúxula possível do ponto de vista institucional, constitucional, da Teoria Geral do Estado, da Filosofia Política, da Ciência Política.

Lamentavelmente, há cerca de 15 dias, assisti a um debate numa emissora de televisão, com a participação do Ministro Tarso Genro, no qual S. Ex^a, de forma ainda mais aberrante, contrária a qualquer princípio de Teoria do Estado, de Ciência Política, fez mais do que a defesa da tese do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi mais além, tentando mostrar, explicar e justificar a legitimidade de uma Constituinte.

te, embora essa expressão não se possa nem utilizar, porque Constituinte é uma outra instituição que não comporta ao objetivo a que ele se referia, dando uma demonstração de desconhecimento completo da Ciência Política, da Teoria do Estado, da constituição jurídica dos Estados, não só ao longo da história dos séculos, mas a constituição dos mais recentes ou a sua reconstituição. Fiquei abismado.

Ora, para se constituir ou reconstituir o Estado, só um poder tem legitimidade, e esse poder jamais poderia ser o Congresso Nacional, jamais poderia ser a união dos Parlamentares que compõem a Câmara e o Senado. Em hipótese alguma. Esse poder reside exatamente naquele segmento que tem a legitimidade e a soberania, que é o povo.

Para Tarso Genro, Ministro das Relações Institucionais – salvo engano, o nome me parece esse –, cometer a aberração de fazer a defesa não apenas de uma Constituinte... E não podemos chamá-la de Constituinte. Além de denominá-la Constituinte sem a legitimidade, S. Ex^a ainda se refere à possibilidade de reconstituir o Estado, porque esta é a função de uma Assembléia Nacional Constituinte: constituir ou reconstituir; constituir, quando há uma ruptura institucional, que decorre de um golpe ou de um levante, de uma revolução, da dissolução do Estado, da negação aos termos constitucionais legitimamente estabelecidos pelo povo... Ou uma Assembléia Nacional Constituinte sem a ruptura do Estado. E o mais grave: isso, apenas para cuidar, tão-somente, de forma limitada, de um título ou de um capítulo da Constituição, que é exatamente o da organização político-eleitoral e partidária do Estado.

É lamentável! Um Ministro de Estado, parece-me que até com formação, eu diria, acadêmica, algo que Sua Excelência o Presidente da República não possui – e não quero entrar nesse particular ou ver isso como demérito, embora essa seja a minha consciência –, fazer esse tipo de defesa?

Pois bem, a proposta que apresentamos a esta Casa e que pretendíamos ver discutida pelo povo brasileiro buscava e busca, acima de tudo, a legitimidade do processo. Se não estamos vivenciando um momento de ruptura do Estado, de golpe, de revolução, só podemos reformar a Constituição, elaborando uma nova Constituição, a partir da manifestação da vontade expressa do povo, lá onde reside a soberania.

E como se fazer isso? Como estamos propondo: convocando a população, o povo brasileiro, para, em um plebiscito, dizer primeiro se deseja que uma nova

Assembléia Nacional Constituinte seja convocada. Se o povo brasileiro, por maioria, entender que a nossa Constituição – como, de fato, eu pessoalmente entendo – não atende mais aos seus anseios; que as instituições não se apresentam adequadas à vida nacional, não significam instrumentos capazes de impulsionar o desenvolvimento do nosso País; que o objetivo último de todo Estado, que é levar felicidade ao povo, não está sendo cumprido, aí, sim, deverá responder: “Sim, nós, por maioria, nós, o povo brasileiro, consultado diretamente, por meio de um plebiscito, entendemos que a Constituição não corresponde mais aos nossos desejos e, portanto, aprovamos a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.”

Esse sim, um poder legítimo, porque se origina da vontade do povo, que foi consultado expressa e diretamente nesse sentido. Dessa forma, ela não está convocada, mas se prepara conforme a nossa proposta de decreto legislativo, depois de uma discussão de não menos de dois anos. Por que razão? Porque há necessidade da participação da sociedade brasileira em um processo dessa ordem.

Trata-se, Sr. Presidente, nobre Senador Sibá Machado, da confecção de uma Constituição que não será, como as demais constituições brasileiras, de vida efêmera. Mas é preciso que a população participe desse processo, que ela seja envolvida diretamente, como envolvidos estiveram outros povos quando constituíram seus Estados.

Ouvi hoje, da tribuna desta Casa, o nobre Senador Marco Maciel, em um pronunciamento, falar da Constituição de 1891, a primeira da República, e afirmar que ela se espelhava, em muito, na Constituição americana. Gostaria de discordar em parte: elas têm pontos que se assemelham, mas a nossa jamais teve o perfil da Constituição americana, que é principiológica. Ela dura e encontra-se ainda hoje em vigor, com menos de 30 emendas, depois de mais de dois séculos – 1789, mais de 200 anos. Ou seja, ela ainda existe porque é principiológica; não é uma Constituição detalhista como a nossa, que tem mais de 200 artigos.

O Senador Marco Maciel dizia que é preciso regular, para que a Constituição seja um instrumento que não se altere todos os dias e que possa ser interpretada por um Tribunal Constitucional, para não ser acrescida com mais emendas. Como fazer isso com a Constituição que temos, quando tudo neste País está incluído nela? Não temos uma Constituição que estabeleça apenas princípios. Se tivéssemos, aí, sim, ela não serviria como colcha de retalhos, sujeita às emen-

das que recebe diariamente. Por que razão? Porque ela é detalhista. Aquilo que deve competir à legislação ordinária ou à legislação complementar, ou até mesmo aquilo que deveria competir aos Estados e aos Municípios legislar é competência da União.

Por que razão o Supremo Tribunal Federal se encontra abarrotado de processos e de recursos? Por uma questão simples: o Supremo Tribunal Federal é uma Corte Constitucional. Para o Supremo, só devem ir as questões que dizem respeito à Constituição. Mas, neste País, são todas, porque tudo está na Constituição. Então, existe Recurso Extraordinário, Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobretudo, neste País, porque as normas que estão na Constituição hoje são de caráter ordinário para o legislador: para a sua aprovação, não se exige o **quorum** qualificado de dois terços ou de três quintos, como no caso de mudança da Constituição. Exige-se a maioria simples, em alguns casos, e a maioria absoluta, para leis complementares, porque se trata de leis mais fáceis de serem deliberadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou do Congresso Nacional. Isso é completamente diferente.

Então, quero discordar nesse ponto e mostrar que precisamos ter uma Constituição principiológica, enxuta. Mas, para tanto, devemos ter uma Assembléia Nacional Constituinte legítima. Ou seja, Assembléia Constituinte, sim; golpe de Estado, não.

O que o Presidente Lula estava propondo, corroborado pelo seu Ministro Tarso Genro, é golpe de Estado. Por que é golpe de Estado? Porque é um golpe contra as instituições e contra o povo. Deixa de ser golpe de Estado quando é o povo que, livremente, no exercício da sua soberania popular, manifesta-se, querendo uma nova Constituição, por meio de uma consulta popular, um plebiscito, em que se estabelecem as normas, como previsto nessa nossa proposta, para, em dois anos, escolher os constituintes.

Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, qual foi o nosso objetivo quando apresentei esse projeto em setembro de 2005? Na próxima eleição, dia 1º de outubro, seria incluída uma consulta popular. Além do voto para Presidente, Senador, Deputado, Governador, haveria uma pergunta: “Você aprova a convocação de Assembléia Nacional Constituinte para a elaboração de nova Constituição para o Brasil?” Número 1: “sim”. Número 2: “não”. Era apenas uma pergunta.

O Congresso Nacional poderia ter deliberado sobre esse projeto. Teríamos tido um ano de discussão de teses constituintes, se o Brasil precisa ou não

de uma nova Constituição, mas de forma legítima. Se o povo dissesse: “Não. Está ótimo” – seria a vontade do povo, ponto final, encerrado o assunto. Mas, se o povo dissesse “sim”, haveria uma nova Assembléia Constituinte.

Qual foi minha proposta?

A de eleição dos Constituintes nesta eleição de outubro próximo? Não. Teríamos dois anos. Por que esse plebiscito na eleição de 1º de outubro? Porque não teríamos maiores despesas, nem menores. As despesas de convocação do eleitorado brasileiro já acontecem exatamente para o processo eleitoral. Seria apenas inserir uma questão.

E, para a eleição dos Constituintes, quem seriam os Constituintes? Nós, Senadores e Deputados? Não. Nós somos políticos. Não que eu tenha nada contra político. Mas, se eu estou no exercício de um mandato, eu não posso reconstituir o Estado, normas constitucionais para legislar em causa própria, para tratar dos assuntos que dizem respeito ao meu interesse pessoal e ao meu mandato!

Lá nas eleições municipais de 2008, portanto, dois anos depois, de 1º de outubro a outubro de 2008, o povo brasileiro escolheria uma Assembléia Nacional Constituinte que correspondesse a um terço do número de Senadores e Deputados hoje. Ou seja, um pouco mais de 150 brasileiros para escrever a futura Constituição.

O Congresso Nacional que foi eleito agora estaria aqui, dando continuação à vida nacional, e, paralelamente, uma Assembléia com pouco mais de 150 brasileiros estaria escrevendo uma nova Constituição, independentemente, sem solução de continuidade, sem paralisar as atividades do País. E mais: o Congressista – Senador e Deputado – participaria daquela eleição para Constituinte se renunciasse ao seu mandato.

E, ao final da elaboração da Constituição e aprovada em referendo – vou referir-me daqui a pouco –, aquele cidadão que dela participou como Constituinte poderia ter o direito de participar da eleição seguinte? Não, ele estaria impedido. Então, em 2008, quando se votasse para Prefeito e Vereador, cada Estado... Refiro-me a Sergipe, onde há 8 Deputados Federais e 3 Senadores, totalizando 11; ampliar-se-ia para 12, um número divisível – teríamos 1/3, apenas 4. Esses 4 seriam eleitos pelo povo, por eleição majoritária, e não proporcional, independentemente de estarem filiados a partido político. O candidato buscaria uma legenda sem estar filiado, porque, se você pretende constituir o Estado, você não pode amarrar o cidadão Constituinte

às instituições, no caso, político-partidárias preexistentes. Ele tem de estar livre e não atrelado a programa de partido A ou de partido B. Se o que se quer é uma Assembléia Nacional Constituinte legítima, é essa a fórmula, e não a que foi apontada por Sua Excelência o Presidente da República, corroborada pelo Ministro Tarso Genro em uma entrevista a que assisti.

Ora, eleita a Constituinte, um número reduzido, as atividades do País continuariam em 2010. Ou seja, um processo de planejamento, um processo parcimonioso, um processo de avaliação; não uma constituinte vinculada a um governo ou para um governo, mas para o Brasil, uma Constituição para o Brasil. Pessoas que não poderiam estar exercendo outro mandato político e que não poderiam candidatar-se na eleição seguinte estariam inelegíveis, sem interesses imediatistas nem pessoais, mas pensando exclusivamente no País, nos brasileiros, estariam em assembléia constituinte elaborando um novo texto constitucional, com um período suficiente para discussão, para que a sociedade pudesse desse processo participar de forma consciente e sentir a importância de estabelecer uma Constituição nesse nível.

Tenham certeza, brasileiros que nos ouvem neste instante, de que a Nação americana é uma grande nação porque foi constituída dentro de parâmetros institucionais completamente diferentes daqueles que foram a referência para o nosso País, para o Brasil. Os artigos federalistas de Hamilton e de Madison eram objeto de discussão durante meses, anos na imprensa americana, com a participação popular, completamente diferente, estabelecendo instituições adequadas para o gigantismo territorial daquele país, daquela federação. Olha que o Brasil possui uma extensão territorial idêntica à americana! Chega a ser até maior se você exclui as terras americanas não contíguas, como o Estado do Alaska. Quando você inclui, o Brasil é pouco menor. Ora, como é que temos hoje no País uma Constituição para uma República unitária, embora se chame federativa? É um equívoco, é um erro!

Portanto, Sr. Presidente, brasileiros que nos ouvem, que nos assistem neste instante, ao final da elaboração dessa Carta, o texto seria devolvido ao povo em forma de referendo. Após um período de conhecimento, de ampla divulgação, os constituintes que receberam a delegação do povo apresentariam ao povo, por meio de um referendo, o texto que foi elaborado, para que o povo dissesse se aprovava ou não.

O que aconteceu nos países da Europa com a União Européia? A França, por exemplo, no ano pas-

sado, disse “não” aos termos constitucionais da unificação da Europa. O povo francês disse “não”. Votou contra, por meio de um plebiscito, de uma consulta popular, que, no nosso caso, seria um referendo para aprovar o texto ou não.

Aí, sim, trata-se de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana, porque quem lhe deu a soberania foi o povo, com toda autoridade para reformar tudo o que desejasse em termos de Constituição. Até se desejasse mudar o nosso País de República para Monarquia, com o que eu, particularmente, não concordo; ou de um Estado Unitário, como está hoje caracterizado, para um Estado Federado. Enfim, ser possível tratar de vários e vários temas, com legitimidade para alterá-los. Por que razão? Porque decorreria de uma Assembléia Nacional Constituinte legítima, pois o seu nascedouro surgiu exatamente de uma consulta popular.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, vim à tribuna para tratar desse assunto, pois embora esteja vencida a primeira parte, que seria a consulta para esta próxima eleição, é uma idéia que não morre e continua viva, sobretudo para se contrapor à proposta de golpe de Estado, em forma de Constituinte, defendida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e corroborada por um dos seus ministros.

Desse modo, essa é a defesa que quero fazer de respeito ao povo, de respeito à soberania popular, de respeito à possibilidade que o povo tem de constituir o Estado nos moldes e dentro dos parâmetros legítimos em que deseja, e não uma Constituição imposta e que venha a ser promulgada como decorrência de manobras políticas e ilegítimas, como foram defendidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, projeto de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2005-CN, com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006
(Da CPMI - da Emigração)

Dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. A anistia a que se refere o **caput** deste artigo estende-se ao registrado que, até a data de publicação desta Lei, tenha se beneficiado da duplicidade de certidões de nascimento.

Art. 2º Ficam cancelados os registros de nascimento promovidos na forma do art. 1º.

Art. 3º A anistia instituída por esta Lei somente será concedida se observados os seguintes requisitos:

a) requerimento do interessado ou de seu representante legal dirigido à repartição consular ou ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais competente, instruído com as certidões de nascimento;

b) observância do prazo de dois anos, contados da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, após viagem à fronteira paraguaia com o Brasil nos dias 10, 11 e 12 de maio últimos, percebeu que muitos brasileiros residentes em países vizinhos, e que em geral lá desenvolvem atividades agrícolas, registram o nascimento de seus filhos no Brasil e no exterior.

Atraídos pela proximidade física entre os países de origem e de destino, esses emigrantes buscam, ordinariamente, auxílio médico no Brasil, fazendo consultas, testes laboratoriais, internações e, algumas vezes, aqui dando à luz suas crianças. Esse costume não somente se deve aos laços familiares e de amizade que são mantidos após a emigração, mas também à precariedade sanitária de muitos países vizinhos ao Brasil nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. Mesmo assim, muitos filhos de brasileiros nascem no exterior.

Movidos por boa fé, mas dotados de informação consular insuficiente, os brasileiros migrantes têm registrado o nascimento de seus filhos duplamente, a fim de não deixá-los à mercê de país que não lhes conceda segurança jurídica e política. Com efeito, muitos desses países já estiveram sob severa ditadura ou possuem burocracia corrompida.

A insegurança jurídica em país de imigração é reforçada pelo fato de muitos dos brasileiros emigrantes não possuírem documentos imigratórios regularizados ou terem dificuldades de obtê-los.

A situação descrita (registro de nascimento em duplicidade) pode configurar, entretanto, crime de falsidade ideológica, causando enormes transtornos aos emigrantes brasileiros e a seus filhos. Cumpre destacar, ademais, que esses filhos são penalizados por atos pelos quais não tiveram responsabilidade, gerando pesados encargos em várias esferas de sua vida, tais como em suas pretensões educacionais e laborais.

A presente proposição, no **caput** do art. 1º, pretende anistiar quem fez o duplo registro, em geral o pai, e, no parágrafo único desse artigo, anistiar o registrado que, eventualmente, tenha lançado mão, de alguma forma, do duplo registro.

A fim de regularizar essa situação, importa igualmente anular os registros de nascimento concedidos, no Brasil, aos filhos de emigrantes brasileiros já registrados no país fronteiriço.

Para viabilizar essa anistia, importa impor algumas condições. Em primeiro lugar, o próprio interessado, ou seu representante legal, devem requerer a anistia, o que poderá ser feito no consulado, caso ainda viva no exterior, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais competente. Em segundo, deverá ser apresentada a certidão de nascimento brasileira e a emitida no país fronteiriço. Em terceiro, terão prazo decadencial de até dois após a entrada em vigor da Lei para fazê-lo.

Uma vez aprovada essa proposição, milhares de brasileiros emigrantes e seus filhos, que se mantêm em estado de ilegalidade por equívoco cartorial motivado pela carência de informações e por sua condição jurídica instável no exterior, serão beneficiados e poderão seguir sua vida com tranquilidade e dentro dos limites legais.

Sala das Sessões,

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2005 – CN, para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior. – Senador **João Magno** – Senador **André Costa** – Senador **Wellington Salgado** – Senador **Dr. Heleno** – Senador **Leonel Pavan** – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Augusto Botelho** – Senador **Sibá Machado** – Senador **Edison Lobão** – Senador **Valdir Raupp** – Senador **Marcelo Crivella** – Senador **Paulo Octávio** – Senador **Takayama**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O projeto que acaba de ser lido obedecerá ao disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, inclusive quanto aos turnos de apreciação.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, para apreciação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

SGM-P nº 1.608

Brasília, 4 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no art. 62 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, comunico a Vossa Excelência que, por deliberação do Plenário, em sessão realizada no dia 4 de setembro de 2006, a Câmara dos Deputados rejeitou a Medida Provisória nº 293, de 2006, do Poder Executivo, que “dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica”.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória.

Atenciosamente, Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

SGM-P nº 1.609

Brasília, 4 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no art. 62 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, comunico a Vossa Excelência que, por deliberação do Plenário, em sessão realizada no dia 4 de setembro de 2006, a Câmara dos Deputados rejeitou a Medida Provisória nº 294, de 2006, do Poder Executivo, que “cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho - CNRT e dá outras providências”.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória.

Atenciosamente, Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, os processados das Medidas Provisórias nºs 293 e 294, de 2006, vão à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/10, de 2006** (nº 74/2006, na origem), de 11 do corrente, do Supremo

Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, dos pareceres do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 85056, referentes à declaração incidental da inconstitucionalidade do § 3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais, na redação dada pela Instrução nº 1, de 14 de agosto de 2002 (impedimento do juiz prolator da sentença para integrar a turma julgadora).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006** (nº 6.469/05, na Casa de origem), que dispõe sobre as carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e fixa os valores de sua remuneração, aprovado na sessão do dia 6 último, será encaminhado à sanção e feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Marcos Guerra, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio e Valdir Raupp enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em 6 meses, Planalto gastou R\$69 mi a mais do que em 2005”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 13 de julho do corrente ano.

A matéria destaca que o Palácio do Planalto ultrapassou, no início do mês de julho, o total de gastos em todo o ano de 2005. As viagens do presidente Lula, de seus ministros e de funcionários do Palácio contribuíram de forma decisiva para esse resultado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em 6 meses, Planalto gastou R\$ 69 mi a mais do que em 2005

Estrutura de apoio ao presidente custou R\$ 637 mi; viagens de Lula e ministros ajudaram a elevar cifra

Leonencio Nossa

BRASÍLIA

O Palácio do Planalto ultrapassou, no início deste mês, o total de gastos de 2005. De janeiro para cá, a estrutura de apoio do presidente da República teve uma despesa de R\$ 637,3 milhões, valor R\$ 69 milhões a mais que o registrado em todo o ano passado. Os números atingiram essa cifra pelos recursos disponibilizados principalmente com pessoal, diárias de viagens, aluguel de carros e publicidade.

Um dos órgãos da Presidência, a Coordenação de Recursos Humanos, teve uma despesa nos últimos 6 meses de R\$ 285 milhões, contra R\$ 31 milhões em 2005. A Secretaria de Administração, responsável pela manutenção dos prédios da Presidência e até por diárias de viagens, gastou em 6 meses R\$ 165 milhões, valor inferior aos R\$ 272 milhões pagos em 2005.

Uso de cartões corporativos deve aumentar

... No ano passado, a despesa com cartões corporativos da Presidência foi de R\$ 4,6 milhões. O valor corresponde a 71% do gasto em 2004. Os números são do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Assessores dizem que a tendência é manter o aumento dos gastos neste ano. O palácio prioriza essa forma de pagamento, segundo os assessores, por considerar mais transparente que o uso de dinheiro vivo. • L.N.

As diárias de funcionários e ministros em países latino-americanos, nos EUA, na África e na Europa – roteiros de viagens do presidente Lula – contribuíram para elevar as despesas. O asses-

sor de Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia (diária de cerca de US\$ 220), e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, estão entre as autoridades que receberam diárias para viajar.

Há funcionários do palácio, no entanto, que receberam mais de R\$ 100 mil em algumas viagens. É o caso de Ivan Moyses Ayupe, que recebeu R\$ 114,7 mil para “atender” despesas com a viagem a Botsuana, na África, em fevereiro. A planilha de gastos da Presidência não detalha se o valor foi para pagar despesas dele ou de um grupo.

Os dados sobre as despesas do Planalto foram levantados em números do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) fornecidos pelos técnicos da liderança do PFL no Senado. •

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Carga tributária chega a 37,37% do PIB e contraria promessa de Lula”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de agosto.

A matéria mostra que “o governo não cumpriu o compromisso, assumido logo após a posse do presidente Lula, de não elevar a carga tributária em relação à de 2002, último ano do governo Fernando Henrique

Cardoso”. Em 2005, a carga tributária bruta total atingiu 37,37% do PIB, um novo recorde.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carga tributária chega a 37,37% do PIB e contraria promessa de Lula

Em 2002 era de 35,61%, e bateu novo recorde em 2005; para secretário da Receita, lucro das empresas cresceu

Ribamar Oliveira
BRASILIA

O governo não cumpriu o compromisso assumido logo após a posse do presidente Lula, de não elevar a carga tributária em relação à de 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2005, a carga tributária bruta total (que inclui toda a arrecadação com impostos, contribuições, taxas e demais tributos da União, dos Estados e dos municípios) atingiu 37,37% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados divulgados ontem pela Secretaria da Receita Federal (SRF). A carga do ano passado é um novo recorde e ficou 1,49 ponto porcentual acima da registrada em 2004 (35,88% do PIB) e 1,76 ponto porcentual superior à de 2002 (35,61% do PIB).

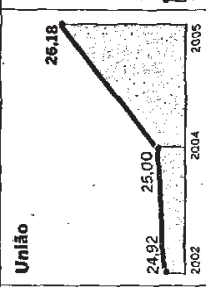
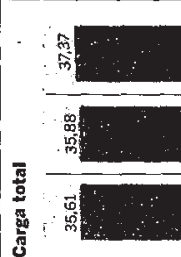
A arrecadação tributária total no ano passado ficou em R\$ 724,11 bilhões, com aumento nominal de R\$ 90,8 bilhões, em relação a 2004. Quem mais contribuiu para o resultado foi a União, cuja arrecadação total atingiu R\$ 507,17 bilhões, ou 26,18% do PIB. Em 2004, havia sido de 25% do PIB - ou seja, somente o peso dos tributos federais no ano passado aumentou 1,18 ponto porcentual.

A arrecadação dos Estados ficou, no ano passado, em R\$ 186,49 bilhões ou 9,62% do PIB, com elevação de 0,26 ponto porcentual em relação a 2004. No caso dos municípios, o aumento foi quase insignificante: apenas 0,05 ponto porcentual. A receita tributária dos municípios foi de R\$ 30,45 bilhões ou 1,57% do PIB, ante 1,52% do

TRIBUTOS

Recorde na arrecadação

EM PORCENTAGEM DO PIB



Arrecadação em 2005

Tributos arrecadados pela União, Estados e municípios



Tributos que mais cresceram

Imposto de Renda	Contribuição do empregado e do empregador para o INSS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	Contribuição para o Financiamento da Previdência Social (Cofins)
R\$ 132,3 bilhões	R\$ 108,4 bilhões	R\$ 154,8 bilhões	R\$ 24,2 bilhões	R\$ 86,8 bilhões
6,83% do PIB	5,6% do PIB	7,99% do PIB	1,25% do PIB	4,48% do PIB

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Pais arrecadou R\$ 724 bilhões em 2005 - um acréscimo de R\$ 90,3 bilhões em relação a 2004. A receita tributária dos municípios foi a que menos cresceu, apenas 0,05 ponto porcentual

gamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços.

O secretário adjunto da Receita, Ricardo Pinheiro, procurou mostrar que a forte arrecadação do ano passado resultou, em grande medida, da atuação da máquina arrecadadora.

Pinheiro chegou a dizer que, no Brasil, só será possível reduzir a carga dos impostos "se fechar a administração tributária".

Segundo Rachid e Pinheiro, a carga tributária é apenas o total dos tributos arrecadados comparado com o PIB. Ela pode variar, observaram, sem que ocorram mudanças nas alíquotas dos tributos ou na base de cálculo. Até mesmo uma mudança no perfil da economia pode alterar a carga, disse Rachid. Em 2005, a indústria e o comércio foram os setores que mais cresceram e são os que mais pagam tributos.

Para Jorge Rachid, carga tributária subiu de 'maneira saudável'

Rachid disse que o governo decidiu divulgar agora os dados sobre a carga tributária em 2005, mesmo com as possíveis repercussões negativas, para não ser acusado de agir por causa das eleições. "Estamos transmitindo uma informação absolutamente técnica. Com essa informação, estamos procurando esclarecer o atual debate emocionado (sobre o crescimento da carga)." •

Para Rachid, o crescimento da carga em 2005 resultou da maior lucratividade de setores importantes da economia - com reflexo no aumento da arrecadação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - do combate à sonegação fiscal e da adoção de medidas legais que permitiram maior eficiência no controle, como a obrigatoriedade de retenção na fonte dos pagamentos. "Os que cumpriram suas atribuições fiscais não tiveram aumento de carga. Quem está pagando imposto é o contribuinte que não pagava", afirmou.

Por não ter aumentado alíquotas de impostos e contribuições ou a base de cálculo dos tributos, o secretário acha que o governo Lula cumpriu o seu compromisso de não elevar a carga.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A consagração da merda”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 30 de agosto de 2006.

O artigo do jornalista Clóvis Rossi destaca que a sociologia política da merda, exposta inicialmente pelo ator Paulo Betti, para justificar a crise ética do governo acabou fazendo escola. Alguns dias depois da colocação do ator, Lula afirmou que: “Não dá pra fazer política sem botar a mão na merda”, o presidente aprendeu direitinho. Depois de reiteradas vezes ter dito que tudo não passou de uma “conspiração das elites” e que “foi traído”, para justificar o mensalão, agora muda discurso e afirma que “tudo foi do jogo político que precisou

ser feito já que a maioria a gente constrói pelo que a gente tem, não com o que a gente quer.”

O jornalista afirma também, em seu artigo que “o estelionato eleitoral praticado em 2002 vai-se repetir agora, mas já não como estelionato já que o eleitor está informado que o presidente botou a mão na merda.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A consagração da merda

SÃO PAULO - Pegou e fez escola a sociologia política da merda, exposta inicialmente pelo ator Paulo Betti para justificar a crise ética do governo Lula.

Betti disse, curto e bem grosso: “Não dá para fazer [política] sem botar a mão na merda”.

Uma semana depois, Lula repete, menos grosso, mas rigorosamente com o mesmo sentido: “Política a gente faz com o que a gente tem. Não com o que a gente quer”. E, em seguida: “Maioria a gente constrói pelo que a gente tem ao nosso lado. Não pelo que a gente pensa que tem. Esse é o jogo real da política que precisou ser feito em quatro anos para que chegássemos a uma situação altamente confortável”.

Não é que seja novidade ou surpresa. Novidade é o fato de que quem se dizia monopolista da ética agora assume gostosamente a mais cínica versão do que é política.

De quebra, desconstrói as versões anteriores, a da “conspiração das elites” e a do “fui traído”, que todo mundo sabia que eram ficções,

mas que foram sustentadas ao longo de toda a crise.

Não houve traição, confessa agora Lula. Houve “o jogo real da política que precisou ser feito”. Leia-se: o mensalão (para não falar em outras atividades, tipo sanguessugas, que também envolvem figuras graúdas do lulo-petismo).

Compare-se o Lula de hoje com o Lula do seguinte trecho de seu discurso de posse:

“O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida brasileira”.

Pronto, está demonstrado o estelionato eleitoral praticado em 2002. Vai-se repetir agora, ao que tudo indica, mas já não como estelionato. O eleitor está informado que o presidente botou a mão na merda. Mas não se importa.

crossi@uol.com.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “PT quer processo contra ONG que critica corruptos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 15 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o Partido dos Trabalhadores apresentou uma notícia-crime ao Ministério Público eleitoral contra a ONG Transparência Brasil pela campanha na internet em que orienta eleitores a não votar em candidatos envolvidos em escândalos como o do mensalão e dos sanguessugas.

‘PT quer processo contra ONG que critica corruptos

DA REPORTAGEM LOCAL

O diretório do PT de São Paulo informou ter apresentado ontem uma notícia-crime ao Ministério Público Eleitoral contra a ONG Transparência Brasil, pela campanha na internet em que orienta eleitores a não votar em candidatos envolvidos em escândalos como o do mensalão e dos sanguessugas.

Em nota divulgada ontem, os petistas dizem ver excesso da organização ao chamar os candidatos ao Legislativo de “mensaleiros, vampiros e outros animais da mesma família”.

De acordo com a nota, “alguns” deputados foram envolvidos “nos episódios que a mídia denominou ‘mensalão’, mas todos foram absolvidos”, e o PT

Segundo o diretor-executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, a notícia-crime “É paranóia de petista”, pois o site apresenta informações públicas sobre candidatos de vários partidos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

se baseou na “presunção da inocência” para aceitar os nomes de “deputados absolvidos por seus pares”, princípio constitucional não respeitado agora pela Transparência. O partido pede liminar para a retirada dos termos ofensivos do ar.

O diretor-executivo da organização, Cláudio Weber Abramo, disse ver a ação do PT descabida porque no site não há acusação contra ninguém, mas informações públicas de candidatos de vários partidos, não só do PT. “É paranóia de petista.”

Segundo Abramo, o termo “mensaleiros, sanguessugas, curupiras e outros bichos” foi um referência feita por ele, e não pela ONG. “Usei os termos utilizados pela Polícia Federal, que dá nome de animais”, disse.

Para o diretor, o fato de os parlamentares mensaleiros serem absolvidos por “seus pares” não representa a inocência, e não querer votar em gente indiciada é uma opinião que qualquer eleitor pode ter. (RP)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: Em uma semana em que a comunidade internacional se propõe a refletir sobre os 5 anos dos atentados de 11 de setembro de 2001, gostaria de tecer algumas considerações sobre a tarefa inacabada de paz no Oriente Médio, particularmente entre israelenses e libaneses.

No belíssimo romance intitulado **Ensaio contra a cegueira**, o premiado escritor português José Saramago discorre sobre a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam. Em tom de parábola, Saramago ilustra, com propriedade, um dos papéis mais relevantes do diálogo político: a tarefa de enxergar e de oferecer alternativas à conflagração armada.

Quando nos lembramos do incipiente cessar-fogo entre Israel e Líbano, quando as imagens de destruição e de morte de milhares de civis nos vêm à cabeça, torna-se urgente a tarefa de trabalharmos, junto dos governos e das sociedades, em favor do diálogo e da cooperação internacional.

Sr. Presidente, foi com um sentimento de profunda desolação que acompanhamos a escalada da violência entre Israel e a milícia islâmica Hezbollah, que acabou por vitimar centenas de membros da sociedade civil, inclusive mulheres e crianças. Os danos à infra-estrutura libanesa contam-se na casa do bilhão de dólares.

Nesse contexto, agiu com prudente firmeza o Governo brasileiro, tanto ao repudiar os atentados contra a vida e o seqüestro de soldados israelenses quanto ao condenar a desproporção da reação militar de Israel. O saldo lastimável do conflito foi a morte de cerca de 1.100 civis, entre os quais 9 cidadãos brasileiros, 3 deles crianças.

A diplomacia brasileira acertou em cheio ao optar pela retirada de cerca de 3 mil brasileiros, de recursos limitados, do Líbano. O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, detalhou as estratégias do Governo em audiência na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. A operação emergencial do Governo, sem precedentes em nossa história, mobilizou vários órgãos federais, e contou com nosso apoio e com amplo respaldo na opinião pública.

Saudamos a adoção da Resolução 1.701, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, devidamente aprovada, há cerca de um mês, pelos Gabinetes israelense e libanês. O cessar fogo constituiu-se, em verdade, no único caminho possível de entendimento entre Israel e Líbano, mas o fato de o líder máximo do Hezbollah, Hassan Nasrallah, e o Primeiro-Ministro de Israel, Ehud Olmert, considerarem-se vitoriosos

demonstra a inutilidade da guerra. Mais que isso, demonstra, também, seu absurdo.

É lamentável que, em pleno século XXI, ainda haja movimentos políticos e nações do Oriente Médio que continuem a negar a possibilidade de existência do Estado judeu de Israel. Negam, de maneira obtusa, os quase 60 anos da Resolução da Assembléia-Geral da ONU de 1947, então presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, que pôs fim ao mandato britânico sobre a Palestina, prevendo sua divisão entre um Estado judeu e um Estado palestino.

Isso nos leva a um ponto-chave para o entendimento de boa parte dos problemas do Oriente Médio: a falta de solução satisfatória para o povo palestino é fonte perene de atritos que, com triste e rotineira frequência, têm ceifado milhares de vidas inocentes.

O Brasil, país-destino de contingentes populacionais provenientes dos quatro cantos do mundo, possui legitimidade para trabalhar em prol de solução negociada e pacífica no Oriente Médio. Em nosso País, judeus, sírios e libaneses são capazes de deixar as rivalidades de lado para trabalharem por um futuro melhor.

A aposta dos idealistas que fundaram, por exemplo, o Hospital Israelita Albert Einstein e o Hospital Sírio-Libanês, dois centros de excelência, é no zelo pela saúde e pela vida do próximo. Em solo brasileiro, o respeito à diversidade e o convívio com a diferença permitem a convivência harmoniosa de todas as raças e de todos os credos religiosos. Não há por que ser diferente no Oriente Médio.

Sr. Presidente, cinco anos se passaram desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, mas as reações militares não têm sido capazes de tornar o mundo um lugar mais seguro. Ao contrário, temos a impressão de que vivemos sob o signo do medo, em uma espiral de violência que parece não ter fim.

É nesse sentido que, valendo-nos da metáfora de Saramago, é ingente sermos capazes de viabilizar o diálogo e o entendimento entre israelenses, libaneses, palestinos e demais nacionais de países do Oriente Médio, sem distinção de convicções religiosas.

Sr^{as} e srs. Senadores, uma das principais tarefas de nós, políticos, é a de evitar a guerra. Porém, evitar a guerra vai além de prevenir a conflagração armada. Significa, também, desarmar os espíritos, pelo respeito à diferença e pelo incentivo ao diálogo aberto, democrático e multilateral. Pela história brasileira, estou certo de que podemos – e devemos – contribuir para um futuro pacífico no Oriente Médio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer nesta tarde.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, existe um certo consenso na sociedade brasileira de que há, em nosso ordenamento jurídico, um número suficiente de leis penais e processuais penais em vigor. No entanto, trata-se de uma falsa verdade.

A experiência dos últimos anos tem mostrado, com irritante insistência, que existe um grave, gravíssimo, descompasso entre a realidade e a legislação criminal em vigor no Brasil. Com Códigos cujas origens remontam à ditadura de Getúlio Vargas, temos, nos dias que correm, um ordenamento que simplesmente não atende às necessidades de nossa sociedade.

Como resultado, nossos cidadãos honestos e decentes, aqueles que pagam impostos sem reclamar, se vêem assustados, amedrontados, apavorados diante de criminosos de toda espécie que tudo fazem e que sabem que, se puderem contratar um bom advogado, irão trilhar o caminho torto da impunidade.

Espero, na minha condição de congressista, ser capaz de alterar, mesmo que em proporções modestas, esse quadro.

Assim, proponho a modificação do Código Penal, por meio da alteração de dois artigos, que visam, essencialmente, a proteger o consumidor ou aquele que depende de serviços de terceiros.

Os mais abastados podem, com maior grau de facilidade, recorrer a um conjunto de informações que lhes permitem ter, por exemplo, o melhor tipo de atendimento médico ou odontológico.

Os mais pobres, no entanto, têm muito menos informações sobre os profissionais de saúde. Não raro são enganados e atendidos por profissionais sem qualificação ou habilitação necessária.

Exemplos abundam Brasil afora. Nem mesmo precisamos ir longe. Se os Nobres Colegas se derem ao trabalho de andar pelas periferias das grandes cidades ou, então, pelo interior, encontrarão centenas ou milhares de pessoas que foram enganadas por falsos profissionais. As vítimas, na melhor das hipóteses, perderam apenas o dinheiro; na pior, sofreram seqüelas irreparáveis ou, em não poucos casos, pagaram com a vida pela irresponsabilidade alheia.

Ao apresentar o Projeto de Lei nº 55/2006, estou propondo a criminalização da conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade. Hoje, tal conduta é tratada pelo artigo 47 da Lei de Contravenções Penais, que pune – se é que podemos usar a palavra – o exercício ilegal de profissão ou atividade econômica com prisão de 15 dias a três meses ou multa.

Insisto, tal conduta – o exercício ilegal de profissão, especialmente nas áreas ligadas à saúde – deve ser duramente combatida e tratada como merece: estelionato, punível com pena de reclusão de 1 a 5 anos.

Além disso, em meu Projeto de Lei, proponho, também, a alteração do artigo 282 do Código Penal. Este artigo visa a impedir que médicos, farmacêuticos e odontólogos excedam os limites legais de suas atividades profissionais. Minha proposta é sanar lacuna no rol de profissionais abrangidos pela letra legal, passando, por decorrência lógica, a incluir entre os puníveis os profissionais de enfermagem.

Precisamos de uma legislação penal moderna e condizente com as características atuais de nossa sociedade. Não podemos mais nos omitir. Espero estar plantando uma semente para que possamos, enfim, atender aos repetidos reclamos da sociedade e produzir alterações profundas em nossa legislação penal e processual penal.

Chega de impunidade; chega de ver criminosos bulindo com o bem humano mais sagrado, a vida, sem sequer ser atingidos pelos rigores do Código Penal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 2 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 207 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005 combinados ao art. 3º do Ato do Diretor-Geral nº 1610, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para condução do Inquérito Policial nº 009/2006, os Policiais Legislativos Federais, Newton Souza Rodrigues, Matr. 44286; na qualidade de Autoridade Policial Presidente do referido Inquérito; José Wellington Alves Monte Amado, Matr. 50511, Escrivão *ad hoc*; Marcus Vinícius Reis, Matr. 52696; Gleuton Rocha Tavares, Matr. 52921; Danilo Rurik Periquito Sad, Matr. 50468; Roberto Campos Freire, Matr. 49715; e Everaldo Bosco Rosa Moreira Matr. 52398; na qualidade de agentes cartorários.

Art. 2º Serão observados no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe for aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazos previstos no Código de Processo Penal para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 13 de setembro de 2006.




AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1664 , DE 2006(*)

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora **ELLIS REGINA LOPES**, matrícula 105238/PD, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, para exercer a função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Supervisão da Rede – SRD, da Subsecretaria de Infra-estrutura Tecnológica – SSITE, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 22 de junho de 2006.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original no BAP-3546, de 17/08/2006.


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1841 DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, tendo em vista o disposto no art. 34 da Lei nº 8.112, de 1990, e o constante do Processo nº. 11821/06.0,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, **PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA**, do cargo de Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Nível III, Padrão 41, Área 11 – Economia – Minas e Energia, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 11 de setembro de 2006, em virtude de desistência do cumprimento do estágio probatório do cargo em questão.

Senado Federal, 13 de Setembro de 2006




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1842 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1887/94-7, resolve ALTERAR o Ato nº 3519/97 do Diretor Geral, que aposentou voluntariamente com proventos integrais, o servidor LEÔNIDAS DA LUZ LOPES, matrícula 8210, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, para incluir o fundamento do art. 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, em 28 de junho de 2006, sendo o diagnóstico firmado em 22 de maio de 2006.

Senado Federal, em 13 de Setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1843 de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 2908/06-9, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, AILTON BALBINO DE CARVALHO, matrícula 12753, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 13 de Setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal


ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1844 /2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Ato nº 09, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar **ANDRE LUIZ RODRIGUES SANTANA**, matrícula **38043** e **MANOEL CARLOS CARVALHO MOREIRA**, matrícula **27252**, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 2682/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de Setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1845 /2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Ato nº 09, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar **VENÍCIO PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula **15821** e **ANDRE LUIZ RODRIGUES SANTANA**, matrícula **38043**, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 3070/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de Setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS